UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE

RESOLUÇÃO Nº 311, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 19 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 20 de abril de 2018, Seção 2, pág. 1; das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Ufopa; em conformidade com os autos do Processo nº 23204.009185/2015-11, proveniente do Centro de Formação Interdisciplinar – CFI, e em cumprimento à decisão do egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) tomada na 6ª reunião ordinária, realizada em 26 de novembro de 2019, promulga esta resolução.

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais da Ufopa de acordo com o Anexo Único que é parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO ALEX CARNEIRO DINIZ
Presidente do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE

ANEXO ÚNICO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Santarém/PA, Outubro de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE

CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR – CFI
CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS – BICA

Prof. Dr. Hugo Alex Carneiro Diniz
Reitor

Profª. Drª. Aldenize Ruela Xavier
Vice-Reitora

Profª. Drª. Solange Helena Ximenes Rocha
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Raimundo Valdomiro de Souza
Diretor do Centro de Formação Interdisciplinar

Prof. Dr. Ricardo Scoles Cano
Vice-Diretor do Centro de Formação Interdisciplinar

Prof. Dr. Andrei Santos de Morais
Coordenador do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais

Profª. M.Sc. Ana Cristina Alves Garcez
Profª Drª. Cristina Vaz Duarte da Silva
Prof. Dr. Dennison Célio de O. Carvalho
Prof. Dr. Doriedson Alves de Almeida
Profª. M.Sc. Francinara Silva Ferreira
Profª. Drª. Iani Dias Lauer Leite
Profª. Drª. Iracenir Andrade dos Santos
Prof. Dr. Itamar Paulino Rodrigues
Prof. Dr. José Mauro Sousa de Moura
Profª. Drª. Lígia Meres Valadão
Profª. Drª. Maria Francisca de Miranda Adad
Profª. Drª. Nelcilene da Silva Palhano
Prof. Dr. Pérsio Scavone de Andrade
Prof. Dr. Raimundo Valdomiro de Sousa
Prof. Dr. Ricardo Scoles Cano
Prof. Dr. Roberto do Nascimento Paiva
Prof. M. Sc. Rodrigo Freitas Costa Canal
Prof. Dr. Rubens Elias da Silva
Profª. Drª. Sandra Maria Sousa da Silva
Profª. Drª. Siria Lisandra Barcelos Ribeiro
Núcleo Docente Estruturante
(NDE)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO 7
3. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS 10
3.1. DA MANTENEDORA 10
3.1.1. Dados de Identificação 10
3.2. DA MANTIDA 10
3.2.1. Dados de Identificação 10
3.2.2. Atos Legais da Constituição 10
3.2.3. Dirigente da Principal Mantida 10
3.2.4. Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará 11
3.2.5 Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará 11
3.2.5.1. A proposta acadêmica geral (organização dos cursos) 17
3.2.5.2. A formação no âmbito da UFOPA 17
3.2.5.3. Estrutura Acadêmica em Seis (6) Unidades 18
3.2.6 Acerca da missão e da visão da UFOPA 18
3.2.7 Acerca da visão da UFOPA 18
3.2.8 Princípios norteadores da UFOPA 18
3.3. DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO ACADÊMICO DO CFI (UFOPA) 20
4. O CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SUA NORMATIZAÇÃO 23
4.1. INSERÇÃO DO CURSO NA REGIÃO DE ATUAÇÃO DA UFOPA 25
5. ESPECIFICIDADES DO CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS 26
5.1. DADOS GERAIS DO CURSO 26
5.2. NÚMERO DE VAGAS 26
5.3. Concepção do Curso E perspectivas para o egresso 26
5.4. Objetivos 28
5.4.1. Objetivo Geral 28
5.4.2. Objetivos Específicos 28
6. Programa de acompanhamento de egresso na Ufopa 29
6.1. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO EGRESSO DO BICA 30
6.2. FORMAS DE ACESSO AO CURSO 31
7. Estrutura Curricular 32
7.1. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 32

7.1.1. Adequação da matriz curricular e temas obrigatórios de educação para os direitos humanos, libras, proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, educação das relações étnico-raciais, para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana..... 35
7.2. COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM OS OBJETIVOS DO CURSO..... 38
7.3. COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM O PERFIL DO EGRESSO..... 38
7.4. COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM A RESOLUÇÃO CNE/CES N° 02 DE 18 DE JUNHO DE 2017 38
7.5. COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES E AS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 39
7.6. DIMENSIONAMENTO DA CARGA HORÁRIA DA MATRIZ CURRICULAR..... 39
8. Matriz E INTEGRALIZAÇÃO Curricular DO BICA CFI-UFOPA..... 40
8.1. CONTEÚDOS CARACTERIZADORES DE FORMAÇÃO BACHARELAR INTERDISCIPLINAR 41
8.5. ESTRATÉGIA DE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E ATIVIDADES DO CURSO 43
8.6.1. Ementas dos componentes curriculares obrigatórios 48
8.6.2. Matriz curricular de componentes optativos ofertados pelo CFI 69
8.7. ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS EMENTAS E PROGRAMAS DAS UNIDADES DE ESTUDO 82
8.8. ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA..... 83
8.9. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO: INTERAÇÃO NA BASE REAL E SEMINÁRIOS INTEGRADORES..... 83
8.10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 83
8.10.1. Formato do TCC de BICA 84
8.10.2. Mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento do trabalho de conclusão de curso 85
8.10.3. Meios de divulgação de trabalhos de conclusão de curso..... 85
8.10.4. Relação estudante/professor na orientação de trabalho de conclusão de curso ... 85
8.11.1. Normas e procedimentos 86
8.11.2. Descrição das atividades complementares 87
8.11.3. Existência de mecanismos efetivos de planejamento e acompanhamento das atividades complementares 88
8.11.4. Oferta regular de atividades pela própria IES 88
8.11.5. Incentivo à realização de atividades fora da IES..... 88
8.12. ACERCA DA MONITORIA..... 89
9. O sistema de avaliação e o acompanhamento pedagógico..... 91
9.1. COERÊNCIA DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE

ENSINO-APRENDIZAGEM COM A CONCEPÇÃO DO CURSO 94
10. Adequação da Metodologia de Ensino à Concepção do Curso 95
10.1. INTERRELAÇÃO DAS UNIDADES DE ESTUDO NA CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO DO CURRÍCULO 96
11. Integração da Graduação e Pós-Graduação 97
12 da Política institucional de ensino, pesquisa, extensão, inovação tecnológica E APOIO DISCENTE no âmbito do curso 98
12.2. A POLÍTICA DE APOIO À PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 99
12.3. A POLÍTICA DE EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO 100
12.4. A POLÍTICA DE APOIO AO ESTUDANTE NO ÂMBITO DO CURSO 101
12.5. INFRAESTRUTURA: ADEQUAÇÕES À ACESSIBILIDADE NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 102
12.6. CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS 104
12.7. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL (PET) CONEXÕES DE SABERES DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES: COMUNIDADES DO CAMPO (CFI/PROEN) 105
13. ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO BICA 107
13.1. COLEGIADO DE CURSO: COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE 108
13.2. COORDENAÇÃO DO CURSO 108
13.2.1. O cargo, funções e mandato 109
13.2.2. Atribuições do coordenador de curso 109
13.2.3. Efetiva dedicação à administração e à condução do curso 110
13.3. ARTICULAÇÃO DA GESTÃO DO CURSO COM A GESTÃO INSTITUCIONAL 111
14. Implementação das Políticas Institucionais Constantes no PDI e no PPI, no Âmbito do Curso 112
15. Articulação do colegiado do curso com os colegiados superiores da instituição 113
16. Articulação do Projeto Pedagógico do Curso – PPC – com o Projeto Pedagógico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional 114
17 COERÊNCIA DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO E DO CORPO DOCENTE COM A PROPOSTA CURRICULAR 115
18. corpo Docente: QUADRO DE PROFESSOR POR DISCIPLINA 116
18.1. ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL 118
18.2. POLÍTICA E PLANO DE CARREIRA 118
18.3. CRITÉRIOS DE ADMISSÃO 119
18.4. PLANO DE QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA 120

18.6. INCENTIVO À FORMAÇÃO/ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA DOS DOCENTES 120
18.7. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE 121
18.8. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR 121
19. COERÊNCIA DO CORPO DOCENTE COM A PROPOSTA CURRICULAR 122
19.1. Corpo Técnico Administrativo EM EDUCAÇÃO: Atuação no Âmbito do Curso 122
20. INFRAESTRUTURA 123
20.1. INFRAESTRUTURA: Instalações Físicas 123
20.3. BIBLIOTECA 124
20.3.1. Espaço Físico 124
20.3.2. Descrição do Acervo 124
20.3.3. Tecnologia da Informação e comunicação no processo Ensino-aprendizagem Tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e inovação tecnológica 125
20.3.4. Jornais e revistas 126
20.3.5. Política de aquisição, expansão e atualização do acervo 126
20.3.6. Atualização do acervo no âmbito do curso 127
20.3.7. Horário de Funcionamento 127
20.3.8. Serviços de biblioteca 127
20.3.9. Pessoal técnico administrativo em educação da biblioteca 128
20.4. DAS SALAS DE AULA 129
20.5. DO AUDITÓRIO 129
20.6. DA SALA DE COORDENAÇÃO DE CURSO 129
20.7. DA SALA DE DIREÇÃO DO CFI 129
20.8. DA SALA DOS PROFESSORES EM TEMPO INTEGRAL 129
20.9. DOS LABORATÓRIOS 129
20.9.1. Laboratório de informática 129
20.9.2. Laboratório de tecnologia da informação e comunicação 130
20.9.3. Laboratório Oficyber 130
20.9.4. Laboratórios de aprendizagem ativa 130
20.9.5. Laboratórios de análises qualitativas (LACQUA) 130
20.9.6. Laboratório de cultura, identidade e memória na Amazônia (CIMALAB) 130
21. INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA 131
REFERÊNCIAS 132
ANEXOS 140

1. INTRODUÇÃO

A contemporaneidade tem se caracterizado por transformações complexas e dinâmicas. Essas transformações têm exigido das mais diversas instituições da sociedade uma série de respostas que sirva de parâmetro de ressignificação da vida das pessoas e de novas concepções sobre formação humana, conhecimento, relações sociais, organizações geopolíticas, estruturas econômicas e representações culturais. Vivemos tempos de mudanças, em que não somente as certezas e as utopias têm sido questionadas, como também o modo de se perceber e compreender a sociedade e o nosso meio ambiente. Nesse sentido, novos cenários complexos surgem, outros são reafirmados, demonstrando a existência de intenso movimento que vem ocorrendo desde meados do século XX e apontando novas possibilidades e desafios para o século XXI.

A reorganização do cenário mundial nos impõe novos desafios. Neste aspecto, o Brasil busca consolidar suas estruturas político-democráticas e ampliar os direitos da cidadania a partir do desenvolvimento social, econômico e educacional. Especificamente no caso da educação, ao servir de lugar de promoção do desenvolvimento social, por meio da formação para o exercício da cidadania e sendo responsável pela superação das desigualdades sociais, ganha importante reconhecimento no contexto nacional e mundial.

A Constituição de 1988 foi o marco fundamental para a efetiva consolidação do regime democrático brasileiro. Daí desencadeou-se todo um processo de amplas reformas na educação básica e, consequentemente, na educação superior brasileira. Assim, a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996 (Lei nº 9.394/96) apontam para o redimensionamento do sistema brasileiro de educação, a fim de lançar o país num mundo contemporâneo impregnado de complexidade.

Ciente desse contexto, o Centro de Formação Interdisciplinar (CFI) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) compreende que sua função social está ligada à formação humana em geral e, especificamente, à formação para o exercício da cidadania e ao desenvolvimento sustentável na região amazônica. O curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais (BICA) concebe a formação de pessoas capazes de articular diversos saberes no exercício pleno da sua cidadania e no desempenho consciente de seu papel na democracia brasileira, na consolidação das identidades manifestadas nas várias formas culturais da região, na realização pessoal e no exercício das competências profissionais necessárias e adequadas para responder aos desafios do mundo contemporâneo.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais (BICA) é o documento mestre que contém o conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática acadêmica do curso, refletindo de modo manifesto a missão, os objetivos e as finalidades institucionais que se propõe executar, historicamente relacionados com sua área de abrangência. A proposta que ora se apresenta tem a intencionalidade de adequar-se ao atual momento regional, nacional e internacional em relação às demandas educacionais na formação social, econômica, cultural e profissional. Isto implica adequar os caminhos pedagógicos do projeto às exigências do contexto amazônico, lócus de realização do curso. Ela valoriza as concepções contemporâneas de sociedade, cidadania, democracia, solidariedade, sustentabilidade e ética, descritas a partir da experiência histórica da UFOPA no espaço da Amazônia e que devem se refletir na formação dos acadêmicos do curso neste projeto.

Há no presente projeto ênfase num modelo de formação acadêmica que está comprometido com a melhoria do desenvolvimento humano da sociedade amazônica, construído a partir do exercício das atividades de cidadania. Nesta perspectiva, o CFI, por meio do BICA, se compromete a participar ativamente da concepção e concretização das políticas públicas voltadas para a formação do cidadão consciente de seu papel no desenvolvimento sustentável da região.

O BICA tem como propósito institucional formar pessoas numa e para uma sociedade em forte processo de mudança, promovendo atividades que fortaleçam a sustentabilidade como fator integrante do desenvolvimento. Assim sendo, é apropriado que a formação de um bacharel interdisciplinar seja exitosa no sentido de capacitá-lo e torná-lo competente na execução das atribuições que lhe são legalmente conferidas durante os anos de formação. O marco estruturante do BICA do CFI exige uma revisão teórico-metodológica do processo formativo, que supere fragilidades e desarticulações advindas de modelos de gestão com perspectiva pragmática e instrumental de educação pouco afeita a concepções democráticas de gestão em educação, e tem por base os aspectos *relacional* – questionando a qualidade da educação dos grupos subjugados e dos grupos privilegiados; *substantivo* – colocando em debate as formas atuais de educação; *político* – questionando currículos, métodos de ensino e avaliação naquilo que diz respeito à contribuição para a preservação do *status quo*; e *histórico da educação* – perguntando sobre a transformação das estruturas sociais. Sob esses aspectos, estamos apresentando o Projeto de Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais (BICA), em todos os seus fundamentos.

O Centro de Formação Interdisciplinar atende a vários cursos ofertados pelos institutos, pois é a unidade acadêmica de natureza interdisciplinar e integradora entre as grandes áreas do conhecimento em suas atividades de pesquisa, extensão e ensino, à qual também compete organizar de forma sistêmica a temática interdisciplinaridade. Nesse sentido, o CFI intenciona ofertar o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais (BICA), fundamentado na concepção de que os acadêmicos, no final do curso, deverão compreender – sob a óptica da interdisciplinaridade – as relações entre sociedade, meio ambiente e

desenvolvimento. Eles deverão adquirir conhecimentos conceituais e empíricos relacionados às questões contemporâneas e contribuir para haver mudanças no sistema de referência do desenvolvimento local e global, buscando sempre a integração das múltiplas dimensões da sustentabilidade, conservação dos recursos naturais e a melhoria do desenvolvimento humano das populações atuais e futuras.

Assim sendo, a organização do BICA, objeto deste projeto, expressa que a interdisciplinaridade é uma abordagem científica e cultural necessária ao entendimento da relação entre natureza e sociedade. Por ser a interdisciplinaridade elemento fulcral na proposta pedagógica da UFOPA, no CFI, unidade acadêmica responsável por fomentar a mesma, os seus docentes foram selecionados sob a perspectiva interdisciplinar e são qualificados para conduzir discussões referentes à Amazônia, seja no âmbito das diversas áreas das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Naturais, seja igualmente no âmbito das interfaces temáticas. O CFI conta atualmente com 20 docentes, com ampla experiência no ensino, pesquisa e extensão pautados na interdisciplinaridade. Trata-se de um grupo constituído por docentes/pesquisadores experientes e jovens, oriundos de diferentes horizontes disciplinares, que têm se empenhado na consolidação da liderança da UFOPA como instituição produtora de conhecimento baseado na abordagem interdisciplinar e sua projeção como principal protagonista nos debates visando à sustentabilidade na região oeste do Pará.

Nos dias de hoje é notório que o acervo e o formato científico-tecnológico montado apenas em bases disciplinares perdem sua força quando se trata de equacionar problemas complexos e contemporâneos, como a poluição, degradação ambiental de qualquer natureza, degradação da saúde humana etc. Daí a pertinência desta proposta de bacharelado que visa contribuir na promoção e constante revitalização do debate sobre o desenvolvimento sustentável e sua agenda, em particular na região oeste do Pará. A atual proposta reitera ainda o compromisso institucional com a inovação contínua diante das transformações da sociedade e das atualizações científicas, que é um dos princípios norteadores expressos no plano de desenvolvimento da UFOPA.

Considerando-se as assimetrias regionais e as distâncias que separam a nossa região dos grandes centros, onde são maiores as oportunidades de qualificação acadêmica e profissional, a presente proposta justifica-se como viável e relevante gerando impactos efetivos e consistentes na formação de recursos humanos. Além disso, ela está em perfeita sintonia com o projeto institucional da UFOPA, cuja missão é: “Socializar e produzir conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia; e tem como Visão de Futuro: ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento.”

A questão da interdisciplinaridade, em particular, está intimamente ligada à problemática da intervenção educativa que nos convida a questionar a prática profissional dentro de uma perspectiva multirreferencial. A formação do egresso baseada na interdisciplinaridade se apoia na indispensável sinergia entre teoria e prática como um vetor de inovação. Desta forma, mais do que a produção de conhecimento, abre-se por meio da presente proposta de bacharelado interdisciplinar um campo de superação do paradigma disciplinar para

a criação de projetos/ações prospectivas de interesse ambiental. Sendo assim, consideramos de extrema relevância acadêmica e social a presente proposta de curso de BICA, gerido e institucionalizado pelo CFI, no sentido de oportunizar a compreensão das dinâmicas inter-relações sociedade-natureza e o desenvolvimento humano daí resultante.

3. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

As ações da UFOPA são planejadas como respostas às demandas das comunidades do seu entorno e a partir de sua iniciativa acadêmica. Em suas propostas e ações de interação, por um lado, faz intervir o conjunto de seu potencial humano (servidores docentes, técnicos administrativos em educação e estudantes) e, por outro, procura garantir essa resposta com agilidade e qualidade, com ideias e propostas inovadoras. A UFOPA é uma instituição pública federal com campus sede em Santarém.

3.1. DA MANTENEDORA

3.1.1. Dados de Identificação

Nome:	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO				
CNPJ:	00.394.445/0003-65				
End.:	Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Ed. Sede e Anexos				
Cidade:	Brasília	**UF:**	DF	**CEP:**	70.047-903
Fone:	---	**Fax:**	---		
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br				

3.2. DA MANTIDA

3.2.1. Dados de Identificação

Nome:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ				
CNPJ:	00.394.445/0003-65				
End.:	Rua Vera Paz, S/N, Bairro Salé				
Cidade:	Santarém	**UF:**	PA	**CEP:**	68.135-110
Fone:	(093) 2101-4911	**Fax:**	(93) 2101-4912		
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br				
Sítio	www.ufopa.edu.br				

3.2.2. Atos Legais da Constituição

DADOS DE CREDENCIAMENTO	
Documento/Nº	Lei 12.085, de 06 de novembro de 2009
Data do Documento	05 de novembro de 2009
Data de Publicação	06 de novembro de 2009

3.2.3. Dirigente da Principal Mantida

Cargo:	Reitor		
Nome:	Hugo Alex Carneiro Diniz		
CPF:			
Fone:	(093) 2101-6506	**Fax:**	(93) 2101-6520
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br		

3.2.4. Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará

Reitor: Hugo Alex Carneiro Diniz
Vice-Reitora: Aldenize Ruela Xavier
Presidente do Conselho Superior: Hugo Alex Carneiro Diniz
Pró-reitora de Gestão Estudantil: Lidiane Nascimento Leão
Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Solange Helena Ximenes Rocha
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Rogério Favacho da Cruz
Pró-Reitor de Administração: Sofia Campos e Silva Rabelo
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Fabriciana Vieira Guimarães
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Domingos Luis Wanderley Picanço Diniz
Pró-Reitor de Comunidade, Cultura e Extensão: Marcos Prado Lima
Diretor do Centro de Formação Interdisciplinar: Raimundo Valdomiro de Sousa
Vice-Diretor do Centro de Formação Interdisciplinar: Ricardo Scoles Cano

3.2.5 Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará

Primeira universidade do interior da Amazônia, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi criada pela Lei n.º 12.085/09, de 05 de novembro de 2009, e publicada no D.O.U. n.º 212, de 06.11.2009, Seção 1, página 01/02, a partir da incorporação dos campi da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), situados em Santarém, com o propósito de ampliar a missão de interiorização e de integração do ensino superior na Região Amazônica. Neste sentido, a UFOPA já nasce interiorizada, estruturando-se em sete campi, localizados nos municípios de Santarém (sede), Itaituba, Oriximiná, Óbidos, Monte Alegre, Alenquer e Juruti. Por isso, a UFOPA tem como característica preponderante ser multicampi. Em Santarém, há três unidades universitárias: Rondon, antigo campus da UFPA; Tapajós, antigo Núcleo Interinstitucional de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (NDSA), onde funcionava a Unidade Descentralizada da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); e Amazônia que está localizada em espaço alugado.

Inicialmente, a região de abrangência da UFOPA era composta de 19 (dezenove) municípios (Lei Estadual n.º 6.268/1999). Com a ascensão do Distrito de Mojuí dos Campos à categoria de município, desmembrado do município de Santarém, e com a posse de seu primeiro prefeito em 1.º de janeiro de 2013, a área de abrangência da UFOPA passou a ser composta de 20 (vinte) municípios. A população total desses municípios é de 912.006 habitantes (IBGE, 2010), que corresponde a 12% da população do Estado do Pará. A área ocupada é de 512.616 km² (IBGE, 2010), que corresponde a 41% da área total do Estado (1.250.000 km²). A densidade demográfica média é de 1,78 hab/km², sendo o município de Santarém o de maior densidade demográfica – 12,87 habitantes/km. Faz parte dessa área de abrangência da UFOPA municípios da mesorregião do Baixo Amazonas (representados por Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Santarém e Terra Santa), além dos municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo

Progresso, Rurópolis e Trairão, da área de influência da Rodovia BR-163, que pertencem à mesorregião do sudoeste paraense. A Figura 1 a seguir apresenta o mapa dos municípios da área de abrangência da UFOPA. As informações sobre Mojuí dos Campos ainda estão agregadas à Santarém.

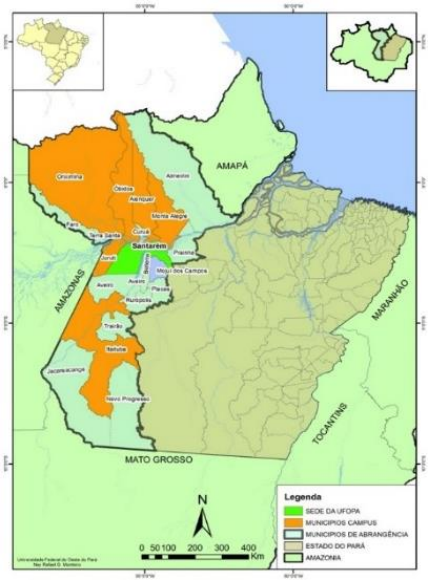

Figura 1 – Área de atuação da UFOPA
Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan) – Ano 2012

A população da região de abrangência da UFOPA é mais de duas vezes a população do Estado de Roraima com 451.227 habitantes (IBGE, 2010) e superior à população de outros estados, tais como o Amapá (668.689 habitantes) e o Acre (732.793 habitantes).

Tabela 1 – Características dos municípios da área de abrangência da UFOPA.

Município	População	Área (km²)	Densid dem.	Pop. Rural[1]	Idhm[2]	Mat. Em[3]	Elm[4]
Alenquer	52.626	23.645,40	2,23	47,32	0,672	2.284	23,17
Almeirim	33.614	72.954,50	0,46	40,61	0,745	1.571	26,32
Aveiro	15.849	17.073,80	0,93	79,94	0,635	679	20,49
Belterra	16.318	4.398,40	3,71	58,01	0,647	718	29,46
Curuá	12.254	1.431,20	8,56	52,82	0,668	734	35,27
Faro	8.177	11.770,60	0,69	25,06	0,622	274	19,87
Itaituba	97.493	62.040,10	1,57	27,50	0,704	4.004	26,99
Jacareacanga	14.103	53.303,00	0,26	65,04	0,652	589	9,52
Juruti	47.086	8.305,10	5,67	66,33	0,630	2.661	23,97
Monte Alegre	55.462	18.152,50	3,06	55,71	0,690	2.946	35,46
Novo Progresso	25.124	38.162,40	0,66	29,48	0,760	990	28,51
Óbidos	49.333	28.021,30	1,76	48,38	0,681	2.376	31,99
Oriximiná	62.794	107.603,00	0,58	36,07	0,717	2.902	32,8
Placas	23.934	7.173,20	3,34	79,72	0,690	684	16,63
Prainha	29.348	14.786,70	1,98	69,47	0,621	863	11,6

Rurópolis	40.087	7.021,30	5,71	61,90	0,651	876	13,36
Santarém[5]	294.580	22.886,80	12,87	26,75	0,746	19.895	48,04
Terra Santa	16.949	1.896,50	8,94	39,02	0,688	942	32,65
Trairão	16.875	11.991,10	1,41	66,35	0,651	549	15,78
TOTAL	**912.006**	**512.616,90**	**1,78**	**51,34**	**0,677**	**46.537**	**25,36**

Fontes: População – IBGE, 2010; 1-Taxa de população da zona rural por município – IBGE, 2010; 2-Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – PNUD, 2000; 3-Matrículas no Ensino Médio – Inep, 2011; 4-Taxa Líquida de Escolarização no Ensino Médio – Anuário Estatístico do Pará, 2011; 5- Nas informações de Santarém estão incluído o município de Mojuí dos Campos instalado em 1.º janeiro de 2013.

A região vem sofrendo intensos processos de mudanças socioeconômicas, ambientais, de saúde e bem-estar. Essas mudanças têm contribuído para o crescimento econômico e populacional, resultando em melhorias nos indicadores tradicionais de saúde (redução da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida). Contudo, ainda é preocupante o índice de desenvolvimento humano, sob a forma de grandes desigualdades sociais e econômicas, e a sobreposição dos impactos na saúde ambiental da população local, apontando para um modelo de desenvolvimento insustentável às gerações presentes e futuras. A constatação exige respostas à altura dos desafios colocados na atualidade. Uma das respostas governamentais feitas pelo Estado brasileiro é a implantação da UFOPA.

Parte do programa de expansão das universidades federais e políticas do Ministério da Educação para ampliar a oferta de ensino superior na região Amazônica, a UFOPA foi criada no intuito de minimizar o processo de estagnação econômica da região em que está inserida, uma vez que a educação viabiliza o desenvolvimento regional, buscando ser um agente da definitiva incorporação da região ao mapa do desenvolvimento do estado do Pará e do Brasil. Nesse cenário, a UFOPA, sediada na cidade de Santarém, polo universitário na região do oeste do Pará, e a mais avançada do estado, após o da capital Belém, tem histórico que é expressão de políticas de interiorização universitária no norte brasileiro.

A história da UFOPA inicia com o processo de interiorização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Santarém, efetivamente em 1971, pelo Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará, criado em 14 de outubro de 1970 (Resolução n° 39/1970 – CONSEP–UFPA). Inicialmente, foram ofertados cursos de licenciaturas de curta duração, entre os anos de 1971 e 1973, cujas atividades de ensino foram desenvolvidas na Escola Estadual de Ensino Médio Álvaro Adolfo da Silveira.

O Núcleo de Educação foi reativado em 1980, proporcionando que no período de 1980 a 1983 fossem realizados novos cursos de licenciatura de curta duração e cursos de complementação de estudos para os professores da rede básica de ensino que já possuíssem a licenciatura de curta duração. Posteriormente, um convênio realizado entre a UFPA e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1983, possibilitou o início do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. As atividades referentes a este curso foram desenvolvidas na Escola Municipal Everaldo de Souza Martins, cedida à UFPA pela Prefeitura Municipal de Santarém, onde hoje funciona a Unidade Rondon da UFOPA.

Em janeiro de 1987, a UFPA começou o processo de interiorização por meio de oito *campi* universitários em municípios considerados polos de desenvolvimento do Pará:

Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure. Em cada um deles foram implantados cinco cursos de Licenciatura Plena – Matemática, Letras, Geografia, História e Pedagogia –, todos iniciados em janeiro de 1987. Estabeleceu-se também que os campi teriam como abrangência os 143 (cento e quarenta e três) municípios paraenses. Todos os campi da UFPA foram criados na expectativa de, no futuro, serem transformados em universidades. Além disso, os cursos disponíveis inicialmente funcionavam no período intervalar, com os professores sendo deslocados do campus de Belém.

Com a finalidade de dar um caráter permanente às ações da UFPA no município de Santarém, no princípio da década de 90, deu-se início à implantação de cursos em caráter permanente, com corpo docente próprio. No ano de 2000, foi elaborado um projeto de transformação do Campus Universitário da UFPA de Santarém no Centro Universitário Federal do Tapajós, como estratégia para a criação da Universidade Federal do Tapajós.

No ano de 2003, começou o processo de interiorização da UFRA com a criação da Unidade Descentralizada do Tapajós (UFRA Tapajós). O campus da UFRA Tapajós começou a funcionar nas instalações do Centro de Tecnologia Madeireira (CTM) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o qual em 20 de dezembro de 2005 passou a ser denominado de NDSA.

Em 2006, foi apresentado um Projeto Legislativo no Senado Federal, com o objetivo de criar duas Universidades Federais no Estado do Pará, sendo uma com sede em Santarém e outra, Marabá. Em solenidade comemorativa aos 50 anos da Universidade Federal do Pará, ocorrida no Teatro da Paz em Belém-Pará, em 2 de julho de 2007, o então Reitor Alex Fiúza de Melo entregou ao Ministro da Educação Fernando Haddad o projeto de criação e implantação da UFOPA. Posteriormente, os Ministros da Educação Fernando Haddad e do Planejamento Paulo Bernardo da Silva encaminharam a Exposição de Motivos Interministerial n.º 332/2007/MP/MEC ao Exmo. Senhor Presidente da República, em 11 de dezembro de 2007. Isso possibilitou que, em fevereiro de 2008, o Projeto de Lei - PL 2879/2008, propondo a Criação da UFOPA, fosse enviado ao Congresso Nacional. Em seguida, a SESU/MEC instituiu a Comissão de Implantação da UFOPA, pela Portaria n.º 410, de 3 de junho de 2008, com a finalidade de realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular, administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, visando atender os objetivos previstos no Projeto de Lei n.° 2879/2008. O Ministro da Educação instalou a comissão e empossou o seu presidente, Prof. Dr. José Seixas Lourenço, no dia 4 de julho de 2008. Nessa mesma data, foi instituído um Conselho Consultivo integrado pelo governo do estado do Pará (Vice-Governador, SEDECT, FAPESPA, SEDUC, SEPAQ, SIDS e IDEFLOR), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, Banco da Amazônia, UFPA, UFRA e Prefeitura Municipal de Santarém, que prestou primoroso apoio à Comissão de Implantação.

Durante o processo de implantação da UFOPA, foi realizada ampla discussão com a comunidade acadêmica local e regional, dentre as quais destacamos os seminários realizados em Santarém, nos dias 14 e 15 de agosto de 2008, denominados “Pensando em uma Nova Universidade, modelos inovadores de formação de recursos humanos” e “Santarém: Polo de

Conhecimento, catalisador do desenvolvimento regional". Participaram desse seminário reitores e dirigentes das mais destacadas instituições de ensino e pesquisa do país, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (CAPES/MEC), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências (ABC), Governo do Estado do Pará, Prefeitura Municipal de Santarém, docentes, técnicos administrativos em educação e discentes. Os resultados dessas discussões foram sintetizados no Projeto de Implantação (1.ª Edição) da Universidade Federal da Integração Amazônica (UNIAM), entregue ao ministro da Educação Fernando Haddad, em dezembro de 2008, em Belém (PA). Esse projeto, além de propor a mudança de nome da universidade, apresentou uma arquitetura administrativa e acadêmica inovadora, flexível, interdisciplinar, empreendedora, eficiente, integrando sociedade, natureza e desenvolvimento.

Após criada a UFOPA (Lei n.º 12.085/09, de 05 de novembro de 2009), em 5 de dezembro de 2009, sob a presidência do Reitor da Universidade Federal do Pará (instituição tutora), foi instalado o seu Conselho Consultivo. Atualmente, a UFOPA possui 5.464 estudantes de graduação matriculados. A sua entrada se dá via ENEM, Processo Seletivo Especial (PSEI) que permite o acesso de indígenas e quilombolas ao ensino superior por um processo seletivo especial, e pelo Parfor (Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica). No caso do Parfor, conforme o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) da UFOPA, com a finalidade de intensificar a inserção regional, a UFOPA já conta com um quadro mínimo de servidores docentes e técnicos administrativos em educação em cada um dos municípios. A atuação da UFOPA nos campi fora de sede é feita principalmente pelo Parfor, em parceria com o MEC/CAPES, governo do estado do Pará e prefeituras municipais, atuação esta que envolve também o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão. Os cursos ofertados são de Licenciaturas Integradas em Matemática-Física, História-Geografia, Português-Inglês, Biologia-Química e Licenciatura em Pedagogia.

Além de fornecer meios para a ampliação e melhoria da qualidade de ensino na educação básica, a UFOPA tem como desafio implementar cursos de nível superior em cada um dos campi fora de sede com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso ao nível superior de ensino, contribuindo para a cidadania e o desenvolvimento regional. Outro desafio de importância para a instituição é a melhoria da Taxa de Escolarização Líquida (ELM) no ensino médio, ou seja, ampliar a inclusão dos jovens de 15 a 17 anos no ensino médio.

Apresenta-se, a seguir, a evolução de estudantes matriculados no Parfor até 2012, além da previsão deste número até 2016.

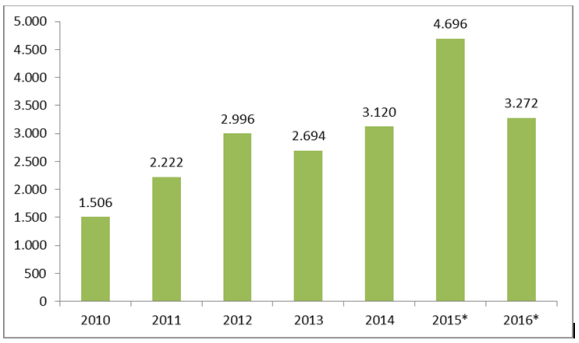

Figura 2 – Evolução do número de estudantes matriculados no Parfor.
Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) / Diretoria de Avaliação e Informações Institucionais (DIAVI) – Ano 2015 (Obs.: Os anos assinalados com "*" são previsões estabelecidas pela equipe).

O Parfor constitui uma das iniciativas de impacto ao objetivo estratégico de integração da UFOPA, já que atualiza docentes a atenderem melhor a educação básica regional e assim promove a inserção social. A inserção regional da UFOPA pode ainda ser caracterizada pela sua estrutura organizada em unidades acadêmicas temáticas, focadas na interdisciplinaridade, potencialidades regionais (entre as quais destacamos a biodiversidade florestal e aquática, potencial mineral e diversidade social) e na formação de professores da educação básica. Essa inserção regional acontece também pela oferta dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Na pós-graduação, há 555 estudantes matriculados nos cursos de especialização, mestrado, e doutorado. Considerando-se as demandas relacionadas ao desenvolvimento econômico, necessidade de melhoria nas condições de vida e demanda para novos cursos de graduação e pós-graduação, desde 2010, a Administração Superior da UFOPA, motivada pelo MEC e pela CAPES, vem investindo na universalização das oportunidades de formação continuada qualificada, visando fixar competências como forma de reduzir assimetrias regionais.

Quanto à inserção nacional e internacional da UFOPA, as ações ocorrem pelas atividades da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (PROPPIT), por meio da Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais (ARNI), criada em maio de 2010. O diálogo praticado pela ARNI com instituições locais, nacionais e internacionais tem como base a importância do bioma Amazônia na construção das relações de parcerias bilaterais ou multilaterais. A interação acadêmico-científica e tecnológica com instituições estrangeiras considera a conservação ambiental, mas, sobretudo, as melhorias socioeconômicas da população amazônica e a inclusão da região em cenários de desenvolvimento global.

As várias formas de cooperação nacional e internacional da UFOPA, tais como as mobilidades discentes e docentes, desenvolvem-se com base em projetos de pesquisa, ensino e extensão entre seus grupos, cujos resultados científicos são bons indicadores do sucesso da parceria. Desse modo, a UFOPA tem objetivos que norteiam os seus processos regionais, nacionais e internacionais, bem como ações relacionadas a cada um deles. O PDI apresenta ações relacionadas aos objetivos do processo de regionalização, nacionalização e internacionalização.

A formação acadêmica da UFOPA está estruturada em um sistema inovador pautado pela flexibilidade curricular, interdisciplinaridade. Conforme seu PDI, a UFOPA se organiza em 7 (sete) unidades acadêmicas, sendo 6 (seis) institutos temáticos e 01 (um) Centro de Formação Interdisciplinar (CFI), produtores de ensino, pesquisa e extensão com apelo amazônico, a saber: Instituto de Ciências da Educação (ICED); Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF); Instituto de Ciências da Sociedade (ICS); Instituto de Engenharia e Geociências (IEG); Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas (ICTA); Instituto de Saúde Coletiva (ISCO). Os institutos ofertam aproximadamente 48 cursos de graduação, além da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

3.2.5.1. A proposta acadêmica geral (organização dos cursos)

A proposta acadêmica da UFOPA caracteriza-se, de forma geral, pela inovação, flexibilidade curricular, mobilidade, interdisciplinaridade. Ainda no ano de 2010, a UFOPA oferece nove cursos tradicionais herdados das instituições que lhe deram origem e realizaram, inclusive, exame vestibular para o ano de 2010, em função de editais anteriores à criação desta nova Universidade. Entretanto, desde 2010, na seleção dos estudantes para o período de 2011 e seguintes, a UFOPA utiliza o Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM e Processo Seletivo Especial, este último voltado para ações de afirmação e inclusão universitária de indígenas e quilombolas.

Em junho de 2010, tiveram início cinco novos cursos para formação de professores, ministrados em seus seis campus do interior. A partir de março de 2011, vinte novos outros cursos foram oferecidos, no campus sede, em Santarém, constituindo experiências inovadoras curriculares, apresentando características distintas daquelas dos cursos anteriormente existentes no campus santareno da UFPA e da UFRA que lhe deram origem. Neste sentido, a organização curricular da UFOPA passou a refletir a adoção de um projeto acadêmico em consonância com a inovação, a racionalidade e a flexibilidade, apontadas pelas tendências universitárias do mundo contemporâneo. Trata-se, portanto, da busca de condições de operação da instituição apropriadas aos novos desafios e às novas dinâmicas e fronteiras do conhecimento, à pluralidade dos saberes, à prática interdisciplinar, objetivando a formação profissional contínua e competente e a formação cidadã dos seus discentes. Neste sentido, sua organização tem como fundamento a educação continuada na forma de ciclos de formação.

3.2.5.2. A formação no âmbito da UFOPA

A estrutura acadêmica da UFOPA envolve os níveis de graduação interdisciplinar e profissionalizante, e de pós-graduação. O tipo de formação que tal sistema exige demanda que, internamente, haja flexibilidade curricular e mobilidade docente e discente entre os programas (cursos e projetos) da instituição, além da adequação e da inovação das formas e instrumentos de gestão administrativo-acadêmica; externamente, a busca pelo estabelecimento de elos de integração regionais, nacionais e internacionais.

3.2.5.3. Estrutura Acadêmica em Seis (6) Unidades

A estrutura acadêmica dispõe de (1) um Centro de Formação Interdisciplinar e (6) seis Institutos temáticos científicos, cujas áreas de atuação são vinculadas ao contexto amazônico:

(1) CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR - CFI
(6) INSTITUTOS TEMÁTICOS CIENTÍFICOS
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED
BIODIVERSIDADE E FLORESTAS – IBEF
CIÊNCIAS DA SOCIEDADE – ICS
ENGENHARIA E GEOCIÊNCIAS – IEG
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS – ICTA
SAÚDE COLETIVA – ISCO

3.2.6 Acerca da missão e da visão da UFOPA

Produzir e socializar conhecimentos contribuindo para a cidadania e desenvolvimento na Amazônia.

3.2.7 Acerca da visão da UFOPA

Ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento.

3.2.8 Princípios norteadores da UFOPA

Nos tempos atuais, há um processo crítico de reorganização das instituições superiores quanto a modelos de gestão universitária, programas curriculares, formação profissionalizante, formação para a pesquisa, relações entre universidade e sociedade entre outros aspectos. As críticas se fazem no campo institucional, quanto à segmentação da formação acadêmica e a descontinuidade dos estudos em relação ao processo de educação continuada; ao isolamento e distanciamento dos institutos de formação e os sistemas de ensino da educação básica. Há também críticas ao campo curricular quanto à desconsideração do repertório de conhecimento dos acadêmicos em formação; ao tratamento inadequado dos conteúdos em relação ao contexto contemporâneo; à falta de oportunidades para o desenvolvimento cultural; ao tratamento restrito fortemente especializado da atuação profissional; à concepção restrita da prática; à inadequação do tratamento da pesquisa; à incipiente formação dos acadêmicos para o trato com as tecnologias da informação e das comunicações.

Neste sentido, a UFOPA, de acordo com o Regimento Geral, tem os seguintes princípios:

- gestão democrática, descentralizada e transparente, baseada na colegialidade e representatividade das categorias que compõem a comunidade universitária;
- respeito e valorização da diversidade cultural, étnica, do pluralismo de ideias e concepções acadêmico-científicas;
- universalidade do conhecimento, do fomento à interdisciplinaridade e da valorização das práticas regionais;

- diversidade de métodos, critérios e procedimentos didático-científicos e acadêmicos;
- formação e produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional, com a construção de uma sociedade justa, plural, democrática e participativa, em uma perspectiva multi, inter e transdisciplinar;
- democratização do acesso e permanência na Universidade, adotando políticas e ações
- afirmativas para superação das desigualdades sociais e descriminação de qualquer natureza.
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- natureza pública e gratuita do ensino;
- promoção da excelência acadêmica;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente;
- compromisso com o desenvolvimento sustentável em uma visão integrativa das
- expressões culturais, econômicas e ecológicas da Amazônia.

Na intenção de superar as fragilidades que a crítica contemporânea faz aos campos institucionais e curriculares, no tocante à formação acadêmica universitária, a proposta político-pedagógica do curso de BICA amplia os princípios orientadores, quais sejam:

i) Centralização na ideia de construção de competências pelos discentes e docentes e não mais na aquisição exclusiva de conhecimentos;

ii) Prioridade aos espaços e situações de interação de estudantes e professores que permitem o comprometimento com o exercício pleno da cidadania, com a consolidação da democracia e com o desenvolvimento de laços solidários nas relações interpessoais e coletivas;

iii)Perspectiva epistemológica interdisciplinar considerada mais como uma possibilidade de encontro de indivíduos e seus saberes do que propriamente de disciplinas;

iv)Ênfase metodológica cunhada na perspectiva de interdisciplinaridade, privilegiando as possibilidades de aprendizagem focadas em situações-problema e desenvolvimento de projetos que permitem uma maior interação de pessoas e conhecimentos;

v) Consideração da avaliação como uma relação de *feedback* professor-estudante e presente ao longo de todo ensino-aprendizagem do módulo interdisciplinar;

vi)Ênfase na continuidade do ensino-aprendizagem nas atividades de pesquisa e extensão consideradas como elementos essenciais na formação profissional do bacharel.

A realização desses princípios depende necessariamente de uma instituição eficiente e gestora. A gestão acadêmica em uma sociedade democrática organiza-se como colegiada, compartilha suas responsabilidades e busca a descentralização do poder de forma planejada e funcional. As competências devem ser distribuídas de maneira que, ao contrário de dificultar, fomente maior eficiência no processo educacional. Ora, uma instituição superior pública de educação tem o papel de democratizar o ensino e fazê-lo acontecer. Por isso, todo ambiente capaz de promover o processo de aprendizagem deve ser incentivado à ocorrência no espaço acadêmico. Cabe a ela fornecer os meios adequados para a circulação de informações,

favorecendo uma maior transparência do processo educacional, bem como do processo administrativo público em ocorrência, para que assim seja mais fácil e notável a iniciativa de gestores e professores no que concerne ao processo de aprendizagem.

O CFI, enquanto unidade acadêmica da UFOPA, tem sua estrutura adequada a um tipo de modelo universitário que prima pela interdisciplinaridade, pela democratização na forma colegiada do poder de decisão sobre os assuntos pedagógicos, atendimento aos processos administrativos públicos e pela sustentabilidade como elemento norteador dos seus projetos, programas e cursos, implantados e oferecidos ao público do oeste do Pará.

3.3. DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO ACADÊMICO DO CFI (UFOPA)

A implantação do CFI, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), está baseada na Legislação Educacional em vigor no país, a saber, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996 e publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro do mesmo ano. Sua criação, aprovação e manutenção o torna órgão da referida universidade, que se constitui por via legal, conforme a Lei n.º 12.085/09, de 05 de novembro de 2009, e p*ublicada no DOU* n.º 212, de 06.11.2009, Seção 1, páginas 01 e 02, a partir da incorporação dos campi da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), situados em Santarém, com a finalidade de ampliar sua proposta de interiorização e integração do ensino superior na região amazônica, tendo sete campi, localizados nos municípios de Santarém (campus sede), Itaituba, Oriximiná, Óbidos, Monte Alegre, Alenquer e Juruti; e podendo implantar outros campi na área de abrangência administrativa da UFOPA.

A existência formal do CFI está em concordância com o disposto no *corpus iuris* da Carta Magna brasileira, explicitamente o Capítulo III: Da Educação, da Cultura e do Desporto, artigos 205 a 217; bem como do artigo 43 ao 57, exceto o inciso I do artigo 44, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e Decreto-Lei n.º 3.276, de 6 de dezembro de 1999, dispondo sobre a formação em nível superior de professores para atuar na Educação Básica e dá outras providências, decreto este arregimentador dos cursos de licenciatura, constituem-se em conjunto com os dispositivos legais pertinentes nos documentos reguladores e disciplinadores da Universidade Federal do Oeste do Pará, em *status* estruturadores das atividades planejadas e desenvolvidas CFI.

O CFI é um *locus* de formação criado em consequência de processos históricos e pedagógicos de discussão do modelo de universidade que se enseja para o Brasil e para a região amazônica, numa época de mudanças paradigmáticas globais com os consequentes novos cenários epistemológicos complexos. Neste sentido, o CFI não escapa à historicidade e à política, pois se enraíza na realidade brasileira de implantação de modelos avançados de gestão da educação e promoção do saber sob a égide da interdisciplinaridade ensejando a transdisciplinaridade, e tem como foco para a sua construção institucional a educação de qualidade. As práticas sociais vigentes no país em relação à educação influenciam as projeções desenhadas pelos atores pedagógicos envolvidos neste centro, e por isso, ele possui uma vital importância de configurar-se como um espaço aberto à realização de programas de formação

continuada das pessoas a ele ingressantes.

No CFI, temos um *locus* de formação interdisciplinar, observatório do seu contexto histórico e político, e principalmente da sua região de atuação. Para isso, buscará diálogo com as referências globais em questões ambientais, de sustentabilidade, de suporte e valorização de culturas tradicionais, razão esta que o obriga a uma permanente avaliação de suas condições possibilidades de ajudar na transformação da sociedade, e assim melhor servir o seu público.

Desse modo, ao promover a conscientização dos seus acadêmicos, o CFI tem a convicção de estar ajudando-os a contribuir com a transformação da sociedade, principalmente aquela que se encontra na região de sua abrangência. O CFI deposita confiança na tese de que a formação interdisciplinar do estudante mesclada à aquisição de valores sociais são fundamentais para o êxito na formação acadêmica e profissional de seus egressos.

Embora o CFI tenha consciência de que a formação acadêmica, em vista da cidadania e da qualificação para o mundo do trabalho, não seja exclusiva responsabilidade de seus docentes senão de todos da UFOPA, ele assume o seu papel fundamental nesse processo. A realização desse compromisso se funda em uma das cláusulas fundamentais da educação na Carta Magna brasileira de 1988, o artigo 205, assim expresso: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

O CFI pretende ser na universidade e na sociedade um exemplo do esforço de compreensão de uma nova proposta de formação interdisciplinar para seus estudantes. Por isso, a possibilidade da experimentação educacional, neste projeto, não poderia deixar de ter como finalidade o que também rege a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394/96, em seu artigo 03, inciso III, quanto aos princípios da educação nacional: “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Esses conceitos estruturantes da proposta pedagógica contida no Projeto Institucional do CFI desenham o perfil do acadêmico do CFI. Neste sentido e para estes fins, o PPA (Projeto Político Acadêmico) do CFI é instrumento de parâmetro que estabelece as políticas, as diretrizes e as estratégias para o seu pleno funcionamento, e norteiam as propostas de programas de curso, sintonizando ensino, pesquisa e extensão.

O CFI tem por finalidade preparar o ser humano para intencionalmente agir no seu tempo a fim de promover as mudanças necessárias ao desenvolvimento social. Essa função ocorre fundamentalmente pela difusão do conhecimento e pela promoção da responsabilidade social, compromissos incondicionais do CFI. Para disseminar o saber interdisciplinar, o CFI viceja que os docentes tenham a consciência de que o desenvolvimento e o progresso do ser humano passam, necessariamente, pelos caminhos da interdisciplinaridade e da contextualização, assuntos por demais debatidos, mas nem sempre presentes nas relações docente-discente e docente-docente, advindas do exercício do magistério, em quaisquer dos níveis da educação formal. Neste sentido, o CFI assume que o conhecimento adquirido por meio de uma formação interdisciplinar e de reflexões críticas constituem instrumentos facilitadores da integração humana nas dimensões pessoal e coletiva. Tal integração incentiva

competência e criatividade mais elaboradas para o trato com o desenvolvimento humano, científico, tecnológico, social e cultural, fazendo fluir com maior êxito a formação de profissionais compromissados com o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Na perspectiva institucional, o CFI adota a postura de buscar a articulação das diversas áreas do conhecimento em prol da construção de uma abordagem interdisciplinar de seus programas acadêmicos e gerenciais, por meio da oferta de ensino, nas modalidades que se mostrarem adequadas, integrado à pesquisa e à extensão. As estratégias para a realização dessa missão referem-se à promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com abordagem interdisciplinar e integrada aos programas na UFOPA, em função de sua própria missão e natureza, e das ações institucionais, contribuintes para diminuir desigualdades regionais e sociais. É dentro de parâmetros de organização e normatização do CFI que o curso de BICA tem sua proposta delimitada.

4. O CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SUA NORMATIZAÇÃO

A considerar as demandas do mundo contemporâneo é preciso definir que o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho – objetivos da educação segundo o Art. 205 da Constituição Federal – perpassam pela formação acadêmica, principalmente se levarmos em conta que vivemos numa sociedade do conhecimento. Diante disso, é papel institucional e estratégico de uma universidade acompanhar as mudanças dos tempos e apresentar programas de curso e de pesquisa, bem como atividades acadêmicas que acompanham e respondem aos desafios dos novos tempos.

Além da Lei Magna, o país normatiza seu sistema educacional com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) n.º 9.394/96. A regência desta lei produz efeitos na vida escolar e acadêmica. Na educação superior, a legislação brasileira oportuniza aos estudantes uma via acadêmica que seja direcionada para a flexibilidade curricular e a mobilidade formativa. Nesse sentido e para fins de justificação da normatização do BICA, é importante considerar o que rege o Art. 43, capítulo IV da LDB, que trata da finalidade da Educação Superior, a saber:

> Art. 43º. A educação superior tem por finalidade:
> I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
> II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
> III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
> IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
> V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
> VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
> VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Como se pode observar, há no artigo legislativo os elementos fundamentais para uma formação geral apoiada no desenvolvimento cultural, espírito científico e pensamento reflexivo; o incentivo à curiosidade científica, por meio de pesquisas e vivências extensionistas que promovam o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e da criação e difusão da cultura, para, desse modo, desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive.

O BICA também está fundamentado no que apresenta o artigo 53 da LDB n.º 9.394/96, principalmente os dois primeiros incisos que asseguram às instituições universitárias, no inciso I, a autonomia para criação de novos cursos e no inciso II, a liberdade de fixação dos seus currículos. Além desses parâmetros que nortearam a normatização deste BICA, temos a

declaração resultante da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (UNESCO, 1999), realizada em Paris, outubro de 1998. Conforme os anais dessa conferência, pesquisas feitas por especialistas que estudam a relação entre trabalho e educação superior, podemos aferir que as características que se espera do diplomado dos tempos atuais são: flexibilidade; ser capaz de contribuir para a inovação, demonstrando criatividade; ser capaz de enfrentar a incerteza; estar animado pelo desejo de aprender ao longo da vida; ter sensibilidade social e aptidão para a comunicação; ser capaz de trabalhar em equipe; ter espírito empreendedor; preparar-se para a internacionalização do mercado, familiarizando-se com culturas diferentes, e possuir largo espectro de competências genéricas em variados campos do conhecimento, especialmente das novas tecnologias, que formam a base das diversas competências profissionais.

Além dos referidos documentos, o Projeto Pedagógico do BICA foi organizado com base nas normativas legais sobre criação de cursos de bacharelado, entre elas, podemos citar:

i) Parecer CNE/CES nº. 776, 3/12/1997. Orientação para diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação.

ii) Parecer CNE/CES nº. 67, 11/3/2003. Aprova Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais DCN - dos Cursos de Graduação e propõe a revogação do ato homologatório do Parecer CNE/CES 146/2002.

iii) Parecer CNE/CES nº. 108, 7/5/2003. Duração de cursos presenciais de Bacharelado.

iv) Parecer CNE/CES nº. 136, 4/6/2003. Esclarecimentos sobre o Parecer CNE/CES 776/97, que trata da orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação.

v) Parecer CNE/CES nº. 210, 8/7/2004. Aprecia a Indicação CNE/CES 1/04, referente à adequação técnica e revisão dos pareceres e resoluções das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

vi) Parecer CNE/CES nº. 329, 11/11/2004. Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

vii) Parecer CNE/CES nº. 184, 7/7/2006. Retificação do Parecer CNE/CES nº. 329/2004, referente à carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Este último documento evidencia a redação orientadora do Parecer CNE nº. 776/97 nos seguintes pontos, essenciais na organização curricular de cursos de bacharelado interdisciplinar:

1) As instituições de ensino superior terão ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;

2) Indicar os tópicos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;

3) Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;

4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do

conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;

5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do estudante.

Na perspectiva de responder a esses desafios, o CFI propõe um tipo de curso adequado à atualidade, a saber, o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências ambientais. A atuação do egresso deste curso é, na percepção do proponente, estratégica, pois se intenta que a formação do acadêmico de BICA visa dotá-lo de competências e informações, usando-as em benefício próprio e da coletividade, de maneira solidária e responsável. O egresso receberá o diploma de Bacharel Interdisciplinar em Ciências Ambientais.

4.1. INSERÇÃO DO CURSO NA REGIÃO DE ATUAÇÃO DA UFOPA

Santarém, sede da Universidade Federal do Oeste do Pará, é um município paraense em forte desenvolvimento. Ele está situado na região do oeste paraense, na mesorregião do Baixo Amazonas, na microrregião de Santarém e localizado na margem direita do rio Tapajós, na sua confluência com o rio Amazonas. Distante aproximadamente 807 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado. Santarém foi fundada em 22 de junho de 1661 e elevada à categoria de cidade em 24 de outubro de 1848. O acesso a Santarém ocorre por vias terrestres (BR 163 Santarém-Cuiabá), aéreas e hidroviárias. A cidade se encontra com parte de sua infraestrutura implantada, embora ainda haja nela demandas da contemporaneidade como: visão sustentável, acesso às tecnologias de ponta, infraestrutura adequada e saneamento em 100% de sua planta geográfica. Nela se verificam os transtornos típicos das metrópoles contemporâneas, como transporte urbano deficiente, principalmente nos momentos de pico, problemas na área de segurança pública, atendimento à saúde e falta de compreensão coletiva quanto ao uso de espaços públicos, sistema educacional incipiente às demandas contemporâneas, entre outros.

Com a implantação da UFOPA, percebeu-se um forte processo de interiorização, estruturado em sete campi localizados nos municípios de Santarém (sede), Itaituba, Oriximiná, Óbidos, Monte Alegre, Alenquer e Juruti. A região do oeste paraense, no censo do IBGE de 2010, apresenta uma população de aproximadamente um milhão de habitantes. Santarém está localizada no centro dinâmico desta região, sendo referência para as organizações sociais, políticas, econômicas e educacionais de diversas cidades circunvizinhas.

Neste contexto, o curso de BICA visa atender a demanda pela formação de bacharéis capacitados para a compreensão sobre o desenvolvimento da região amazônica. Ele atenderá a um grande público, não apenas de Santarém, como também das cidades vizinhas.

5. ESPECIFICIDADES DO CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Na contemporaneidade, a formação do bacharel interdisciplinar em ciências Ambientais necessita estar relacionada com concepções educacionais que compõem redes de interdependência, tecem sentimentos, saberes e poderes que se consolidam em matrizes voltadas à pluralidade, singularidade e autonomia.

Os envolvidos na implementação desse projeto oferecido pela UFOPA, sejam estes docentes, discentes, gestores ou integrantes do corpo técnico-administrativo, primarão por não desenvolver uma visão assistencialista.

5.1. DADOS GERAIS DO CURSO

<table>
<tr><td>Endereço de oferta do curso</td><td colspan="5">Av. Mendonça Furtado, 2946, Bairro Fátima,
Unidade Amazônia, Campus Santarém/PA.</td></tr>
<tr><td>Denominação do Curso</td><td colspan="5">CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Turno de funcionamento/n. de vagas anuais</td><td>Integral</td><td>Matutino</td><td>Vespertino</td><td>Noturno</td><td>Total</td></tr>
<tr><td>50</td><td></td><td></td><td></td><td>50</td></tr>
<tr><td>Modalidade</td><td colspan="5">Presencial</td></tr>
<tr><td>Regime de Matrícula</td><td colspan="5">Semestral</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Duração do Curso</td><td colspan="2">Carga Horária Total (Horas)</td><td colspan="2">Tempo Mínimo</td><td>Tempo Máximo</td></tr>
<tr><td colspan="2">2.400</td><td colspan="2">07 semestres</td><td>10 semestres</td></tr>
</table>

5.2. NÚMERO DE VAGAS

Considerando os processos seletivos anuais, realizados pela Ufopa para o ingresso de estudantes nos cursos ofertados, podemos afirmar que 50 vagas não atenderá a demanda, porém, considerando o quadro de docentes lotados no CFI e ainda contando com alguns professores(as) colaboradores(as) e com as condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino, pesquisa e extensão, 50 vagas é o número que poderemos ofertar para garantirmos ingresso, permanência e conclusão do Curso de BICA nas condições em que estamos nos propondo a oferecer aos discentes.

5.3. CONCEPÇÃO DO CURSO E PERSPECTIVAS PARA O EGRESSO

O curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais (BICA) do CFI/UFOPA) fundamenta-se na concepção de que os acadêmicos, no final do curso, deverão compreender de maneira interdisciplinar as relações entre sociedade e natureza, integrando conhecimentos conceituais e empíricos nas discussões planetárias e contribuindo para haver mudanças no sistema de referência do desenvolvimento local e mundial, fazendo valer fatores como a sustentabilidade e a cidadania.

Para o êxito dessa concepção, o BICA se apoia em três exigências epistemológicas: i) considerar a diversidade de pensar, conhecer e conceber uma realidade; ii) trabalhar com a lógica do Terceiro Termo Incluído, reeducando a academia para que reconheça o valor dos

saberes que não se enquadram na lógica eurocêntrica e norteamericana, principalmente; e iii) abranger a visão da complexidade dos fenômenos, sendo por isso necessário um olhar interdisciplinar dos eventos que ocorrem na sociedade e no meio ambiente, e que influenciam decisivamente no desenvolvimento da região amazônica.

O curso de BICA prima pela valorização da sociobiodiversidade, abrindo suas portas para o complexo de conhecimentos e fazendo valer a vocação da UFOPA de integradora na formação de seus acadêmicos e no desenvolvimento sustentável da região. Nesta perspectiva, a organização do BICA expressa que a interdisciplinaridade é uma nova abordagem científica e cultural necessária no entendimento da relação entre sociedade, natureza e desenvolvimento. Assim como Revolução Científica do século XVI significou uma mudança radical no modo de pensar medieval, a trans(inter)-disciplinaridade, hoje, sugere a superação da dispersa e dicotomizada mentalidade moderna, incentivando conexões de saberes e apresentando percepções contextualizadas do conhecimento, da vida e do mundo. Neste aspecto, o BICA incentiva novos conhecimentos e modelos de organização do mundo que permita uma vida mais digna, saudável e sustentável.

Nesta perspectiva, exigir-se-á dos agentes educacionais participantes do BICA (docentes, discentes e técnicos administrativos em educação) uma abertura pedagógica para levar a termo a abordagem interdisciplinar, em conformidade com as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre a interdisciplinaridade:

> O conceito de interdisciplinaridade fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com os outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação, [...] (BRASIL,1999: 88).

Neste espaço de formação interdisciplinar, é fundamental que se pergunte quanto ao tipo de profissional a ser preparado a partir da integralização de um curso interdisciplinar nas dimensões a que o BICA se propõe. Conforme supracitado, a educação interdisciplinar e a reflexão crítica do egresso permitirão uma educação profissional mais ampla e compromissada com o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Considerando uma das trajetórias acadêmicas do egresso a partir do modelo da instituição, a oferta de formação graduada interdisciplinar o prepara para o exercício crítico, intuitivo e imaginativo de sua cidadania, tornando-o capaz de adaptar-se às novas demandas e desafios apresentados pela sociedade do conhecimento e pelo mundo profissional do momento. Em nossa perspectiva, o egresso com educação interdisciplinar deverá ser capaz de resolver velhos e novos problemas, interpretar dados e situações, buscar ou produzir conhecimento característico do futuro, em seu processo de formação continuada.

Elaborado com vistas a atender os processos seletivos de pós-graduação da UFOPA, o egresso do BICA poderá concorrer, por meio de processo seletivo, aos programas e linhas de pesquisa afins à sua estrutura curricular, ofertados pela Ufopa ou por outras Instituições de Ensino Superior (IES).

5.4. OBJETIVOS

5.4.1. Objetivo Geral

Oportunizar um curso de graduação sobre ciências ambientais com aprofundamento no campo das Ciências Naturais e das Humanidades, desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, facilitando a aprendizagem autônoma, ampla e multidimensional, bem como possibilitar ao estudante a aquisição de conhecimentos específicos de fundamentos conceituais, metodológicos e práticos para uma posterior pós-graduação.

5.4.2. Objetivos Específicos

- Graduar bacharéis capazes de compreender a relação dialética entre natureza e sociedade em suas diferentes dimensões;
- Munir os egressos do curso com conhecimentos básicos e interdisciplinares sobre questões voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento das sociedades atuais e gerações futuras;
- Instruir bacharéis com competências e habilidades voltadas para o exercício interdisciplinar da pesquisa, ensino e extensão, visando o desenvolvimento das ciências e das tecnologias, que contribuam para um maior entendimento e desenvolvimento do ser humano e do meio em que vive;
- Graduar bacharéis com conhecimentos interdisciplinares com fundamentação teórica, prática e crítica para a atuação de forma propositiva e inovadora nas soluções de problemas socioculturais, ambientais e de saúde, decorrentes das intervenções humanas nos ecossistemas;

6. PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSO NA UFOPA

A Ufopa reafirma seu compromisso de gestão da qualidade e institui o Programa de Acompanhamento de Egressos Diplomados dos Cursos de Graduação da Ufopa. O Programa constitui-se em uma ação que permitirá a contínua melhoria do planejamento e da execução das atividades institucionais. Além disso, visa conhecer a alocação do egresso no mundo de trabalho, bem como identificar a adequação do curso ao exercício profissional. Este programa possibilitará informações acerca da oferta de cursos e formação continuada, mantendo o relacionamento egresso/instituição.

São objetivos do programa: proporcionar a contínua melhoria do planejamento e da execução das atividades institucionais de ensino, pesquisa e extensão; acolher sugestões sobre o ensino, pesquisa e extensão realizados na Instituição, a fim de aprimorar o Projeto Pedagógico Institucional e os Projetos Pedagógicos dos cursos; conhecer o conceito dos egressos em relação ao curso e a Instituição; desenvolver e manter um banco de dados atualizado com as informações pertinentes aos egressos da Instituição; possibilitar a captação de informações para promoção da formação continuada; promover a interação dos egressos com a comunidade acadêmica; Identificar a adequação do curso ao exercício profissional.

A concepção que orienta os processos educacionais da Universidade Federal do Oeste do Pará, é definida no Projeto Pedagógico Institucional e nos Projetos Pedagógicos dos cursos, tendo como princípios a interdisciplinaridade, a flexibilização curricular e a formação continuada. Os cursos de graduação têm como objetivo a formação do acadêmico como sujeito ativo, ético e contextualizado, capaz de compreender a realidade e transformá-la, a fim de contribuir com as mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais. O acompanhamento dos egressos, tem como pontos norteadores:

- A avaliação da Instituição e do curso;
- Expectativas quanto à formação continuada;
- Correlação do curso com o exercício profissional.

O espaço onde as instituições de educação estão inseridas é dinâmico, se constitui num lócus de constantes transformações e apresenta diversos desafios ao processo educacional. Desta forma, são necessárias estratégias para que as Instituições tenham condições de acompanhar estas transformações, na perspectiva de uma avaliação do perfil profissional dos egressos e a exigência de uma formação profissional continuada. Neste sentido, os egressos se revelam atores potenciais na articulação com a sociedade, fontes de informações que possibilitam retratar a forma como são percebidas e avaliadas as instituições tanto do ponto de vista do processo educacional, como também do nível de interação que viabilizam. Portanto, é fundamental que a Ufopa estabeleça um canal de comunicação com este segmento.

O acompanhamento de egressos da Ufopa segue as diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional e se constitui em uma ação importante à medida que possibilita o levantamento de informações em relação à situação dos mesmos no mundo do trabalho, fornecendo dados imprescindíveis para o planejamento das políticas educacionais da instituição. Portanto, o Projeto de Acompanhamento de Egressos constitui-se em uma ferramenta de coleta de dados e informações para subsidiar a Instituição na contínua melhoria do planejamento e da execução

das atividades institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

A Ufopa fará a coleta de dados por meio de questionário eletrônico disponibilizado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) aos egressos dos cursos de graduação. Os questionários são extensivos a todos os egressos, após um ano de conclusão do curso.

A graduação no curso de BICA, proposta neste projeto, permite ao seu egresso, por meio da organização do conhecimento de maneira interdisciplinar e integrada, com competência, habilidades, atitudes e valores, atuar na sociedade em quaisquer níveis que requeiram curso superior, ou seja, que exijam pessoas habilitadas ao exercício do pensamento crítico, com capacidade de relacionar o conhecimento com o contexto local, regional, nacional e internacional, na perspectiva das múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a graduação visa dotar o egresso: (i) de condições para reconhecer-se nas suas relações com a sociedade e natureza; (ii) de condições cognitivas que o possibilitem julgamentos sobre si e sobre o mundo alicerçando e direcionando suas decisões; (iii) de habilidades para escolher e adaptar seus comportamentos em resposta a uma grande variedade de situações; (iv) de atitudes por meio das quais interagirá com o meio ambiente e com as pessoas; (v) reconhecer e assimilar fatores que compõem o contexto social a fim de estar apto para promover as transformações que o mundo necessita.

6.1. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO EGRESSO DO BICA

Com base nas especificidades de perfil que se espera do egresso do curso de BICA, o CFI assume a responsabilidade de graduar estudantes com:

- Condições e experiências que o permitem promover planejamentos estratégicos de desenvolvimento sustentável e ações empreendedoras que possam proporcionar melhoria social e econômica no ambiente em que vive;
- Visão não dispersa do conhecimento, integrando meio ambiente e sociedade numa perspectiva de desenvolvimento sustentável;
- Abertura às diversas áreas de conhecimento ao conceito de sustentabilidade que as atravessa e as ultrapassa;
- Condição de atuar em diversas áreas do conhecimento humano, promovendo interconexões de saberes a partir de diferentes tópicos disciplinares;
- Habilidade do ato de comunicar e segurança de argumentação nas diversas formas;
- Abertura para estabelecer vínculos entre os domínios das ciências, das humanidades, das tecnologias e das artes.
- Atitude investigativa e de diálogo;
- Habilidade no manuseio de novas tecnologias que constituem bases de atividades profissionais contemporâneas;
- Capacidade de tomar decisões em cenários de imprecisão e incerteza;
- Abertura e reconhecimento da diversidade dos saberes, das diferenças étnico-

culturais e suas formas de viver e explicar os tempos atuais;

- Atitude intuitiva, imaginativa e sensível na apreensão, compreensão e apropriação de saberes;
- Disposição e destreza para trabalhar em grupo, equipe e em redes;
- Observação dos valores morais e reflexão ética das atitudes nas esferas profissional, acadêmica e relações interpessoais;
- Habilidade para lidar com o mundo da complexidade de forma interdisciplinar;
- Habilidade para identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva, contribuindo para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Competência no reconhecimento das especificidades regionais ou locais, contextualizando-as e as relacionando com a situação global;
- Postura flexível e aberta em relação ao mundo do trabalho;
- Competência empreendedora para lidar profissionalmente nos setores público, privado e terceiro setor.

6.2. FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O acesso ao curso de BICA da UFOPA ocorre de quatro formas:

6.2.1. Processo Seletivo Regular: O estudante classificado no processo seletivo poderá habilitar-se e ser matriculado em uma das vagas disponibilizadas pela UFOPA para o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais (BICA).

6.2.2. Processo seletivo via mobilidade externa: este processo destina-se a candidatos portadores de diploma de curso superior de graduação, mediante existência de vagas remanescentes no processo seletivo principal.

6.2.3. Processo seletivo via mobilidade interna: Através deste processo, graduandos da própria universidade que queiram mudar de curso podem solicitar transferência. O deferimento está condicionado à existência de vaga e à análise do histórico escolar do candidato.

6.2.4. Processo seletivo especial: Trata-se de uma seleção diferenciada para povos indígenas e quilombolas, definida segundo edital atualizado anualmente a fim de atender demandas específicas.

Além disso, os processos seletivos para ingresso na Ufopa obedecem às disposições estabelecidas na Lei nº 12.711/2012 (Lei de cotas para o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de ensino técnico de nível médio).

7. ESTRUTURA CURRICULAR

Nos tempos atuais, um currículo acadêmico deve ser compreendido como elemento mediador entre as políticas educacionais de Estado e as aspirações sociais. Nessa perspectiva, o Bacharel Interdisciplinar em Ciências Ambientais (BICA) deve ser o intermediador entre os conhecimentos produzidos social e historicamente. Essa mediação entre o currículo e a prática social deverá ser uma mediação interativa, recíproca e reconstrutiva de saberes.

A interação constrói-se na ramificação das relações da vida social e, ao mesmo tempo em que é constituída, é constituinte de novas relações, pois o bacharel interdisciplinar em ciências ambientais terá a ampliação de seus conhecimentos no contato experiencial junto à comunidade externa à universidade. Com a transformação do conhecimento a ser promovida ao egresso proporcionará condições adequadas para interferir significativamente na sociedade, contribuindo assim com o curso de BICA no alcance de seus objetivos políticos e pedagógicos. Parte-se do pressuposto de que o sucesso profissional depende diretamente do modo como se estabelece a relação teoria-prática proposta pela organização curricular do curso.

Para tanto, é preciso considerar que o bacharel interdisciplinar ciências ambientais tem sobre si a exigência da produção acadêmica, da construção de saberes, da socialização de conhecimentos, e da aquisição de habilidades, competências e tomadas de atitudes voltadas à inserção no cenário complexo do mundo contemporâneo e assim poderá contribuir com a consolidação da democracia e com o exercício pleno da cidadania e da liberdade.

O curso de BICA visa incentivar o acadêmico em sua reflexão e apropriação com referenciais teóricos e práticos a fim de educá-lo no respeito às diferenças culturais, na vivência da solidariedade e na integração com o meio ambiente em que vive. Isto implicará mudanças de comportamento do acadêmico na sua forma de ser, existir, saber e abordar, atravessando fronteiras epistemológicas de cada ciência. Nessa ação pedagógica e filosófica, o acadêmico estará habilitado a construir saberes, interdisciplinarizando conhecimentos sobre sociedade, natureza e desenvolvimento numa perspectiva de sustentabilidade planetária.

7.1. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo do curso de BICA guarda coerência com as normatizações apresentadas pelo parecer CNE/SES 266/2011 e aprovado em 06/07/2011, resultante de pedido de apreciação feito pela Secretaria de Educação Superior (SESu) ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O documento encaminhado recebe o título de Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares, no âmbito das universidades federais brasileiras.

Conforme o referido documento, que aponta o Programa REUNI como base fundante e estruturante da reforma, renovação e inovação do nível superior brasileiro, a perspectiva do bacharelado interdisciplinar é um aporte que prima pela inovação e se agrega às diretrizes do Programa REUNI, a saber:

I. Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II. Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas

de educação superior;

III. Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV. Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V. Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI. Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

É salutar apontar que o REUNI é um Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação do Governo Federal. Para fins de objetivação, temos que o BICA tem terminalidade própria e leva ao diploma de curso superior em nível de graduação plena, diploma de Bacharel Interdisciplinar em Ciências Ambientais.

Essa orientação é fundada nos estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Sistema das Nações Unidas, na Conferência Mundial de Educação Superior da UNESCO, realizada em Paris (1998). Neste sentido, a proposta de formação de competências, habilidades e conhecimentos gerais é congruente e alinhada com os estudos apresentados pela conferência. Nesses estudos, a OIT apresenta um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos que são requisitos indispensáveis aos postos de trabalho, independentemente da área de atuação profissional.

Neste sentido, o parecer 266/2011, homologado do Conselho Nacional de Educação (CNE), transparece objetivamente o reconhecimento de cursos inovadores para lidar com a contemporaneidade:

> A preocupação dos Bacharelados Interdisciplinares na formação de competências, habilidades e conhecimentos gerais e básicos em grandes áreas do conhecimento também vai diretamente ao encontro das perspectivas de atuação profissional na assim chamada Era do Conhecimento. Uma formação universitária de boa qualidade em áreas básicas permite aos egressos desses cursos continuarem sua formação na perspectiva de aprofundamento e especialização em áreas específicas para conclusão de uma formação profissional ou acadêmica em uma área específica.

Em nossa perspectiva, o documento conclui que os bacharelados interdisciplinares favorecem também o processo de especialização profissional num contexto em que as áreas de atuação profissional se multiplicam e se transformam em uma velocidade cada vez maior. Nesse sentido, o parecer propõe que os bacharelados interdisciplinares habilitem o acadêmico ao diploma, autorizando-o a dar seguimento em sua formação tanto acadêmica quanto profissional, bem como o favorecendo no avanço mais rápido nas formações ou carreiras acadêmicas ou profissionais mais específicas ou especializadas. Em concordância com as referidas orientações, a estrutura curricular do BICA (CFI) constitui-se de:

I – **Núcleo de Estudos Interdisciplinares:** conjunto de componentes curriculares com o objetivo de propiciar formação geral e propedêutica de caráter interdisciplinar aos novos

estudantes. Esse núcleo, por meio do estudo acurado da literatura pertinente, contextualizada na Amazônia, na multiculturalidade da sociedade brasileira, de maneira reflexiva e crítica, articulará os seguintes pontos:

a) Aplicação de concepções e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com pertinência aos campos da filosofia, dos estudos integrativos da Amazônia, de conhecimentos sobre a sociedade, meio ambiente e o processo de desenvolvimento fundado na lógica da sustentabilidade que contribuam para o desenvolvimento econômico sustentável;

b) Atendimento às lógicas, das diversas linguagens e da comunicação, com ênfase em estudos semióticos e produção textual;

c) Atendimento às lógicas, das diversas linguagens e da comunicação, com ênfase em estudos da estatística.

d) Apropriação de conhecimento multidimensional sobre o ser humano, em situações diversas do contexto da Amazônia;

e) Estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea.

II – Núcleo de Aprofundamento Interdisciplinar: conjunto de componentes e atividades curriculares concentrados nas áreas de atuação do bacharel interdisciplinar. Esse núcleo articulará de maneira diversa e aprofundada as grandes áreas do eixo epistemológico, entre outras possibilidades:

a) Aplicação de conhecimentos e investigações sobre a relação entre Estado, sociedade e poder;

b) Domínio de conhecimento sobre gestão sustentável e desenvolvimento de políticas públicas na região da Amazônia e no Brasil;

c) Domínio conceitual e contextual sobre biomas e problemas ambientais na Amazônia e no Brasil;

d) Conhecimento e vivências em diversidades culturais e identidades na Amazônia;

e) Compreensão das questões educacionais na região amazônica;

f) Domínio cognitivo e experiencial de saúde coletiva e desenvolvimento humano;

g) Conhecimento em cartografias e nos processos geopolíticos na Amazônia;

h) Conhecimento em biodiversidade e florestas com ênfase no contexto da Amazônia;

i) Compreensão de fatores de complexidade e organização social contemporânea;

j) Ética.

III – Núcleo de Estudos e Práticas Integralizadoras: conjunto de componentes curriculares e práticas interdisciplinares que proporcionará enriquecimento curricular e participação em estudos temáticos, obedecendo as normas da organização da UFOPA, a saber:

a) Módulos, disciplinas optativas e eletivas;

b) Seminários e estudos curriculares integralizadores, programas e projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, orientados pelo corpo docente da UFOPA;

investigações e interações na base real, trabalhos de conclusão de curso;

c) Atividades práticas interdisciplinares, de modo a propiciar vivências e assegurar aprofundamento e diversificação de estudos e experiências;

d) Atividades de comunicação e expressão cultural.

7.1.1. Adequação da matriz curricular e temas obrigatórios de educação para os direitos humanos, libras, proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, educação das relações étnico-raciais, para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana

As temáticas: Educação para os direitos humanos, Libras, Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de história e Cultura afro-brasileira e africana, sua obrigatoriedade nos programas curriculares de ensino superior e a maneira como podem ser trabalhadas durante a graduação são normatizadas por documentos cujas resoluções, pareceres e orientações foram considerados para sua inserção no BICA.

No BICA, a temática *Educação para os direitos humanos* é contemplada nos seguintes momentos:

I - No componente curricular *História social da Amazônia*, sua ementa contempla os seguintes conteúdos: História da Amazônia no contexto histórico social do expansionismo europeu. Ciclos econômicos da Amazônia. Políticas agrárias e o processo de ocupação Regional. Amazônia no contexto do regime militar. Grandes projetos para a Amazônia. Diversidade e cultura. Populações do campo: organização, lutas sociais e direitos humanos. Desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e na Amazônia: terra e territorialidade, reforma agrária, colonização, ambiental e novos desafios para a Amazônia.

II - Em atividades de extensão que valorizam a diversidade cultural e promovam a democratização do acesso à cidadania por meio da divulgação dos direitos humanos.

Estas atividades e os componentes curriculares contemplam o que exige a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. A resolução aponta no Art. 4º, que a educação em direitos humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões:

I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;

II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;

III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;

IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e

V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação

das diferentes formas de violação de direitos.

O documento também afirma no artigo 5.º, que essa temática educacional tem como objetivo central "a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos direitos humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário."

Deve-se também considerar que o documento orienta no Art. 7.º que a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas:

I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;

II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;

III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

Parágrafo único. Outras formas de inserção da educação em direitos humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional.

No BICA, a temática *Libras* (Língua Brasileira de Sinais) é contemplada nas atividades de extensão voltadas aos processos de inclusão das pessoas com deficiências. Uma das atividades que o egresso poderá participar e será incentivado a participar é o Sarau de Libras, já em sua segunda edição como evento institucional da UFOPA. O estudante do BICA poderá cursar a disciplina Libras no ICED (Instituto de Ciências da Educação), na condição de componente curricular.

A Lei nº 10.436, de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), determina, no art. 4º, que "o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN". O Decreto nº 5.626, de 2005, regulamenta a referida Lei, para incluir Libras como disciplina curricular nos cursos superiores. Pelo art. 3.º, Libras é componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior (todas as licenciaturas), e nos bacharelados em fonoaudiologia. Por outro lado, Libras é disciplina optativa nos demais cursos superiores. É opcional para o estudante, mas as IES devem, obrigatoriamente, incluir Libras nas matrizes e nos projetos pedagógicos dos bacharelados, dos cursos superiores de tecnologia e nos sequenciais de complementação de estudos e de formação específica.

No BICA, a temática *Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista* parte da caracterização clínica presente na Lei nº 12.764 (de 27 de dezembro de 2012): "Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e das interações sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos,

interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos." (Artigo 1º, Parágrafo 2º, incisos I e II). Para isso, o autismo é tratado com ações junto ao corpo docente, discente e técnico administrativo em educação. Dentre elas, é capacitar a comunidade acadêmica a compreender e a lidar com transtorno do espectro autista de forma a garantir o ingresso e permanência desta pessoa que necessita de cuidados especiais. Nossas ações ocorrem em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES) e demais unidades acadêmicas, incluem encaminhamento de estudantes que indiquem um provável transtorno para serem sujeitos a um diagnóstico preciso pelos profissionais da saúde e/ou promoção tanto de campanhas de conscientização quanto cursos de aprimoramento didático ao corpo docente.

No BICA, a temática *Educação das relações étnico-raciais* e o *Ensino de história e cultura afro-brasileira e africana* é contemplada nos seguintes momentos:

I - No componente curricular *História social da Amazônia e políticas territoriais,* que tem como ementa os seguintes tópicos: Espaço, colonização e ocupação da Amazônia. Terra, trabalho e cultura na Amazônia. Geografias, cartografias e representações territoriais do passado. História e historiografia indígena e do indigenismo. Escravidão, trabalho e relações raciais. A relação entre capitalismo e trabalho, mediada pela cultura e pelo campo das relações interétnicas. Encontros e confrontos culturais (s. XVII-XXI). Cultura e mundo do trabalho. Dinâmicas históricas do espaço, das paisagens e das territorialidades.

II - No componente curricular *Tópicos interdisciplinares de cultura, identidade e memória*, a sua ementa contempla os tópicos: Memória coletiva, patrimônio e identidade nacional. Manifestações culturais e de identidade de grupos populacionais indígenas e quilombolas. Patriomonialidades brasileiras: cultural, histórica, memorial e natural. Preservação do patrimônio cultural brasileiro e a questão da sustentabilidade. Estudos de campo.

III - Em atividades extensionistas e de pesquisa sobre a questão indígena e afro-brasileira, tais como as atividades sobre o registro das histórias sobre quilombos.

IV - Atividades e eventos vinculados ao tema na Semana da Consciência Negra.

Estas atividades e os componentes curriculares contemplam o que exige a Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 (DOU nº 118, 22/6/2004, Seção 1, p. 11), que instituiu diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a temática é obrigatória e deve ser observada pelas instituições, em todos os níveis e ensino, em especial, por instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores. A resolução tem por base o Parecer CP/CNE nº 3, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação, em 19 de maio de 2004. Em suas orientações, o documento afirma da necessidade de se fazer cumprir a Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (DOU nº 8, 10/1/2002, Seção 1, p. 1), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), para tornar obrigatório o ensino da História e cultura afro-brasileira na educação básica. A lei dispõe que o conteúdo programático incluirá o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o

negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil. Essa mesma resolução institui que as instituições de ensino superior incluirão, nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a educação das relações étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no citado Parecer CP/CNE 3/2004.

O documento também apresenta que nas instituições de ensino superior, a educação das relações étnico-raciais e o estudo de história e cultura afro-brasileira e história e cultura africana poderão ser desenvolvidos em disciplinas curriculares; atividades complementares; conteúdos de disciplinas curriculares; iniciação científica, práticas investigativas; extensão (cursos e serviços); atividades extracurriculares (por exemplo, no dia 20 de novembro, de cada ano, programar evento que assinale o Dia Nacional da Consciência Negra). O documento ainda afirma que nos cursos de licenciatura, essa temática deve ser desenvolvida como disciplina curricular.

7.2. COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM OS OBJETIVOS DO CURSO

A grade curricular proporciona o contato direto com as práticas voltadas para a consolidação de conhecimentos adquiridos ao longo do curso, por meio de módulos gerais e complementares. Por isso, a matriz curricular do BICA mantém coerência com os objetivos do curso ao possibilitar ao egresso as condições adequadas de apreensão e domínio de conhecimentos, e aquisição de competências, habilidades e atitudes, ou seja, os objetivos do curso estão em consonância com a matriz curricular na medida em que há formação qualificada do acadêmico, capacitando-o para atuar competentemente como pessoa crítica, criativa e empreendedora na base real em que vive.

7.3. COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM O PERFIL DO EGRESSO

O curso de BICA foi desenvolvido de forma a possibilitar que o perfil desejado dos egressos seja alcançado, ou seja, que ele domine os conhecimentos concernentes à sociedade, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, estabelecendo ligações entre essas dimensões epistemológicas, sendo crítico atuante, responsável, participante do tecido social, cônscio da provisoriedade do saber e da necessidade permanente de seu aperfeiçoamento acadêmico e profissional.

7.4. COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM A RESOLUÇÃO CNE/CES N° 02 DE 18 DE JUNHO DE 2017

A grade curricular do curso de BICA está em consonância com a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007, na medida em que contempla 2.400 horas. Essas horas estão distribuídas em disciplinas e atividades dos 3 núcleos: NAI 690H, NEPI 930H e NEI 780.

A carga horária do curso de BICA está pautada na resolução CNE/CES nº 03, de 02 de julho de 2007, que Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências, que prevê no seu artigo 03 a carga horária mínima dos

cursos superiores mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalhos discentes efetivos.

7.5. COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES E AS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tripé fundamental na formação de um acadêmico, a integralização dos estudos acadêmicos do egresso será por meio de: estudos em sala de aula, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica que servem de introdução e pavimento para estudos mais aprofundados e diversificados, seminários e atividades didático-pedagógicas que ajudam no aprofundamento interdisciplinar de temas abrangentes, e seminários, pesquisas, monitoria e atividades extensionistas que permitam a integração do eixo epistemológico ciências ambientais nas diferentes realidades socioculturais, históricas, econômicas e políticas que ofereçam fundamentos para a prática interdisciplinar de desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade, em situações diversas do contexto da Amazônia.

7.6. DIMENSIONAMENTO DA CARGA HORÁRIA DA MATRIZ CURRICULAR

O curso de BICA oferece aos estudantes uma amplitude de conhecimentos relacionados com o contexto social, ambiental e de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, os conteúdos devem estar ligados à área dos estudos da Amazônia e relacionando o eixo epistemológico ciências, sociedade, meio ambiente e desenvolvimento sustentável por meio da articulação e reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos egressos de BICA, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade. Neste sentido, a carga horária do curso está dividida em três núcleos, conforme especificado no próximo tópico.

8. MATRIZ E INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR DO BICA CFI-UFOPA

A matriz curricular do BICA descreve o percurso acadêmico dentro de um conjunto de componentes curriculares ou áreas de concentração do curso. Este programa curricular é um mecanismo por meio do qual o conhecimento é distribuído sistematicamente em uma planilha, sob o formato de conteúdos cognitivos e culturais (saberes, valores, habilidades, competências), que são compartilhados na forma de diversas práticas pedagógicas. Considerando esse conceito, o BICA tem sua matriz curricular organizada da seguinte forma:

I Semestre	**CH**	**NÚCLEOS**
Origem e Evolução do Conhecimento	60	NEI
Estudos Integrativos da Amazônia	60	NEI
Sociedade, Natureza e Desenvolvimento	60	NEI
Semiótica	60	NEI
Tecnologias da Informação e da Comunicação	60	NEI
Estatística básica 1	60	NEI
Total I Semestre	360	
II Semestre		
Estatística básica 2	60	NEI
Desenvolvimento Sustentável e o Contexto Amazônico	60	NAI
Estado, Sociedade e Poder	60	NAI
Ecologia	60	NAI
CCO I	45	NEPI
IBR I	45	NEPI
SINT I	30	NEPI
Total II Semestre	360	
III Semestre		
Educação Ambiental e Amazônia	60	NAI
Biodiversidade e Florestas	60	NAI
Ciência da Terra e Formação Geológica da Amazônia	60	NAI
CCO II	60	NAI
CCO III	45	NEPI
IBR II	45	NEPI
SINT II	30	NEPI
Total III Semestre	360	
IV Semestre		
Políticas Públicas e Gestão de Recursos Naturais	60	NAI
Desenvolvimento Local e Ação Coletiva	45	NAI
História Da Amazônia E Políticas Territoriais	60	NAI
CCO IV	60	NAI
Ecologia Política	45	NAI

CCO V	45	NEPI
IBR III	45	NEPI
Total IV Semestre	360	
V Semestre		
CCO VI	60	NAI
Avaliação Impactos Ambientais	45	NAI
Ciências e Tecnologia das Águas	60	NAI
Economia Ecológica	60	NAI
CCO VII	45	NAI
Gestão de Áreas Protegidas	45	NAI
CCO VIII	45	NEPI
Total V Semestre	360	NEPI
VI Semestre		
Práticas Integradoras de Extensão	60	NEPI
Leitura e produção textual	30	NEI
TCC I	60	NEPI
CCO IX	30	NEPI
Atividades complementares	120	NEPI
Total VI Semestre	300	
VII Semestre		
Atividades de Extensão	120	NEPI
TCC II	60	NEPI
CCO X	60	NEPI
Práticas integradoras de extensão	*60*	
Total VII Semestre	300	NEPI

Núcleo de Estudos e Práticas Integralizadoras (NEPI)
Núcleo de Estudos Interdisciplinares - NEI
Núcleo de Aprofundamento Interdisciplinar - NAI

CARGA HORÁRIA TOTAL DO BICA 2.400 horas

8.1. CONTEÚDOS CARACTERIZADORES DE FORMAÇÃO BACHARELAR INTERDISCIPLINAR

Em concordância com o encaminhamento à Nota Técnica nº 18/2010 emitida pela SESu, em 08 de novembro de 2010, que identifica os princípios norteadores dos bacharelados interdisciplinares, e acolhida pelo Parecer CNE/CES 266/2011, os conteúdos caracterizadores básicos do curso de BICA devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de (i) formação acadêmica geral alicerçada em teorias, metodologias e práticas que fundamentam os processos de produção científica, tecnológica, artística, social e

cultural; (ii) formação baseada na interdisciplinaridade e no diálogo entre as áreas de conhecimento e os componentes curriculares; (iii) trajetórias formativas na perspectiva de uma alta flexibilização curricular; (iv) foco nas dinâmicas de inovação científica, tecnológica, artística, social e cultural, associadas ao caráter interdisciplinar dos desafios e avanços do conhecimento; (v) permanente revisão das práticas educativas tendo em vista o caráter dinâmico e interdisciplinar da produção de conhecimentos; (vi) prática integrada da pesquisa e da extensão articuladas ao currículo; (vii) vivência nas áreas artística, humanística, científica e tecnológica; (viii) mobilidade acadêmica e intercâmbio interinstitucional; (ix) reconhecimento, validação e certificação de conhecimentos, competências e habilidades adquiridas em outras formações ou contextos; (x) estímulo à iniciativa individual, à capacidade de pensamento crítico, à autonomia intelectual, ao espírito inventivo, inovador e empreendedor; (xi) valorização do trabalho em equipe.

O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de BICA pressupõe o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso, além de fomentar atitudes necessárias à compreensão da sociedade, do meio ambiente e processos de desenvolvimento sustentável enquanto prática social, com dimensões técnica, política, humana e ética. Os indicadores da organização curricular do curso proposto, tanto nos aspectos inovadores, quanto no próprio currículo pleno são:

8.2. CONHECIMENTOS INTERDISCIPLINARES INICIAIS EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

A formação do egresso deve assegurar a aquisição de conhecimentos sobre o desenvolvimento humano, considerando a relação entre a sociedade e o meio ambiente num contexto regional amazônico. Neste sentido, é necessário que os professores tenham instrumentos para conhecer e compreender características culturais dos estudantes – suas diferenças individuais e do grupo social ao qual pertencem, as diferentes representações sociais e culturais que podem ser percebidas na comunidade amazônida. Aqui já se justifica a presença dos módulos: Origem e Evolução do Conhecimento; Estudos Integrativos da Amazônia; Sociedade, Natureza e Desenvolvimento; Semiótica; Estatística I e II Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

8.3. CONHECIMENTOS APROFUNDADOS E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE A DIMENSÃO CULTURAL, SOCIAL, POLÍTICA, ECONÔMICA, HISTÓRICA, AMBIENTAL E EDUCACIONAL

Conhecimento das principais questões da história do mundo, do país e da Amazônia, bem como dos movimentos sociais existentes na região; conhecer e refletir a teia de relações políticas que constituem a Amazônia, a dinâmica socioeconômica e ambiental e as relações de poder que perpassam as instituições e a vida coletiva; a dimensão cultural da vida humana e a importância dos saberes, símbolos, costumes, expressões, atitudes e valores que se encontram e se confrontam no espaço da Amazônia. Sem essa formação de base, dificilmente se poderá compreender a realidade amazônida sob o ponto de vista pessoal e social. Trata-se de condição

para que se possa também dominar questões nucleares da realidade amazônida. São vários os módulos que garantem esses conhecimentos: Estado, Sociedade e Poder; Políticas Públicas e Gestão de Recursos Naturais; Ecologia; História da Amazônia e Políticas Territoriais; Educação Ambiental e Amazônia; Biodiversidade e Florestas; Saúde Coletiva e Hábitos Culturais; Ciências e Tecnologia das Águas; Desenvolvimento Sustentável e o Contexto Amazônico; Desenvolvimento Local e Ação Coletiva; Gestão de Áreas Protegidas; Filosofias Latino-americanas e módulos correlatos.

8.4. CONHECIMENTO EMPÍRICO CONTEXTUALIZADO INTEGRADOR

O conhecimento produzido na experiência articulado com uma reflexão sistemática sobre ela. Para tanto, é preciso usar os referenciais teóricos para refletir sobre a experiência, interpretá-la e atribuir-lhe significado. Trata-se de aprender a agir e a refletir sobre o contexto situacional em que se atua sobre o que se faz e o que resulta dessa ação, levando em conta sua intencionalidade, o contexto em que ocorre e os sujeitos envolvidos, fazendo uso de instrumentos como o planejamento, registros da prática e de reflexões, quadros para avaliação do percurso de estudantes, pesquisas e extensão, atividades complementares, entre outras. O conhecimento empírico contextualizado realça a articulação dos diferentes conteúdos da formação para a construção de uma perspectiva interdisciplinar do egresso. Os módulos e componentes curriculares que garantem esses conhecimentos e a experiência são: Interação na Base real I, II e III; Seminários Integradores I e II; Trabalho de Conclusão de Curso I e II; Práticas Extensionistas Interdisciplinares I e II com 240 horas; Componentes Curriculares Eletivos I, II, III, IV, V e VI; Componentes Curriculares Optativos I, II, III, IV, V e VI; e as Atividades Complementares.

8.5. ESTRATÉGIA DE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E ATIVIDADES DO CURSO

Acrescida às atividades realizadas em sala de aula, há uma série de outras atividades extraclasse que deverão ser concretizadas, com vistas à integralização e complementação curricular. Para a consecução dessa finalidade, é preciso uma estrutura complementar que proporcione condições didáticas e pedagógicas para o cumprimento das atividades. Neste sentido, os componentes curriculares eletivos e optativos, os módulos de Interação na Base Real (IBR) e Seminários Integradores (SINT), as Práticas Extensionistas Interdisciplinares e as atividades complementares são fundamentais na formação do egresso.

Na perspectiva de promover um bacharelado interdisciplinar que tenha como estratégia de inovação a flexibilidade curricular e a mobilidade acadêmica, o procedimento metodológico e didático deste curso resgata e se adequa às normativas do Projeto Político Acadêmico (PPA) do Centro de Formação Interdisciplinar, principalmente no que se refere ao item 2,7, do capítulo II, sobre a capacitação metodológica para as atividades interdisciplinares. Neste item, o CFI apresenta que suas atividades de ensino, pesquisa e extensão visam a capacitar metodologicamente docentes e discentes sobre questões que envolvam:

I. Estudo e compreensão das epistemologias das ciências e da pesquisa;

II. Conhecimento dos vários paradigmas e cenários epistemológicos complexos que distinguem os diferentes métodos de ensino e pesquisa e suas implicações;

III. Conhecimento das estratégias que envolvem o processo de ensino e pesquisa;

IV. Conhecimento dos princípios básicos da atividade de extensão;

V. Visitas a campo para conhecer e identificar lugares de possíveis atuações;

VI. Capacitação teórica acerca de um elemento comum que deve perpassar as diferentes áreas agregadas interdisciplinarmente, realizada por meio de debates promovidos ou orientados pelos professores envolvidos, abordando o tema proposto, conforme a área de pesquisa de cada um;

VII. Extensão, desenvolvida por meio de projetos integrados a atividades de pesquisa e de ensino.

Em conformidade com essa normativa, a organização da matriz curricular do BICA do CFI abrange uma sequência ordenada de componentes curriculares em que sua integralização e finalização permitem que o egresso atue tanto na sociedade de imediato, bem como de dar continuidade em seus estudos nos níveis de pós-graduação, *lato sensu* e/ou *stricto sensu*.

A considerar a ponderação do PPA do CFI, a ação metodológica e didática do curso faz valer na forma normatizada os seguintes tipos de atividades interdisciplinares para fins de adequação ao perfil do egresso, de composição e organização da matriz curricular, bem como da integralização do curso:

a) Componentes Curriculares Obrigatórios (CC): conjunto de estudos ou atividades obrigatórias correspondentes a um programa de ensino de abrangência multidisciplinar estabelecido no currículo ou programa, e desenvolvido em um período letivo. O ensino dos módulos poderá ser ministrado por meio de aulas teóricas e práticas, seminários, discussões em grupo, estudos dirigidos, trabalhos de pesquisa e quaisquer outras técnicas pedagógicas ou atividades aconselhadas sempre considerando a maturidade intelectual dos acadêmicos, a natureza dos temas, a modalidade de ensino ou a natureza da educação.

b) Componentes Curriculares Eletivos (CCE): são disciplinas, módulos, ou quaisquer formas de atividades curriculares em que a execução esteja relacionada às áreas de conhecimento que contribuem para a formação do estudante no campo das ciências ambientais. Similar aos módulos, o ensino dos CCE poderá também ser feito por meio de aulas teóricas e práticas, seminários, discussões em grupo, estudos dirigidos, trabalhos de pesquisa e quaisquer outras técnicas pedagógicas ou atividades aconselhadas, desde que considerada a maturidade intelectual dos estudantes, natureza dos temas, modalidade de ensino ou a natureza da educação. No caso do CFI, os CCE são de livre eleição por parte dos estudantes entre os componentes ofertados pelo próprio CFI, para a integralização de carga horária junto ao curso;

c) Componentes Curriculares Optativos (CCO): são disciplinas, módulos ou quaisquer formas de atividades curriculares em que a execução esteja relacionada às áreas de conhecimento que contribuem para a formação do estudante no campo das ciências ambientais. Também similar aos módulos obrigatórios e aos CCE, o ensino dos CCO poderá também ser feito por meio de aulas teóricas e práticas, seminários, discussões em grupo, estudos dirigidos,

trabalhos de pesquisa e quaisquer outras técnicas pedagógicas ou atividades aconselhadas, desde que considerada a maturidade intelectual dos acadêmicos, a natureza dos temas, a modalidade de ensino ou a natureza da educação. No caso do CFI, os CCO são de livre escolha por parte dos estudantes entre os componentes ofertados pelo CFI, pelos programas de cursos da UFOPA e de quaisquer instituições superiores de ensino reconhecidas no país e no mundo, desde que o conteúdo curricular dos CCO esteja adequado em vista da integralização da carga horária junto ao curso. No caso de disciplinas, módulos ou quaisquer formas de atividades curriculares realizadas por meio de mobilidade externa, em nível nacional ou em nível internacional, a Resolução CFE n.º 05/79, alterada pela Resolução CFE n.º 1/94, regulamenta que o aproveitamento dos estudos realizados em cursos regularmente autorizados pelo Ministério da Educação seja feito na forma prevista e disciplinada no estatuto ou regimento da instituição de destino, com as adaptações regulamentares nos casos de transferência amparada por lei ou de ingresso em novo curso. Neste caso, disciplinas, módulos ou atividades curriculares estudadas com aproveitamento, em instituição regularmente credenciada, devem ser reconhecidas pela Instituição Acadêmica que receber o estudante, devendo haver compatibilidade de carga horária e conteúdo programático, sendo-lhe atribuídos, assim, créditos, notas e conceitos correspondentes, obtidos na instituição de origem. O aproveitamento de estudos realizado por estudantes, em processos de transferência, matrícula de graduados ou quaisquer outros, não depende do MEC. Neste ponto, o Parecer CES/CNE n.° 247/99 afirma que:

> O assunto é da estrita competência das instituições de ensino superior, por seus colegiados acadêmicos, observados o princípio da circulação de estudos e o da identidade ou equivalência do valor formativo dos estudos realizados em curso superior diverso do pretendido, à luz dos critérios fixados pela Instituição de Ensino, para assegurar, com o mesmo padrão de qualidade, os resultados acadêmicos do novo curso, compatíveis com o perfil do novo profissional que dele resultará.

O aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência entre disciplina ou atividade, cursada em IES autorizada ou credenciada com aquela em que o estudante pretenda aproveitamento. O aproveitamento de estudos pode, ainda, ser avaliado por meio do desenvolvimento de competências em cursos superiores. Caso a instituição não concorde com a avaliação do aproveitamento de estudos realizada pela instituição, deve ser apresentado recurso às instâncias superiores da própria instituição. Esse tipo de normatização deve ser objeto de regulamentação no NDE (Núcleo Docente Estruturante) do curso e devidas instâncias da UFOPA.

d) Práticas interdisciplinares de pesquisa e extensão: são disciplinas, módulos ou quaisquer formas obrigatórias de atividade curricular voltada para a formação do estudante no campo da sociedade e meio ambiente, podendo ser feitos por meio de práticas investigativas, comunitárias, sociais e culturais, ou de quaisquer técnicas pedagógicas, desde que considerada a maturidade intelectual dos estudantes e a natureza dos temas. As práticas interdisciplinares de pesquisa e extensão, respectivamente, são a Interação na Base Real, as Práticas Extensionistas Interdisciplinares e o Trabalho de Conclusão de Curso. No caso do CFI, o IBR, prática inicial em pesquisa, integra os conhecimentos teóricos a um recorte da realidade local, na zona rural

ou urbana, de modo a participar de estudo introdutório dessa realidade na forma de iniciação científica, com a orientação de um docente. O IBR tem o objetivo de levar o estudante a adquirir conhecimentos sobre a situação em estudo, desenvolver habilidades necessárias à execução do estudo e atingir competências sobre a temática abordada. Quanto às Práticas Extensionistas Interdisciplinares, elas têm normatização específica no sentido de que o acadêmico poderá se inserir em quaisquer programas ou projetos de extensão da UFOPA, desde que o conteúdo curricular destas práticas esteja adequado em vista da integralização da carga horária junto ao curso. Para fins de normatização, a carga horária de atividades em programas e projetos extensionistas registrados como parte do componente curricular não poderá ser utilizada como carga horária de atividade complementar. Sobre o TCC, prática de pesquisa individual, este integra os conhecimentos teóricos a um recorte da realidade de modo a exercitar o estudo aprofundado dessa realidade sob a orientação de um docente.

e) Seminários Integradores: componente curricular obrigatório interativo e de integração com o objetivo de abordar temas das áreas de conhecimento estudadas no BICA, tratadas de forma interdisciplinar, por meio de contribuições coletivas e/ou individuais dos acadêmicos do curso. Os seminários integradores poderão ser desenvolvidos na forma de jornadas, seminários ou evento de natureza discursiva, reflexiva e divulgadora.

8.6. HABILITAÇÃO, GRAU E INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Habilitação: Bacharel Interdisciplinar em Ciências Ambientais
Grau: Bacharelado interdisciplinar
Integralização Curricular: mínimo de 07 (seis) semestres / máximo de 10 (dez) semestres.

Os componentes curriculares do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais são apresentados no quadro 01, assim como, o período de oferta, carga horária e respectivos núcleos. E no quadro 02 de modo resumido apresenta-se a matriz curricular do curso, com as respectivas equivalências para a integralização curricular.

Quadro 01: Matriz Curricular do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais – UFOPA

1º Período	**Origem e Evolução do Conhecimento (60h)**	**Estudos Integrativos da Amazônia (60h)**	**Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (60h)**	**Semiótica (60h)**	**Tecnologias da Informação e da Comunicação (60h)**	**Estatística básica I (60h)**		**CH: 360**
Núcleos	**NEI**	**NEI**	**NEI**	**NEI**	**NEI**	**NEI**		
2º Período	**Estatística básica II (60h)**	**Desenvolvimento Sustentável e o Contexto Amazônico (60h)**	**Estado, Sociedade e Poder (60h)**	**Ecologia (60h)**	**CCO I (45h)**	**IBR I (45h)**	**SINT I (30h)**	**CH: 360**
Núcleos	**NEI**	**NAI**	**NAI**	**NAI**	**NEPI**	**NEPI**	**NEPI**	

3º Período	Educação Ambiental e Amazônia (60h)	Biodiversidade e Florestas (60h)	Ciência da Terra e Formação Geológica da Amazônia (60h)	CC0 II (60h)	CCO III (45h)	IBR II (45h)	SINT II (30h)	CH: 360
Núcleos	NAI	NAI	NAI	NAI	NEPI	NEPI	NEPI	
4º Período	Políticas Públicas e Gestão de Recursos Naturais (60h)	Desenvolvimento Local e Ação Coletiva (45h)	História da Amazônia e Políticas Territoriais (60h)	CCO IV (60h)	Ecologia Política (45h)	CCO V (45h)	IBR III (45h)	CH: 360
Núcleos	NAI	NAI	NAI	NAI	NAI	NEPI	NEPI	
5º Período	CCO VI (60h)	Avaliação Impactos Ambientais (45h)	Ciências e Tecnologia das Águas (60h)	Economia Ecológica (60h)	CCO VII (45h)	Gestão de Áreas Protegidas (45h)	CCO VIII (45h)	CH: 360
Núcleos	NAI	NAI	NAI	NAI	NAI	NAI	NEPI	
6º Período	Práticas Integradoras de Extensão (60h)	Leitura e produção textual (30h)	TCC I (60h)	CCO IX (30h)	Atividades complementares (120h)			CH: 300
Núcleos	NEPI	NEI	NEPI	NEPI	NEPI	NEPI		
7º Período	Atividades de Extensão (120h)	TCC II (60h)	CCO X (60h)	Práticas integradoras de extensão (60h)				CH: 300
Núcleos	NEPI	NEPI	NEPI	NEPI				
Núcleo de Estudos e Práticas Integralizadoras (NEPI) Núcleo de Estudos Interdisciplinares (NEI) Núcleo de Aprofundamento Interdisciplinar (NAI)								CH Total:

Quadro 02: Resumo da Carga Horária do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais – UFOPA

Carga Horária por Período							
1º Período: 360	2º Período: 360	3º Período: 360	4º Período: 360		5º Período: 360	6º Período: 300	7º Período: 300
Carga Horária por Componente Curricular							

Componentes curriculares	Carga Horária
Disciplinas/módulos obrigatórios de formação inicial e parte diversificada	1.425
Práticas Integradoras de Extensão	120
Atividades de Extensão	120
Trabalho de Conclusão de Curso	120
Disciplinas/módulos diversificados (Componentes Curriculares optativos)	495
Atividades complementares	120
TOTAL	**2.400**

8.6.1. Ementas dos componentes curriculares obrigatórios

Nome do componente curricular	**ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Introdução ao conhecimento da filosofia e do desenvolvimento das ciências – em seus aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos – e promoção da integração do conhecimento e da construção interdisciplinar; abordagem sobre o conhecimento empírico e tradicional; exame das complementaridades entre o conhecimento científico tradicional e das possibilidades do diálogo dos saberes.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
ABRANTES, Paulo César. **Imagens de natureza, imagens de ciência**. Campinas/SP: Papirus, 1998.	Básica
GLEISER, M. **A dança do universo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.	Básica
MORAIS, Andrei S. de; SOUZA, Maria de F. M. de. (orgs.). **Origem e Evolução do Conhecimento - OEC (livro-módulo).** Vol. 1. Santarém: UFOPA, 2012.	Básica
ANDERY, Maria Amália et a. **Para compreender a Ciência**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/PUC: 2001	Complementar
KUHN S. Thomas. **A tensão essencial**. Tradução: Marcelo Amaral Penna-Forte. 10. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.	Complementar
POPPER, Karl R. **Textos escolhidos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUC-Rio, 2010.	Complementar
SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7ª ed. São Paulo, Cortês: 2010.	Complementar
SANTOS, Laymert Garcia. **Saber tradicional x Saber cientifico**. Artigo publicado no livro Povos Indígenas no Brasil 2001 a 2005 –ISA. Disponível em <http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/Saber_tradiciona_saber_cientifico.pdf. Acesso em 17 de outubro de 2014>. Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

Nome do componente	**ESTUDOS INTEGRATIVOS DA AMAZÔNIA**

curricular	
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Amazônia: conceitos, dimensões e processos que caracterizam a região. Bioma amazônico. Ecologia, Ecossistemas e povos na Amazônia. Interação homem-ambiente. Formação histórica, econômica e social da Amazônia. Conflitos sociais. Serviços Socioambientais da Amazônia e Economia da Natureza.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
BATISTA, D. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento.** 2ª Ed. Manaus, VALER, EDUA e INPA: 2007.	Básica
CAPOBIANCO, J. P [et al] (Orgs). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação de Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios.** São Paulo, Estação Liberdade, Instituto Socioambiental: 2001.	Básica
SCIENTIFIC AMERICAN BRASIL. **Amazônia: a floresta e o futuro – Origens: formação geológica, surgimento da floresta e a ocupação humana.** Edição nº 1. Revista Duetto.	Básica
ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. A. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.** S. Paulo: Annablume, 2006.	Complementar
INPE/EMBRAPA. 2016. **Avaliação da dinâmica do uso e cobertura da terra no período de 10 anos nas áreas desflorestadas da Amazônia legal Brasileira**, Projeto TerraClass, INPE/EMBRAPA, 2016.	Complementar
GONÇALVES, C.W. P. **A Amazônia, Amazonias**. S. Paulo: Editorial Contexto, 3ª edição, 2015.	Complementar
TORRES, M. **Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense**. São Paulo: Urutu-Branco; Altamira: Instituto Socioambiental, 2017.	Complementar
ZHOURI, Andréa. **O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados**. Horiz. antropol. vol.12 no.25 Porto Alegre Jan./Jun 2006. Disponível em < http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832006000100008> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

Nome do componente curricular	**SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Poder, Estado, Sociedade e suas implicações para o Desenvolvimento Socioeconômico e a Conservação Ambiental. Antropologia e Diversidade Cultural. Desenvolvimento Sustentável.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade.** São Paulo-SP, Paz e Terra: 2011.	Básica
CALVACANTI, C. (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** São Paulo-SP, Cortez; Recife-PE, Fundação Joaquim Nabuco: 2001.	Básica

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro-RJ, Garamond: 2002.	Básica
ARAGÓN, Luis E. **Há futuro para o desenvolvimento sustentável na Amazônia?** Disponível em: <http://www2.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/futAmazonia_02.pdf.> Acesso em 20.Fev 2014	Complementar
CANO, W. **Introdução à Economia: uma abordagem crítica.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.	Complementar
CASTRO, Edna. **Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira.** Novos Cadernos NAEA, v. 10, n. 2, p. 105-126, dez. 2007	Complementar
FÁVERO, C. A.; GRAMACHO, Z. S. **O desenvolvimento territorial rural e a universidade**. In: Revista Informe Gepec, Vol. 08, nº2, jul./dez.,2004. Disponível em < http://www.unioeste.br/cursos/toledo/revista economia/> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
SACHS, I. **Desenvolvimento Includente, Sustentável, Sustentado.** Rio de Janeiro-RJ, Garamond: 2008.	Complementar

Nome do componente curricular	**SEMIÓTICA**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Introdução à semiótica: produção do significado e sentido, linguagem e comunicação. Construção do pensamento lógico, lógica formal. Produção textual.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Gramática Reflexiva – Texto, Semântica e Interação.** São Paulo: Atual, 2005.	Básica
CITELLE, Adilson. **Aprender e ensinar com textos não escolares.** São Paulo: Cortez, 2002.	Básica
PAIVA, Roberto; FARIA, Dóris. **Módulo Interdisciplinar: Lógica, Linguagem e Comunicação.** (orgs.). 1ª ed. Santarém: UFOPA, 2010.	Básica
CIMATTI, Marcela C. B. **Semiótica da marca: análise da marca contemporânea como fenômeno de linguagem**. Revista de Estudos e Pesquisa em Linguagem e Mídia. v. 2, n. 1: 2006. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1808-0820.cali.2006.64598>. Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
CORREIA, Mônica F. B. **A constituição social da mente:** (re)descobrindo Jerome Bruner e construção de significados.	Complementar
LEMOS, André. **Andar, clicar e escrever hipertextos.** 1998. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/hipertexto/andre.html.> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
MATTOSO, J. Câmara Jr. **Dicionário de Linguística e Gramática**. 22ª ed. Petrópolis-RJ, Vozes: 2001.	Complementar
MOTTA-ROTH, Désirée. **O ensino de produção textual com base em atividades sociais e gêneros textuais**. Revista Linguagem em Discurso. v. 6, n. 3: 2006. UNISUL. Disponivel em	Complementar

<http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/viewArticle/347>. Acesso em 09.Maio.2019.	

Nome do componente curricular	**TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
EMENTA: Estudos culturais em interface com os estudos de Mídia. Teorias dos meios de comunicação considerando sua convergência com a internet. Impactos das novas tecnologias de comunicação nas diferentes esferas das ciências da comunicação, considerando formatos contemporâneos como os diferentes ambientes digitais, redes sociais da internet, jogos eletrônicos.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1989.	Básica
JOHNSON, S.. **A Cultura da Interface.** Rio de Janeiro, Zahar: 2001.	Básica
LEVY, P. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999, 288 p	Básica
DIAS, Eduardo José Wense. **Contexto digital e tratamento da informação**. DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação, v.2, n.5, out. 2001. Disponível em <https://datagramazero.wordpress.com/2001/10/26/contexto-digital-e-tratamento-da-informacao/>. Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
PAIVA, Raquel. **O espírito Comum: Mídia, globalismo e identidade**. Rio de Janeiro, Maud, 2004.	Complementar
PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição.** Porto Alegre: Sulina, 2007.	Complementar
SABBATINI, R. M. E. **Internet, globalização e cultura**,. In: Jornal Correio Popular, Campinas, 09/2006. Disponível em: <http://www.epub.org.br/correio/index.html>. Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
SOARES, D. A **Globalização numa perspectiva sociocibernética**. In: Revista Contracampo, nº1. Mestrado da UFF, jul/dez/2007. Disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/cc2.htm>. Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

Nome do componente curricular	**ESTATÍSTICA BÁSICA 1**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Conceitos básicos de estatística. Tipos de apresentação de dados. Medidas de tendência e dispersão. Regras básicas de derivada e integral para estatística. Conceitos elementares de probabilidade, probabilidade condicional, independência e teorema de Bayes. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Esperança e variância de variável aleatória. Principais modelos de probabilidade.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. **Estatística Básica**. 6ed. São Paulo: Ed. Atual, 2010.	Básica
MEYER, P. L. **Probabilidade: Aplicação à Estatística**. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. Livro Tec.1983.	Básica

SPIEGEL, M. R. **Estatística.** São Paulo, Makron Books: 1993.	Básica
CLARK, J.; DOWNING, D. **Estatística aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2002.	Complementar
MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Atlas, 2002	Complementar
MOORE, D. **A Estatística Básica e sua prática**. Rio de Janeiro, LTC: 2000.	Complementar
PEREIRA, P. H. **Noções de Estatística**. São Paulo, Papirus: 2004.	Complementar
VIEIRA, S. **Princípios de estatística**. São Paulo: Pioneira, 1999.	Complementar

Nome do componente curricular	**ESTATÍSTICA BÁSICA 2**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Principais tipos de amostragem. Introdução a estimação de parâmetros. Principais testes de hipóteses paramétricos e não-paramétricos. Relação entre duas Variáveis: Regressão Simples, Análise de Variância (ANOVA), Correlação. Uso de software livre para aplicação da estatística.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. **Estatística Básica**. 6ed. São Paulo: Ed. Atual, 2010.	Básica
MEYER, P. L. **Probabilidade: Aplicação à Estatística**. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. Livro Tec.1983.	Básica
SPIEGEL, M. R. **Estatística.** São Paulo, Makron Books: 1993.	Básica
CLARK, J.; DOWNING, D. **Estatística aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2002.	Complementar
MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Atlas, 2002.	Complementar
MOORE, D. **A Estatística Básica e sua prática**. Rio de Janeiro, LTC: 2000.	Complementar
PEREIRA, P. H. **Noções de Estatística**. São Paulo, Papirus: 2004.	Complementar
VIEIRA, S. **Princípios de estatística**. São Paulo: Pioneira, 1999.	Complementar

Nome do componente curricular	**DESENVOLMENTO SUSTENTÁVEL E O CONTEXTO AMAZÔNICO**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Fundamentos da crise ambiental. Contexto histórico da sustentabilidade. Definição de desenvolvimento e sustentabilidade. Conceito do Ecodesenvolvimento, e desenvolvimento sustentável. Complexidade e sustentabilidade. Sustentabilidade e economia de mercado: utopia, oportunidade ou desafio? As múltiplas dimensões da sustentabilidade: Economia, Sociedade, Ecologia, Geografia e Cultura; Rumo a sustentabilidade: O papel da Ciência e Tecnologia. Saberes tradicionais e práticas sustentáveis. O local, o regional e o global. Sustentabilidade e Políticas Públicas.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
CASTRO, E. ; AMARAL NETO, M (Org.). **Sociedades, florestas e sustentabilidade.** Belém, IEB- NAEA-UFPA: 2013.	Básica
FREITAS, M. **Amazônia e Desenvolvimento Sustentável: um diálogo**	Básica

que todos os brasileiros deveriam conhecer. Petrópolis-RJ, Vozes, 2004.	
GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia.** Manaus-AM, Valer: 2007.	Básica
CASTRO, Fábio de; McGRATH, David. **O manejo comunitário de lagos na Amazônia**. Parcerias Estratégicas, n. 12, p. 112-126, 2001. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias12/06fabio.pdf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
COELHO, Christianne C. de S. R. **Complexidade e sustentabilidade nas organizações**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. 2001. Disponível em <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/79669>. Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental.** Petrópolis, Vozes: 2009.	Complementar
JATOBÁ, Sérgio U. S., CIDADE, Lúcia C. F. e VARGAS, Glória M. **Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política**: diferentes visões da sustentabilidade e do território. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a04v24n1.pdf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.** Trad. Jorge E. Silva. Petrópolis: Vozes, 2009.	Complementar

Nome do componente curricular	**ESTADO, SOCIEDADE E PODER**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: O papel do Estado no contexto das transformações econômicas mundiais no final do século XX. Sistemas políticos: (neo)liberalismo, marxismo e anarquismo. Sistemas Econômicos: capitalismo, socialismo, comunismo. Neoliberalismo e globalização. Aspectos centrais da organização da economia mundial do pós-guerra e de suas transformações mais recentes, o impacto das mudanças no papel do Estado no mundo contemporâneo. Processos emergentes e democracia. Amazônia: Estado, sociedade e poder.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política.** 7a ed. São Paulo, Paz e Terra: 1999.	Básica
FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**, São Paulo, Globo: 2006.	Básica
FONTES, Virgínia: **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**, Rio de Janeiro: EPSIV, UFRJ, 2010.	Básica
CARINHATO, Pedro Henrique. **Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil**. Disponível em 26/01/2016: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_n3_miscelanea_01.pdf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
GOMES SILVA, Ilse. **Democracia e participação na "reforma" do Estado**. Ed. Cortez: São Paulo, 2003.	Complementar
HARVEY¸ David. **O novo imperialismo**, São Paulo, Loyola: 2005.	Complementar

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: M. Claret, 2003.	Complementar
WIGHT, Martin. **A política de poder.** Brasília: EdUnB, 1985.	Complementar

Nome do componente curricular	**ECOLOGIA**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Princípios gerais da ecologia. Níveis de organização. Subdivisões da biosfera. Estrutura e função dos ecossistemas: Componentes, Fatores limitantes, Ciclos biogeoquímicos e Energia. A dependência entre espécies, populações e comunidades. Conceitos de biodiversidade e de serviços dos ecossistemas. A distribuição da biodiversidade na Amazônia, no Brasil e no mundo. Tipologia dos ecossistemas e seus serviços. Principais forças motrizes de alteração da biodiversidade e os ecossistemas. Manifestações da crise ambiental: degradação ecossistêmica, extinção local e global de espécies, exaustão e sobreexploração de recursos naturais, poluição generalizada e mudança climática. A produção humana de energia como processo na biosfera. A poluição ambiental: Conceito e os principais impactos antropogênicos. Impactos e simplificação dos ecossistemas. Aplicação dos conhecimentos ecológicos na gestão ambiental (ecossistemas florestais, rios, reservatórios, ambientes costeiros, urbanos etc.). Restauração ambiental. O uso sustentável dos recursos biológicos (princípios de controle de colheita).	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
ACIESP. **Glossário de Ecologia.** Publicação nº 103. São Paulo/SP: ACIESP/CNPq/FAPESP/SCT. 1997.	Básica
RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 2011.	Básica
TOWNSEND, C.R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. **Fundamentos em Ecologia.** Porto Alegre-RS, Artmed: 2010.	Básica
FOLADORI, Guillermo. **O Capitalismo e a crise ambiental**. Revista Raízes, Ano XVIII, Nº 19, maio/99. Disponível em <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_42.pdf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
GUATTARI, Felix. **As Três Ecologias.** Campinas, Papirus: 1990.	Complementar
MATURANA, H. e VARELA, F. **A árvore do conhecimento - As bases biológicas do conhecimento humano.** Campinas, Psy: 1995.	Complementar
ODUM, Eugene. **Ecologia**. Compañia Editorial Continental S.A. México, DF. 1980	Complementar
PEREIRA, Bárbara Elisa, DIEGUES, Antonio Carlos. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza**: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFR. v. 22. 2010. Disponivel em <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v22i1.16054>. Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

Nome do componente curricular	**INTERAÇÃO NA BASE REAL I**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 45 h/a**
Ementa: Abordagens e metodologias de pesquisa científica. Pesquisa interdisciplinar.	

Conhecimentos resultantes de pesquisa e saberes dos povos da Amazônia: diálogos, conflitos, convergências. Projetos de pesquisa. A questão científica como fator estruturante de pesquisas. Discussão interdisciplinar de conteúdos pertinentes às ciências humanas e naturais e sua relação com a Amazônia. Metodologias de pesquisa-ação na prática extensionista.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
ANDRADE, Maria M. de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo, Atlas: 2010.	Básica
GIL, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo, Atlas: 2010.	Básica
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo, Atlas: 2010.	Básica
MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo, Saraiva: 2008.	Complementar
SÁNCHEZ GAMBOA, S. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias.** Chapecó SC: Argos, 2012	Complementar
SÁNCHEZ GAMBOA, S., **A Dialética na Pesquisa em Educação**: Elementos de Contexto. In Metodologia da Pesquisa Educacional, 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2010,	Complementar
SASSERON, Lúcia Helena. CARVALHO, Anna Maria P. de. **Alfabetização Científica: Uma Revisão Bibliográfica**. Revista Investigações em Ensino de Ciências – V16(1), pp. 59-77, 2011. Faculdade de Edudação - USP. Disponivel em <http://educimat.vi.ifes.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Artigo-4_Lucia-Sasseron_Anna-Maria-Pessoa-de-Carvalho_Afabetiza%C3%A7%C3%A3o-Cient%C3%ADfica-Uma-revis%C3%A3o-bibliogr%C3%A1fica.pdf > Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, Cortez: 2002.	Complementar

Nome do componente curricular	**SEMINÁRIOS INTEGRADORES I**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 30 h/a**
Ementa: Origem e evolução do conhecimento. Estudos integrativos da Amazônia. Sociedade, natureza e desenvolvimento. Semiótica.	
Bibliografia	
Livro	Tipo
LAMEIRÃO, S. V. de O. C.; CARVALHO, E. do N. **Seminários Integradores.** Acquerello, São Paulo, 2012.	Básica
MORAIS, Andrei S. de; SOUZA, Maria de F. M. de. (orgs.). **Origem e Evolução do Conhecimento - OEC (livro-módulo).** Vol. 1. Santarém: UFOPA, 2012.	Básica
BATISTA, D. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento.** 2ª Ed. Manaus, VALER, EDUA e INPA: 2007.	Básica
CALVACANTI, C. (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** São Paulo-SP, Cortez; Recife-PE, Fundação Joaquim Nabuco: 2001.	Complementar
NAME, Miguel Asis. **Vencendo a matemática**. São Paulo: Editora do	Complementar

Brasil, 2005.	
CAPOBIANCO, J. P [et al] (Orgs). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação de Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios.** São Paulo, Estação Liberdade, Instituto Socioambiental: 2001.	Complementar
SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro-RJ, Garamond: 2002.	Complementar
HARIKI, S; ABDOUNUR, O. J. **Matemática aplicada**. São Paulo: Saraiva, 1999.	Complementar

Nome do componente curricular	**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AMAZÔNIA**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Conceitos, objetivos e princípios da Educação Ambiental. Fundamentos epistemológicos da Educação ambiental. As políticas de Educação Ambiental no Brasil. Educação Ambiental na Amazônia. A contribuição da Educação Ambiental para a conservação ambiental e sustentabilidade na Amazônia. Estudo de casos.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1999.	Básica
LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.	Básica
PADUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil. Brasília: IPE/FMNA, 1997. 283 p.	Básica
BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www2.camara. gov.br/legin/fed/lei/1999/lei-9795-27-abril 1999-373224-norma-pl.html>. Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
DIAS, Genibaldo Freire. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1992.	Complementar
LOUREIRO, Carlos Frederico B. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In:_____. (Org.) Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2006.	Complementar
SILVA, M. C. R. da S; CASTRO, S. V. (orgs). **Olhares Plurais sobre o Meio Ambiente: uma visão interdisciplinar**. São Paulo, Cultrix: 1992.	Complementar
SILVA, M. Trajetórias de educação ambiental na Amazônia Paraense:. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 20, n. 2, p. 341-355, 31 ago. 2018.	Complementar

Nome do componente curricular	**BIODIVERSIDADE E FLORESTAS**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Padrões de biodiversidade, processos e mecanismos subjacentes. Valor da biodiversidade e história do movimento conservacionista. Padrões antrópicos de perda da	

biodiversidade. Estratégias de conservação da biodiversidade como recurso natural. Valoração ambiental.. Ecologia florestal: regulação climática, ciclo hidrológico e ciclo de nutrientes. Os estratos da floresta. Floresta Amazônica e a Biodiversidade; Endemismos e riqueza ecossistêmica. Os serviços ecossistêmicas da floresta amazônica.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
GARAY, I. e Dias, B. **Conservação da Biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento**. Petrópolis-RJ, Vozes: 2001.	Básica
CAPOBIANCO, J. P [et al] (Orgs). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação de Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios.** São Paulo, Estação Liberdade, Instituto Socioambiental: 2001.	Básica
FEARNSIDE. P.M. **Consequências do desmatamento da Amazônia. Scientific American Brasil.** Especial Biodiversidade, pp. 54-59, 2010.	Básica
LUIZÃO, F. J. 2007. **Ciclos de Nutrientes na Amazônia: respostas às mudanças ambientais e climáticas.** Ciência e Cultura, vol. 59, n. 3, 31-36.	Complementar
FEARNSIDE, Philip M. **Desmatamento na Amazônia**: dinâmica, impactos e controle. Revista Acta Amazonica. vol. 36(3) 2006. Disponivel em <http://www.scielo.br/pdf/aa/v36n3/v36n3a18.pdf>. Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
MACHADO, Frederico Soares. **Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros**: **um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia.** Rio Branco, Acre: PESACRE e CIFOR, 2008.	Complementar
NOVO, E. [et al]. **Amazônia: a utilização de seus recursos naturais e sustentabilidade**. Belém: Amazônia, 2010.	Complementar
SERÔA DA MOTA, R. **Manual de valoração econômica da biodiversidade biológica**. Brasília, MMA/SBF: 1998. Disponível em< http://www.mma.gov.br/biodiversidade /publica/mvalora/apresent.html.> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

Nome do componente curricular	**CIÊNCIA DA TERRA E FORMAÇÃO GEOLÓGICA DA AMAZÔNIA**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: A Formação Geológica Mundial e da Amazônia: conceitos e olhares diversos. O Ciclo das Rochas. A formação do continente Amazônico – do Arqueano ao Proterozóico. O Fanerozoico da Geologia da Amazônia. Bacia do Amazonas. Bacia do Solimões. Disponibilidade de recursos naturais (minérios, água, florestas).	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
COSTA, J. B. S.; HASUI, Y. **Evolução geológica da Amazônia**. Contribuições à geologia da Amazônia. v. 12, p.15-19, 1997. Belém: SBG.	Básica
DALL"AGNOL, R.; ROSA-COSTA, L. T. **A formação do continente amazônico**. Scientific American Brazil, v. II, p. 6-13, 2008.	Básica
PRESS, F.; SIEVER, R.; JORDAN, T. H.; GROETZINGER, J. Para entender a Terra. ARTMED, 2006.	Básica

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010340142005000100005&script=sci_arttext> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
IIRSA. **Iniciativa para implantação da infraestrutura regional da América do Su**l. Brasília, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, MPOG, 2002.	Complementar
MILANI, E. J. **Estilos estruturais em bacias sedimentares** - Revisão conceitual. Estilos estruturais em bacias sedimentares - Revisão conceitual. p.75-76, 1991. Rio de Janeiro: Petrobras.	Complementar
AB'SABER, A. N. Paleoclima e paleoecologia da Amazônia brasileira. In: AB'SABER. A. N. Amazônia, do discurso à práxis, São Paulo, UNESP, pp. 49-66, 1997.	Complementar
NOGUEIRA, A.C.R. 2008. **Guinada para o Atlântico.** Scientific American Brasil, Amazônia, a Floresta e o Futuro, São Paulo, v1, p. 22-27.	Complementar

Nome do componente curricular	**INTERAÇÃO NA BASE REAL II**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 45 h/a**
Ementa: Abordagem teórico-metodológica sobre sociedade e natureza. Aprendizagem da prática de descrição diagnóstica local. Relações entre política, economia, sociedade e cultura nos estudos populacionais. Dinâmica populacional e implicações na organização do espaço sob o ponto de vista socioambiental. Visita técnica diagnóstica para mapeamento do território das comunidades. Referencial continuado do trabalho desenvolvido no componente do IBR I. Metodologias de pesquisa-ação na prática extensionista.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
ALVES, Z. M. M. B; SILVA, M. H. G. F. D. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta.** Paidéia (Ribeirão Preto), nº 2, p.61-69, 1992.	Básica
LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.	Básica
NASCIMENTO, Luis P. **Elaboração de Projeto de Pesquisa.** São Paulo, Cengage Learning: 2011.	Básica
BERQUÓ, E. S.; SOUZA, J. M. P.; GOTLIEB, S. L. D. **Bioestatística.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1980.	Complementar
FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.	Complementar
PRESTES, M.L.M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia.** São Paulo: Rêspel, 2003.	Complementar
STEINBERGER, Marília (Org.). **Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais.** Brasília, DF: Ed. Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.	Complementar
VERRIÉRE, Jacques. **Política de população.** São Paulo: Difel, 1980.	Complementar

Nome do componente curricular	**SEMINÁRIOS INTEGRADORES II**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 30 h/a**
Ementa: Articulação dos saberes nas disciplinas do semestre. Conceitos, objetivos e princípios	

da Educação Ambiental. Padrões de biodiversidade, processos e mecanismos subjacentes. Conceitos de Cultura. Conceitos de Saúde Coletiva. A Formação Geológica Mundial e da Amazônia: conceitos e olhares diversos. A polis e o fenômeno político: o discurso e o exercício da política. Absolutismo, Contratualismo, Liberalismo e Federalismo: surgimento e evolução. Estado Brasileiro, governo e povo. Sociedade brasileira e relações de conflito. A água e o Planeta. Fundamentos da crise ambiental. Contexto histórico da sustentabilidade. Noções conceituais e históricas de desenvolvimento. Globalização X Fronteiras Territoriais. Princípios gerais da ecologia. Níveis de organização. Subdivisões da biosfera. A dependência entre espécies, populações e comunidades. Conceitos de biodiversidade e de serviços dos ecossistemas. A distribuição da biodiversidade na Amazônia, no Brasil e no mundo. Princípios gerais da ecologia. Níveis de organização. Subdivisões da biosfera.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
GARAY, I. e Dias, B. **Conservação da Biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento**. Petrópolis-RJ, Vozes: 2001.	Básica
LAMEIRÃO, S. V. de O. C.; CARVALHO, E. do N. **Seminários Integradores.** Acquerello, São Paulo, 2012.	Básica
LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.	Básica
COSTA, N. do R. [et al]. **Demandas Populares, Políticas Públicas e Saúde**. Vol. I e II. Petrópolis-RJ, Vozes, 1989.	Complementar
DALL"AGNOL, R.; ROSA-COSTA, L. T. **A formação do continente amazônico**. Scientific American Brazil, v. II, p. 6-13, 2008.	Complementar
MAGNOLI, D. **Globalização: Estado Nacional e Espaço Mundial**. São Paulo, Moderna: 1997.	Complementar
TUNDISI, José Galizia. **Água no século XXI: Enfrentando a escassez.** São Paulo, Rima: 2009.	Complementar
CASTRO, E. ; AMARAL NETO, M (Org.). **Sociedades, florestas e sustentabilidade.** Belém, IEB- NAEA-UFPA: 2013.	Complementar

Nome do componente curricular	**POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Política ambiental no Brasil: evolução histórica. Problemas e gestão de recursos naturais na Amazônia: extrativismo vegetal, mineração, recursos hídricos e serviços ambientais. Instrumentos de gestão: zoneamento ecológico-econômico, certificação e educação ambiental. Debates contemporâneos: internacionalização, governança e redes estratégicas regionais e globais. Etapas da gestão ambiental: diagnóstico, planejamento, implementação e monitoramento. Estudos de caso de planos de manejo (território e/ou recurso natural).	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
ALMEIDA, L. T. **Política ambiental: uma análise econômica.** Campinas-SP, Papirus; São Paulo, Fund. Edit. Unesp: 1998	Básica
AMIN, M. M. **O extrativismo como fator de empobrecimento da economia do Estado do Pará**. In: XIMENES, T. (Org.) Perspectivas do desenvolvimento sustentável: Uma contribuição para a Amazônia 21.	Básica

Belém, NAEA: 1997.	
MATHIS, Armin et alii. **A mineração de ouro na Amazônia**. Belém, Cejup: 1997.	Básica
COSTA, R.H. **O Mito da Desterritorialização**: Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.	Complementar
GAETANI, Francisco [et al.]. **O Brasil na agenda internacional para o desenvolvimento sustentável: um olhar externo sobre os desafios e oportunidades nas negociações de clima, biodiversidade e substâncias químicas.** Trad.: John Morris, João F. Bezerra, Rosana Carvalho. Brasília, MMA: 2012.	Complementar
SILVA, Adnilson de A. SILVA, Antônio Carlos G. da. PAULA, Jania Maria de, SILVA, Josué da Costa, SOUSA, Lucileyde Feitosa. **O Processo de Des(Re)Territorialização dos Trabalhadores Nordestinos no Território Amazônico Durante os Ciclos da Borracha**. Revista Eletrônica de Pós-Graduação em Geografia – UFPR. v. 5, n. 1, 2010. Disponivel em <DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v5i1.17782> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
SIMONIAN, L. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais.** Belém, Cejup/UFPA-NAEA, 2000.	Complementar
SOUZA, Charles Benedito G. **A Gestão dos Recursos Naturais na Amazônia:** A Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá-Pa. Revista Eletrônica de Pós-Graduação em Geografia – UFPR. v. 5, n. 1, 2010. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v5i1.17783>. Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

Nome do componente curricular	**DESENVOLVIMENTO LOCAL E AÇÃO COLETIVA**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 45 h/a**
Ementa: Noções conceituais e históricas de desenvolvimento. Globalização X Fronteiras Territoriais. As forças sociais de desenvolvimento. Conceito de Desenvolvimento Local. Vínculos sociais e a problemática da comunidade. Desenvolvimento Local e sustentabilidade. A lógica da ação coletiva.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
ÁVILA, V. F. de. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral-CE: Edições UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú): 2006. Disponível em Disponível em <www.desenvolvimentolocal.ucdb.br> Acesso em 09.Maio.2019.	Básica
CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.	Básica
MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas.** INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local (5), set 2002, p. 51-59.	Básica
ÁVILA, V. F. **Cultura, Desenvolvimento Local, solidariedade e educação**. Campo Grande-MS, Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB, 2004, p. 26. Disponível em: <www.ucdb.br/coloquio> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

_____. **Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL).** INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 8, n.13, set. 2006, p.133-140. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/s1518-70122006000200014> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo, Paz e Terra: 2000.	Complementar
MELLO, Gilberto de. **A crise do século XX**. 2.ed., São Paulo: Ática, 1991	Complementar
HIRSCH, F. **Limites sociais do crescimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.	Complementar

Nome do componente curricular	**HISTÓRIA DA AMAZÔNIA E POLÍTICAS TERRITORIAIS**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Espaço, colonização e ocupação da Amazônia. Terra, trabalho e cultura na Amazônia. Geografias, cartografias e representações territoriais do passado. História e historiografia indígena e do indigenismo. Escravidão, trabalho e relações raciais. A relação entre capitalismo e trabalho, mediada pela cultura e pelo campo das relações interétnicas. Encontros e confrontos culturais (s. XVI-XXI). Cultura e mundo do trabalho. Dinâmicas históricas do espaço, das paisagens e das territorialidades.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
OLIVEIRA, R. C. de. **Caminhos da identidade: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo.** São Paulo, Unesp: 2006.	Básica
GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 1989.	Básica
OLIVEIRA, J. P. (Org.). **Indigenismo e territorialização: Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro, Contra Capa: 1998.	Básica
BECKER, Berta. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.	Complementar
BRASIL. 1966. ***Lei nº 5.173**, de 27 de outubro de 1966.* Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2012.	Complementar
BRASIL. 2008. ***Plano Amazônia Sustentável: Diretrizes para o desenvolvimento sustentável* da *Amazônia brasileira.*** Brasília: MMA.	Complementar
O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.	Complementar
OLIVEIRA, J. P. de e FREIRE, C. A. da R.. **A Presença Indígena na formação do Brasil**. Série Vias dos Saberes, VOL. 2. Brasília: MEC/SECAD; Rio: LACED/Museu Nacional: 2006.	Complementar

Nome do componente curricular	**ECOLOGIA POLÍTICA**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 45 h/a**
Ementa: Apropriação e uso de bens ambientais. Relações de poder de conhecimento. Crítica ecológica dos fundamentos políticos, econômicos e culturais das sociedades urbano-industriais. A crise ambiental e modelos de desenvolvimento. Economia verde e modernização ecológica. Privatização e a reapropriação social dos bens comuns. Territórios e conflitos.. Movimentos	

emancipatórios e justiça ambiental. Geopolítica dos conflitos socioambientais. Neo-extrativismo latino-americano e o papel de estado; Gestão, resolução, e transformação de conflitos. Estudos de caso na Amazônia.	
Bibliografia	
Livro/artigo	**Tipo**
ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.	Básica
PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro (RJ): Contexto, 2017.	Básica
SACHS, Wolfgang. (org.). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.	Básica
ALIMONDA, Héctor; TORO PÉREZ, Catalina; FACUNDO, Martín (orgs). Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica, Ciudad de México: CLASCO, Vol I e II, 2017.	Complementar
BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados., São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.	Complementar
ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.	
LITTLE, Elliot. A ecologia como uma etnografia: um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.	Complementar
ZHOURI, Andrea.; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.	Complementar

Nome do componente curricular	**INTERAÇÃO NA BASE REAL III**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 45 h/a**
Ementa: Introdução a noções do campo da Política Pública Sobre Meio Ambiente e Gestão do Território, Planejamento Normativo, e Momentos do Planejamento Estratégico Situacional. Instrumentos regulatórios da ordenação do território. Agentes co-gestores da organização do espaço (a comunidade e natureza). Elementos do espaço e categorias de análise do território. Técnicas aplicadas ao planejamento territorial. Avaliação de planos e de projetos: as políticas territoriais em questão. Visita técnica para planejamento estratégico junto às famílias e lideranças nas comunidades com possíveis intervenções. Referencial continuado do trabalho desenvolvido no componente do IBR I e II. Metodologias de pesquisa-ação na prática extensionista.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
BECKER, B.; MIRANDA, M.; BARTHOLO Jr, R. (Orgs). Tecnologia e Gestão de Território. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1987.	Básica
CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Makron Books, 1993.	Básica
WATSON, Rod, GASTALDO, Edison. Etnometodologia e análise da conversa. Petrópolis. Vozes, 2012.	Básica

ABRANTES, Paulo César. **A ciência moderna e o método experimental**. In: Imagens de natureza, imagens de ciência. Campinas: Papirus, 1998.	Complementar
MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.	Complementar
ADLER, F.R.; TANNER, C.J. Ecossistemas urbanos: princípios ecológicos para o ambiente construído. São Paulo: Oficina de textos, 2015.	Complementar
COSTA, R. H. Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2010.	Complementar
MATUS, C. Política, Planejamento e Governo; Rio de Janeiro: IPEA, 1993.	Complementar

Nome do componente curricular	**AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS -A.I.A.**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 45 h/a**
Ementa: Impactos ambientais das atividades humanas: poluição, degradação ambiental e sobreexploração de recursos naturais. Legislação ambiental. Licenciamento ambiental. Estudos de Impacto Ambiental. Desenvolvimento do processo de A.I.A. Métodos de avaliação do impacto ambiental. Indicadores ambientais. Controle e monitoramento ambiental. Limitações e críticas aos processos de licenciamento ambiental e EIA/RIMA. Estudos de casos na Amazônia Legal.	
Bibliografia	
Livro/artigo	**Tipo**
DIAS, M. do C. O.; PEREIRA, M. C. B.; DIAS, P. L. F.; VIRGÍLIO, J. F. (Coord.). Manual de impactos ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas. Fortaleza: Banco do Nordoeste, 2 edição, 2006.	Básica
GUERRA, A. J. T. CUNHA, S. B. (Orgs). Impactos ambientais urbanos no Brasil (cap. 1, 6 e 7).8 edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.	Básica
SANCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2006	Básica
BECHARA, Erika. Licenciamento e compensação ambiental na Lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC). São Paulo: Atlas, 2009.	Complementar
CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE-CONAMA. Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986.	Complementar
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.	Complementar
INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS- IBAMA. Guia de Procedimentos do Licenciamento Ambiental Federal. Brasília, Ministério de Meio Ambiente, 2002	Complementar
ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. & PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais, in Andréa Zhouri, Klemens Laschefski e Doralice Pereira (orgs.), A insustentável leveza da política ambiental, Belo Horioznte: Ed. Autêntica, 2005.	Complementar

Nome do componente curricular	**CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: A água e o Planeta. As propriedades físicas e químicas da água. Hidrologia e ciclo da água. A bacia hidrográfica como uma unidade hidrológica. Tipos de águas na Amazônia. A dinâmica das paisagens fluviais. Ecossistemas aquáticos na Amazônia. A economia da água: disponibilidades, demandas e conflitos. Água: um bem econômico. Qualidade da água. Erosão hídrica. Saneamento básico. Água e saúde pública. Ocorrência, intensificação e controle de inundação. Gestão e planejamento dos recursos hídricos. Cenários Sustentáveis e águas na Amazônia.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
MACHADO, C., J. S. **Gestão de águas doces.** São Paulo, Interciência: 2004.	Básica
MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. **Indicadores ambientais e recursos hídricos.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: 2011.	Básica
TOWNSEND, C.R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. **Fundamentos em Ecologia.** Porto Alegre-RS, Artmed: 2010.	Básica
ALENCAR, A., et al. **Desmatamento na Amazônia**: indo além da emergência crônica. Ipam, 2004B. Disponível em <http://www.ipam.org.br/publicacoes/ livros/resumo_desmatamento.php>	Complementar
GARCIA, R. A., SOARES-FILHO, B. S. e SAWYER, D. O. **Dimensões sócio-econômicas e movimentos populacionais**: uma regionalização da Amazônia brasileira. Em XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, Abep, 2004. Disponível em <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=030&nivel=1> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J.G. **Águas doces no Brasil.** São Paulo, Escrituras: 2006.	Complementar
ISAAC, V.J. & ALMEIDA, M.C. **El consumo de pescado en la Amazonia brasileña.** COPESCAALC Documento Ocasional. No 13. FAO, Rome, 2011.	Complementar
SCOLES, R. 2016. **Caracterização ambiental da bacia do Tapajós.** In: Alarcon, D. F., Millikan, B., Torres, M. (Orgs). Ocekadi: Hidrelétricas, Conflitos Socioambientais e Resistência na bacia do Tapajós. Brasília: International Rivers; Santarém: PAA/UFOPA, p. 29-42.	Complementar

Nome do componente curricular	**ECONOMIA ECOLÓGICA**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Relações entre sistema econômico e meio ambiente. A Economia Ecológica e as distinções básicas com relação à Economia Ambiental Neoclássica. Escala sustentável, distribuição justa e eficiência econômica. Economia e entropia. Macroeconomia Ambiental sob a perspectiva da Economia Ecológica. Risco, incerteza, ignorância e o princípio da precaução. Valores de mercado, valores de não-mercado e a valoração de produtos ecossistêmicos.	

Mundialização do capital e financeirização da natureza.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
DALY, H. e FARLEY, J. **Economia Ecológica**, 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2010.	Básica
MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Trad. Mauricio Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.	Básica
TRIGUEIRO, A. (Org.). **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.	Básica
ANDRADE, D. C. **Valoração econômico-ecológica**: Bases conceituais e metodológicas. São Paulo: Annablume, 2013.	Complementar
MUELLER, C. C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Unb, 2007.	Complementar
VEIGA, J. E. da. **A emergência socioambiental**. São Paulo: Senac, 2007.	Complementar
DUQUE, E. **Capital social como instrumento de desenvolvimento sustentável.** Território e Desenvolvimento. Configurações Revista de sociologia, 2013. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/27983.	Complementar
LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.	Complementar

Nome do componente curricular	**GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 45 h/a**
Ementa: Definição e legislação das áreas protegidas. Classificação internacional de áreas protegidas. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Categorias de unidades de conservação. Planos de Manejo. Zoneamento territorial. Programas de uso público. Manejo de recursos. Proteção ambiental. Monitoramento e controle. Gestão compartilhada. Conselhos consultivos e deliberativos. Terras indígenas: legislação, gestão e usos. Conflitos socioambientais em áreas protegidas. Termos de Compromisso. Áreas protegidas na Amazônia Legal: oportunidades, desafios, gargalos e ameaças. Conservação versus Desenvolvimento.	
Bibliografia	
Livros	**Tipo**
PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação.** Londrina: Vida, 2001. 328 p.	Básica
BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas.** São Paulo: Editora FGV, 2009.	Básica
BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lei Nº 9.433, de 18/07/2000, Lei de Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), MMA, 2000.**	Básica
CUNHA, M.C.; ALMEIDA, M.W.B. 2001. **Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia** In: CAPOBIANCO, J.P.R. et al. (orgs). Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, São Paulo, pp. 184-193.	Complementar
PEREIRA, R.C. et al. Monitoramento in situ da biodiversidade: Proposta	Complementar

para um Sistema Brasileiro de Monitoramento da Biodiversidade, ICMBIO, Brasília, 2013.	
PELLIZZARO et al. 2015. **Gestão e Manejo de Áreas Protegidas: Contexto Internacional.** Ambiente e Sociedade, p. 21-40. 2015.	Complementar
RICARDO. F. (ORG). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições.** São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004.	Complementar
VERISSIMO, A. et al. Áreas Protegidas na Amazônia: avanços e desafios. Imazon, Belém; Instituto Socioambiental, São Paulo, 2011.	Complementar

Nome do componente curricular	**PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO I**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Contextualização da extensão. Compreensão da trajetória e da importância da extensão para a formação acadêmica e profissional. Articulação de saberes teóricos e práticos, valorização de ações individuais e coletivas. Elaboração de um projeto de extensão, tendo como referência a pesquisa de campo e os conhecimentos adquiridos na academia. Desenvolvimento de ações extensionistas. Execução de ações extensionistas em situações contextualizadas. Relatório técnico avaliativo. Metodologias de pesquisa-ação na prática extensionista.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
BRAVO, Luiz. **Trabalhando com a Comunidade**. Rio de Janeiro: Anaconda Cultural Edições Ltda., 1983.	Básica
FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.	Básica
VANNUCCHI, Aldo. **A Universidade comunitária: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 2004.	Básica
FARIA, Doris Santos de (org). **Construção Conceitual da Extensão na America Latina**. Brasilia. Editora UNB. 2001.	Complementar
Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. Xxxi encontro do fórum nacional de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. CARTA DE MANAUS. Disponível em <http://www.forproex25anos.unb.br/index.php> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
Fórum Nacional De Extensão E Ação Comunitária Das Universidades E Ies Comunitárias. Gestão e a avaliação da extensão: um desafio para a comunidade acadêmica. Florianópolis, SC: 2002. Disponível em:< www.ucb.br/extensao-comunitarias/carta_ florianopolis.doc> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
KRUG, J. G. **A mobilização comunitária**. São Paulo: Cortez, 1982.	Complementar
SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

Nome do componente	**PRÁTICAS INTEGRADORAS DE EXTENSÃO II**

curricular	
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Elaboração de projeto de extensão, tendo como referência a pesquisa de campo e os conhecimentos adquiridos na academia. Desenvolvimento de ações extensionistas. Execução de ações extensionistas em situações contextualizadas. Relatório técnico avaliativo. Metodologias de pesquisa-ação na prática extensionista.	
Bibliografia	
Livro	Tipo
CALDERÓN, Adolfo. SAMPAIO, Helena. **Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras.** São Paulo: Olho d´Água, 2002.	Básica
MAGALHÃES, H.G.D. (2007). **Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão: tensões e desafios.** ETD: Educação Temática Digital**,** 8 (2), 168-175.	Básica
SOUZA, A. L. L.. **A História da Extensão Universitária**. São Paulo, Alínea: 2000.	Básica
FARIA, Doris Santos de (org). **Construção Conceitual da Extensão na America Latina**. Brasilia. Editora UNB. 2001.	Complementar
Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. Xxxi encontro do fórum nacional de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. CARTA DE MANAUS. Disponível em <http://www.forproex25anos.unb.br/index.php> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
NOGUEIRA, M. das D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte, Ed. UFMG: 2004.	Complementar
POSSOBON, M. Elizete; BUSATO, M. A. (orgs.). **Extensão Universitária: reflexão e ação**. Chapecó, Argos: 2009.	Complementar
SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

Nome do componente curricular	**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Delineamento de um projeto de pesquisa aplicada à realidade amazônida, visando à elaboração de um trabalho monográfico a partir das atividades desenvolvidas ao longo do curso. Aspectos éticos da pesquisa e a construção de postura analítico-crítica. Técnicas de levantamento de dados. Imersão no contexto socioambiental da Amazônia.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência:** filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Thompson, 2006.	Básica
LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4ª Ed. São Paulo, Atlas: 1992.	Básica
SALOMON, Délcio V. **Como fazer uma monografia:** elementos de	Básica

metodologia do trabalho científico. Belo Horizonte: Interlivros, 2004.	
GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, Atlas: 2010.	Complementar
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2007.	Complementar
POPPER, K. **A Lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1975.	Complementar
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, Cortez: 2002.	Complementar
VOLPATO, G. L. 2011. **Método Lógico Para Redação Científica**. Editora Best Writing, 1ª edição, 320p.	Complementar

Nome do componente curricular	**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 60 h/a**
Ementa: Projeto: desenvolvimento do tema, revisão de literatura, problematização, objetivo geral e objetivos específicos, fundamentação teórica, metodologia, cronograma, referências bibliográficas e anexos.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
CARVALHO, Maria Cecilia Maringoni de (Org.). **Construindo o saber - metodologia científica:** fundamentos e técnicas. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.	Básica
LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.** 4ª Ed. São Paulo, Atlas: 1992.	Básica
SERRA NEGRA, Carlos A.; SERRA NEGRA, Elizabete M. **Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.	Básica
GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, Atlas: 2010.	Complementar
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2007.	Complementar
POPPER, Karl S. **A Lógica da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.	Complementar
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, Cortez: 2002.	Complementar
VOLPATO, G. L. 2011. **Método Lógico Para Redação Científica**. Editora Best Writing, 1ª edição, 320p.	Complementar

Nome do componente curricular	**Leitura e produção textual**
Natureza e carga horária	**Componente curricular obrigatório – 30 h/a**
Ementa: Breve histórico da leitura. Noção de texto. Tipologia e gêneros textuais. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão e coerência. Ordenação dos tempos. Parágrafo. Fichamento, resumo e resenha. Progressão textual. Argumentação.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**

CARNEIRO, Agostinho D. Texto em construção: interpretação de texto. São Paulo: Moderna, 1992.	Básica
DIONÍSIO, Angela Paiva et al. (orgs.) Gêneros textuais e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.	Básica
PLATÃO & FIORIN. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1992.	Básica
CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. História da leitura no mundo Ocidental (vol. I). São Paulo: Ática, 1998.	Complementar
GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. 7 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.	Complementar
KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: contexto, 2006.	Complementar
KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. Prática textual. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.	Complementar
RYAN, Maria Aparecida. Conjugação dos verbos em português. São Paulo: Ática, 2002.	Complementar

8.6.2. Matriz curricular de componentes optativos ofertados pelo CFI

Nome do componente curricular	**SERVIÇOS AMBIENTAIS**
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo – 45 h/a**
Ementa: Conceitos e histórico. Classificação dos recursos naturais. Exploração dos Recursos Naturais Renováveis e Não-Renováveis. Serviços Ambientais. Tipos de serviços Ambientais. Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Métodos de Valoração dos Recursos Naturais. Recursos Naturais versus Poluição. Mercado de Carbono. PSA e Conservação da Biodiversidade. Mecanismos políticos para solução de problemas ambientais. Mercado de bens e serviços ambientais. Estudos de caso.	
Bibliografia	
Livros	**Tipo**
BELLIA, V. **Introdução à economia do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 1996. 262p.	Básica
BENAKOUCHE, R.; CRUZ, R.S. **Avaliação monetária do meio ambiente**. São Paulo, McGraw-Hill Ltda. 1994. 198p.	Básica
GUEDES B.; SEEHUSEN, S. **Pagamento por serviços ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios**. Brasília, MMA: 2011.	Básica
BRÜSEKE, Franz Josef. **A Economia da Sustentabilidade**: Princípios. In STROH, Paula Yone et al. **Desenvolvimento e natureza** : estudos para uma sociedade sustentável. Recife. INPSO-FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais-Fundacao Joaquim Nabuco. 1994. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121129023744/cavalcanti1.pdf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
FOREST TRENDS (The Katoomba Group; UNEP). **Payments for Ecosystem Services Getting Started: A Primer**. 2008. Forest Trends, The Katoomba Group, and UNEP.	Complementar
GONÇALVES, Carlos W. P. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente**: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola	Complementar

de uso dos recursos naturais. Revista Internacional Interdisciplinar InterThesis. v. 1, n. 1: 2004. Disponível em <https://www.rbcdh.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604/10751> Acesso em 09.Maio.2019.	
MAY, Peter H. **Economia ecológica: aplicações no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.	Complementar
ROMEIRO, Ademar R. **Economia ou economia política da Sustentabilidade?** Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 102, set. 2001. Disponível em <http://cursa.ihmc.us/rid=1GM431YJX-G9XCVN-S9/economia%20ou%20economia%20da%20pol%C3%ADtica%20da%20sustentabilidade.pdf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

Nome do componente curricular	**FILOSOFIAS LATINO-AMERICANAS**
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo – 45h/a**
Ementa: Filosofias da América Latina. Condições históricas, antropológicas, econômicas, políticas, linguísticas e sociais da exclusão do pensamento filosófico latino-americano. Estrangeirismo ou outro como si mesmo. As filosofias amazônidas expressas em fragmentos, narrativas, debate entre os saberes tradicionais e as academias. Sobre a crítica à razão latino-americana. Antropofagia e perspectivismo no pensamento brasileiro.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
CABRERA, Julio. **Pensar insurgente:** acerca da inconstância de um filosofar selvagem (Filosofia no Brasil numa perspectiva latino-americana). Problemata: Revista Internacional de Filosofia. n. especial (2015), p. 5-47.	Básica
CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.	Básica
1.MORA, Franklin Giovanni Púa. ***Filosofías amerindias**:* búsquedas de lo propio en América Latina. Bogotá, Universidad de San Buenaventura, 2011.	Básica
2.CABRERA, Julio. **Filosofar acadêmico e pensamento insurgente: (Dispensando a Filosofia a partir de Oswald de Andrade e Raul Seixas**. Ideação: Revista do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Filosóficas da Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana. v. 1, n. 1 (1997). p. 77-131.	Complementar
DUSSEL, Enrique. Filosofia da Libertação. São Paulo, Edições Loyola, 1980.	Complementar
GOMES, Roberto. **Crítica da Razão Tupiniquim**. 11. Ed. São Paulo: FTD, 1994.	Complementar
PRADO JÚNIOR, Bento. **Alguns Ensaios: Filosofia, Literatura e Psicanálise.** 2a ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.	Complementar
STERMANN, Josef. **Filosofía andina: Sabiduría indígena para un mundo nuevo**. 2.ª ed. La Paz: ISEAT, 2006.	Complementar

Nome do componente	**HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

curricular	
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo – 60 h/a**
Ementa: Princípios gerais da ecologia. Níveis de organização. Subdivisões da biosfera. Estrutura e função dos ecossistemas: Componentes, Fatores limitantes, Ciclos biogeoquímicos e Energia. A dependência entre espécies, populações e comunidades. Conceitos de biodiversidade e de serviços dos ecossistemas. A distribuição da biodiversidade na Amazônia, no Brasil e no mundo. Tipologia dos ecossistemas e seus serviços. Principais forças motrizes de alteração da biodiversidade e os ecossistemas. Manifestações da crise ambiental: degradação ecossistêmica, extinção local e global de espécies, exaustão e sobreexploração de recursos naturais, poluição generalizada e mudança climática. A produção humana de energia como processo na biosfera. A poluição ambiental: Conceito e os principais impactos antropogênicos. Impactos e simplificação dos ecossistemas. Aplicação dos conhecimentos ecológicos na gestão ambiental (ecossistemas florestais, rios, reservatórios, ambientes costeiros, urbanos etc.). Restauração ambiental. O uso sustentável dos recursos biológicos (princípios de controle de colheita).	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
ACEVEDO MARIN, R. E.; CASTRO, E. **Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios.** Belém: UFPA/NAEA, 1998.	Básica
AUBERTIN, C.A. **Ocupação da Amazônia: das drogas do sertão à biodiversidade.** In: EMPERAIRE, L. (Org.). A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central. São Paulo: UNESP, 2000 a.p. 23-30.	Básica
BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 1982.	Básica
COSTA, J. M. M. da. **Os grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas.** Belém: UFPA//NAEA,1987.	Complementar
IMAZON - INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA. Disponivel em <http://www.imazon.org.br/imprensa/sugestoes-de-pauta/amazonia - esta - atrasada – em - relacao-as- metas-de – desenvolvimento –estabelecidas - pela-onu> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
JESUS, Samuel de. **A Outra Estratégia**: integração e desenvolvimento humano na Amazônia. Disponível em: <http://www.ufpa.br/pphist/estudosamazonicos/arquivos/artigos/2%20-%20VI%20-%202%20-%202011%20-%20Samuel_de_Jesus.pdf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
LEONARDI, M. L. A. **A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual.** In: CAVALCANTI, C. (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públlicas. São Paulo, Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997. p. 391-408.	Complementar
LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia**: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200008> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

Nome do componente	**SAÚDE COLETIVA E HÁBITOS CULTURAIS**

curricular	
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo – 30 h/a**
Ementa: Conceitos de Cultura. A formação dos hábitos culturais. Conceitos de Saúde Coletiva. Importância política, social e cultural e a saúde coletiva. Identificação e promoção de ações que visem à prevenção e controle de doenças infectocontagiosas e/ou crônicas com foco em fatores de risco comum no Baixo Amazonas. Hábitos culturais quanto ao uso da água, à construção de esgoto e sanitário domiciliar, e os fatores que interferem na vivência de uma salutar saúde coletiva. Formação comunitária de promoção de hábitos culturais e salutar qualidade da saúde coletiva. Organizações sociais comunitárias e promoção da Saúde. O SUS no Baixo Amazonas. Hábitos, ritos e símbolos. Religiosidade e práticas de saúde.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
CAMPOS, G. W. S.; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M. A. et al. (Org.). **Tratado de Saúde Coletiva.** São Paulo: Hucitec, 2008.	Básica
COSTA, N. do R. [et al]. **Demandas Populares, Políticas Públicas e Saúde**. Vol. I e II. Petrópolis-RJ, Vozes, 1989.	Básica
DAVID, J. C. **Construindo uma saúde melhor: um guia para a mudança de comportamento.** Porto Alegre: Artmed, 2007.	Básica
FERNANDES. J. C. A; MENDES. R. **Promoção da saúde e gestão local.** São Paulo, Aderaldo e Rothschild, Cepedoc: 2007.	Complementar
GENTILE, M. **Os desafios dos municípios saudáveis**. Promoção da Saúde 1999; 1:12-6	Complementar
HELMAN, C. G. **Cultura, Saúde e Doença.** Porto Alegre, Artes Médicas: 1994.	Complementar
PAIM, J.S. **Abordagens teórico-conceituais em estudos de condições de vida e saúde:** notas para reflexão e Ação, pp. 7-30. In Barata RB (org.). Condições de Vida e Situação de Saúde. Saúde e Movimento 4. Abrasco, Rio de Janeiro, 1997.	Complementar
SOUZA Elza Maria de. GRUNDY, Emily. **Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social:** inter-relações e perspectivas para a saúde pública. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(5):1354-1360, set-out, 2004. Disponíveol em < http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n5/30.pdf > Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

Nome do componente curricular	**INDICADORES SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo –45h/a**
Ementa: Conceito de sustentabilidade e conceitos relacionados. Sustentabilidade, economia e mudanças globais. Sustentabilidade e novo ordenamento econômico-ecológico planetário. Amazônia e Sustentabilidade. Princípios fundamentais sobre indicadores de desenvolvimento sustentável. Discussão sobre os problemas enfrentados pelos indicadores apresentados para tratar da sustentabilidade. Instrumentos para a avaliação das condições de sustentabilidade socioambiental (teoria e metodologia de construção). Conceitos de avaliação de políticas e programas sociais e sustentabilidade na Amazônia. Monitoramento de programas e projetos socioambientais na Amazônia.	
Bibliografia	

Livros	**Tipo**
BATISTA, E.; CAVALCANTI, R.; FUJIHARA, M.A. **Caminhos da sustentabilidade no Brasil**. São Paulo, Terra das Artes. 2006.	Básica
MARTINS, M-F. **Índice de sustentabilidade para Amazônia (ISA): modelo de monitoramento da sustentabilidade a partir dos indicadores e critérios de análise**. VIEIRA et al (eds) **Ambiente e sociedade na Amazônia**, Rio de Janeiro: Garamond, 2014.	Básica
VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. **O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.	Básica
CAVALCANTI, Clóvis. **Sustentabilidade da Economia**: Paradigmas Alternativos de Realização Econômica. In CAVALCANTI, Clóvis (Org.) et al. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundacao Joaquim Nabuco, Ministerio de Educacao, Governo Federal, Recife, Brasil. Octubre 1994. p. 262. Disponível em <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
CAVALCANTI, Clóvis. **Uma Tentativa de Caracterização da Economia Ecológica**. Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº. 1 jan./jun. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23541.pdf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. **Amazônia socioambiental**. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. Dossiê Amazônia Brasileira II. Estud. av. vol.19 no.54 São Paulo May/Aug. 2005. Disponivel em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000200004> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
MARCHAND, G; LE TOURNEAU, F-M. **O desafio de medir a sustentabilidade na Amazônia: os principais indicadores mundiais e a sua aplicabilidade ao contexto amazônico**. Ambiente e sociedade na Amazônia, 2014, 195-220.	Complementar
VAN BELLEN, H. M., 2002, **Indicadores de sustentabilidade *:* uma analise comparativa.** Tese de doutorado em engenheira de produção, Universidade federal da Santa Catarina, 235 p.	Complementar

Nome do componente curricular	**ESTADO, TRABALHO E OPORTUNIDADE SOCIAL**
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo –45h/a**
Ementa: Conceitos básicos de economia política. Principais movimentos políticos econômicos e sociais do século XX. A reforma do Estado e a Sociedade. O novo contrato social (Liberalismo Clássico, Liberalismo Social e Neoliberalismo) (Marxismo: Socialismo, Comunismo). Os fins e os meios do desenvolvimento. Mercado, Estado e oportunidade social. Globalização. Hegemonia e império e questão social. Desenvolvimento Socialmente Sustentável: Mercado, Estado e Oportunidade Social.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo,	Básica

Companhia das Letras: 2010.	
SOLA, M. R. L. L.. **Democracia, Mercado e Estado: o b de Brics**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas: 2011.	Básica
TAKADA, Thalles Alexandre. **Mercados, Estado e Oportunidade Social.** Scientia Iuris, Londrina, v.18, n.1, p.260-263, jul.2014.	Básica
ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.	Complementar
BECKER, Bertha K. **A Amazônia pós ECO-92**. In: Para pensar o desenvolvimento sustentável. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense: 1994.	Complementar
COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.	Complementar
LOUREIRO, M. [et al]. **Capacidades estatais e democracia. Arranjos institucionais de políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2014. v. 1. 385 p	Complementar
PEREIRA, L. C. Bresser. **O que Esperar do Brasil.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas: 2011.	Complementar

Nome do componente curricular	**INTERFACES DO TURISMO, CAPITAL SOCIAL E SUSTENTABILIDADE**
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo – 60 h/a**
Ementa: Fundamentos conceituais e históricos do turismo; Turismo e meio ambiente; Turismo como fenômeno social; Turismo e Cultura; Planejamento e políticas públicas do turismo; Fundamentos conceituais e históricos do capital social; Cooperação, competição e desenvolvimento; Capital social e desempenho institucional; Rede, comunidade e capital social; Capital social e sustentabilidade; Turismo e Sustentabilidade; Turismo, capital social e sustentabilidade uma interface em análise.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** 8ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.	Básica
BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é: o que não é.** 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.	Básica
FRANCO, A. **Capital social. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy.** Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.	Básica
ARAÚJO, M. C. S. D'. **Capital social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.	Complementar
BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.	Complementar
BERNARDO, E. **Uma introdução ao turismo - conceitos, classificações e tipologias.** Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Instituto Universitário de Lisboa. CIES e-Working Paper N.º 164/2013. Disponível em: http://cies.iscte-iul.pt/np4/?newsId=453&fileName=WP_CIES164_Bernardo.pdf.	Complementar
BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.	Complementar

BERNARDO, E. **Uma introdução ao turismo - conceitos, classificações e tipologias.** Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Instituto Universitário de Lisboa. CIES e-Working Paper N.º 164/2013. Disponível em: http://cies.iscte-iul.pt/np4/?newsId=453&fileName=WP_CIES164_Bernardo.pdf.	Complementar
PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.	Complementar
RUSCHMANN. D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.	Complementar
SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.	Complementar

Nome do componente curricular	**DIREITO AMBIENTAL**
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo – 60 h/a**
Ementa: A Questão Ambiental. O Desenvolvimento Sustentável. Pressupostos para a proteção do meio ambiente e para a ecologia. Meio ambiente nas conferências internacionais. Meio ambiente na Constituição da República de 1988 e na Constituição do Estado do Pará. Princípios de Direito Ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. Competência em matéria ambiental: legislativa, administrativa e jurisdicional. Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Licenciamento ambiental. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Dano Ambiental e Responsabilidade. Processo Administrativo em Matéria Ambiental. Lei de Crimes Ambientais. Principais tratados e documentos internacionais. Mecanismos de salvaguarda do Patrimônio Cultural. Lei de Gestão de Florestas.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
ANTUNES, Paulo Bessa. **Direito ambiental**. 12. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.	Básica
FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.	Básica
MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.	Básica
BENJAMIN, Antônio Herman. **Dano ambiental**: Prevenção. reparação e repressão. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 2010	Complementar
COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000	Complementar
DOURADO, Maria Cristina. **Meio ambiente no Pará**: fato e norma. Belém: NUMA /UFPA, 2000	Complementar
MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência e glossário. 6ª Ed. São Paulo: RT, 2009	Complementar
SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.	Complementar
SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.	Complementar

Nome do componente curricular	**SOCIEDADE, DEMOCRACIA E RELAÇÕES DE CONFLITO**
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo – 45 h/a**
Ementa: A polis e o fenômeno político: o discurso e o exercício da política. Espaço público, sociedade e Estado na antiguidade clássica e na Idade Média. A estatização do direito e o surgimento do Estado nacional. Absolutismo, Contratualismo, Liberalismo e Federalismo: surgimento e evolução. O surgimento do Estado do Bem-Estar e sua crise. Estado e ordem natural. Sociedade e Estado. Maquiavel, república e principado. O Pensamento político moderno: Hobbes, Locke, Rousseau e Montesquieu. Marx e Tocqueville. Democracia na Contemporaneidade. Cidadania e Poder político. Estado Brasileiro, governo e povo. Sociedade Brasileira e relações de conflito.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
AZAMBUJA, DARCY. **Teoria geral do Estado**. São Paulo, Globo: 2000.	Básica
BOBBIO, NORBERTO. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política.** São Paulo, Paz e Terra: 2009.	Básica
DALLARI, Dalmo. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo, Saraiva: 2003.	Básica
HUNT, E. K; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico.** Petrópolis-RJ, Vozes: 2008.	Complementar
MAGNOLI, D. **Globalização: Estado Nacional e Espaço Mundial**. São Paulo, Moderna: 1997.	Complementar
MORAES, R.C. **As incomparáveis virtudes do mercado**: políticas sociais e padrões de atuação do Estado nos marcos do neoliberalismo. In: KRAWCZYC, N.; CAMPOS, M.M.; HADDAD, S. (Org.). O cenário educacional latino americano no limiar do século XXI: reformas em debate. Campinas: Papirus, 2000.	Complementar
_____. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai. São Paulo: SENAC, 2001.	Complementar
_____. **Reformas Neoliberais e Políticas Públicas**: Hegemonia Ideológica e Redefinição das Relações Estado-Sociedade. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 13-24. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

Nome do componente curricular	**PENSAMENTO UNIVERSAL E AMAZÔNIA: COSMOLOGIAS E MITOS**
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo –45h/a**
Ementa: Sistemas Filosóficos de Organização do Pensamento. Culturas, Cosmogonias e Cosmologias (Índia, China, Grécia). Discussões e Crises: pensar universal e pensar particular. Modelos e Sistemas de Criações do Universo. Pensamento Amazônico: cosmogonias e cosmologias. Mapeamentos de representações do tempo (cosmogonias) e do espaço (cosmografias). Vias de acesso no estudo de cosmologias amazônicas: mito, ritual, pessoa, doença. Concepções amazônicas de temporalidade e história. Tradição oral, memória e Identidade. Percepções transdisciplinares e novos pensares sobre o mundo.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**

GONÇALVES, M. A. **O Mundo Inacabado: Ação e Criação em uma *Cosmologia* Amazônica.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: 2001.	Básica
MORIN, Edgar. **Educação e Complexidade: Os setes saberes e outros ensaios**. São Paulo, Cortez: 2002.	Básica
THARNAS, R. **Epopeia do Pensamento Universal**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: 1999.	Básica
FERREIRA, Marieta de M. **História oral, comemorações e ética**. Projeto História. Ética e História oral, São Paulo, nº 15, p.157-164, abr. 1997. Disponivel em < http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/518.pdf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
FROCHTENGARTEN, Fernando. **A memória oral no mundo contemporâneo**. Memórias. Estud. av. vol.19 no.55 São Paulo Sept./Dec. 2005. Disponivel em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000300027> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
Pollak, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, nº 10, 1992. Disponivel em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
SHELDRAKE, R.; MCKENNA, T.; ABRAHAM, R. **Caos, criatividade e o retorno ao sagrado: Triálogos nas fronteiras do ocidente**. São Paulo, Cultrix: 1992.	Complementar
WHEATLEY, M. J. **Liderança e a Nova Ciência: Aprendendo organização como um universo ordenado**. São Paulo, Cultrix: 1992.	Complementar

Nome do componente curricular	**QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SUBJETIVO**
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo – 30 h/a**
Ementa: Conceituações, Indicadores de saúde, Concepções sobre a Saúde, Qualidade de Vida e Bem-Estar Subjetivo; Sua avaliação e medida. Cognição e afeto no bem-estar subjetivo. Teorias psicossociais e sua relação com o bem-estar subjetivo. Aplicações de bem-estar subjetivo na família, trabalho, saúde, lazer, escola e comunidades. As psicoterapias e o bem-estar subjetivo. Fatores psicossociais do bem-estar pessoal.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
BAUMAN. Zigmunt. **Comunidade – a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2003.	Básica
DELA COLETA, J. A.; DELA COLETA, M. F. Felicidade, Bem-estar Subjetivo e Comportamento Acadêmico de Estudantes Universitários. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 533-539, 2006.	Básica
DOWBOR, L. **A produção de qualidade de vida nas cidades – Qualidade de vida e riscos ambientais.** Debates Sócio-ambientais 26 (4):6-10. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo: 1996.	Básica
GIACOMONI, Claudia H. **Bem-estar subjetivo**: em busca da qualidade de vida. Temas psicol. vol.12 no.1 Ribeirão Preto jun. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2004000100005&script=sci_arttext> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

IPEA, PNUD, IBGE e Fundação João Pinheiro 1998. Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; 1998.	Complementar
MARTINS, Maria da Conceição de A. **Fatores de risco psicossociais para a saúde mental**. Revista eletrônica. RE - Número 29 - Junho de 2004. ESSV – UEMC. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.19/575> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. e Cols. **Resiliência descobrindo as próprias fortalezas.** Porto Alegre: Artmed, 2005.	Complementar
SIQUEIRA, Mirlene M. M., PADOVAM, Valquiria A. R. **Bases Teóricas de Bem-Estar Subjetivo, Bem-Estar Psicológico e Bem-Estar no Trabalho**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. 2008, Vol. 24 n. 2. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n2/09.pdf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

Nome do componente curricular	**ECONOMIA CRIATIVA**
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo – 60 h/a**
Ementa: Introdução ao conceito de Economia Criativa; Indústrias Criativas; Elementos da Criatividade. O papel de projetos criativo para o desenvolvimento econômico dos países; Criatividade e Globalização; A função social do empreendedor; O mercado de trabalho no âmbito do neodesenvolvimento; Mercado de Startups no Brasil e no mundo; Economia Criativa e Sustentabilidade; Economia Criativa e Desenvolvimento Local.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
BOURDIEU, Pierre. **O mercado de bens simbólicos.** In: MICELI, Sérgio (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1992.	Básica
BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011-2014.** Brasília: 2011.	Básica
FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** Rio de Janeiro, Paz e Terra; 1978.	Básica
LIMA, Carmen Lucia C. **Debate sobre indústrias criativas**: uma primeira aproximação para o Estado da Bahia. Revista do Desenbahia, Salvador, n.5, set. 2006, p. 103-130. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/0906201110047656Industria_Criativa.pdf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
McCRACKEN, G. **Cultura e consumo.** Rio de Janeiro: Mauad, 2003.	Complementar
MIGUEZ, Paulo. **Economia criativa**: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007. Coleção CULT, 1. p. 96-112. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/139/1/Teorias%20e%20politicas%20da%20cultura.pdf#page=95> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
_____. Repertório de fontes sobre economia criativa. Salvador: Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT/UFBA, 2007, 86p. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/repertorio_economia_criativa.pdf>	Complementar

Acesso em 09.Maio.2019.	
REIS, Ana C. F. (org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento.** São Paulo: Itaú Cultural, 2008, 267p. Disponível em: <http://cenpec.org.br/biblioteca/cultura/artigos-academicos-e-papers/economia-criativa-como-estrategia-de-desenvolvimento-uma-visao-dos-paises-em-desenvolvimento>. Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

Nome do componente curricular	**BIODIVERSIDADE E CONCEITOS**
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo – 30 h/a**
Ementa: Introdução a teorias e conceitos existentes para diferentes parâmetros de estudo da biodiversidade. Conceito da biodiversidade. Diversidade genética, em espécie e de comunidades e ecossistemas. Níveis da organização biológica em diferentes sistemas. Identificação dos processos evolutivos prevalecentes e a quantificação através de métodos bioquímicos e moleculares. Importância da biodiversidade e sua conservação para o homem. Bioética e estratégias para manutenção do equilíbrio entre a conservação e exploração dos recursos biológicos com estudos de caso. Valor da informação sobre a diversidade biológica, considerando a organização, disseminação e uso na educação, pesquisa e manejo. Noções gerais sobre ecologia e manejo de recursos naturais.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
BEGON, M.; TOWNSEND, C.R; HARPER, J.L. **Ecology.** 4ª edição. Oxford, Blackwell Science: 2006.	Básica
BRASIL. **Primeiro Relatório Nacional para a Convenção da Diversidade Biológica**. Ministério do meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Brasília: 1998.	Básica
PINHEIRO, A.C.F. B. 1992. **Ciência do Ambiente. Ecologia, poluição e Impacto Ambiental.** São Paulo, Markron Books do Brasil: 1992.	Básica
BERLINGUER, G. **Ética da saúde**. São Paulo: Hucitec, 1996	Complementar
FACHIM, Eliani, GUARIM, Vera Lucia M.S. **Conservação da Biodiversidade**: Espécies da Flora de Mato Grosso. Revista Acta Botânica bras. 9(2): 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/abb/v9n2/v9n2a08> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
GARRAFA, Volnei, OSELKA, Gabriel, DINIZ, Debora. **Saúde Pública, Bioética e Eqüidade**. Revista Bioética. v. 5, n. 1. Disponível em <http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewArticle/361> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
KREBS, C.J. **Ecological Methodology.** 2ª edição. New York, Benjamin/Cummings: 1999.	Complementar
TAUK, S.M. **Análise Ambiental: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Edit. da Universidade Estadual Paulista: 1995.	Complementar

Nome do componente curricular	**AMBIENTE, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE**
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo – 45 h/a**
Ementa: Conceituações e histórico de saúde ambiental. O ambiente, um determinante da saúde;	

Impactos ambientais na saúde humana; Riscos sanitários ligados ao ambiente; determinantes socioambientais da saúde. Problemas transfronteiriços e globais. Abrangências das questões ambientais, gestão de risco, estudos de caso.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
AUGUSTO, L.G. da S., CAMARA, V. De M., CARNEIRO, F.F., CÂNCIO, J., GOUVEIA, N. **Saúde e Ambiente: uma reflexão da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – ABRASCO**. Rev. Bras. Epidemiol., vol. 06, n. 02. 2003.	Básica
CONFALONIERI, U.E.C.C. **Saúde na Amazônia: um modelo conceitural para a análise de paisagens e doenças.** Estudos Avançados. vol.19 n.53 São Paulo Jan./Apr. 2005.	Básica
COUTO, E.P. e Silva, F.O. **Desenvolvimento (in)sustentável.** Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer – Goiânia, v.10, n.08, p. 41. 2014.	Básica
DAGNINO, Ricardo de S., CARPI JUNIOR, Salvador. **Risco Ambiental**: Conceitos e Aplicações. Climatologia e Estudos da Paisagem (apostila). Rio Claro - Vol.2 - n.2 - julho/dezembro/2007. Disponível em <http://www.ctec.ufal.br/professor/elca/Risco_Ambiental__Conceitos_e_ Aplicacoes.pdf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
FREITAS, C.M. de; GIATTI, L.L. **Indicadores de sustentabilidade ambiental e de saúde na Amazônia legal, Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25(6):1251-1266, jun, 2009.	Complementar
FREITAS, C.M. de; PORTO, M.F. **Saúde, ambiente e sustentabilidade.** Rio de Janeiro, FIOCRUZ: 2006.	Complementar
HOGAN, D.; CUNHA, J.; CARMO, R.; OLIVEIRA, **A. Urbanização e vulnerabilidades sócio-ambientais diferenciadas:** o caso de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/ambt15_2. pdf> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar
MARANDOLA JUNIOR, E.; HOGAN, D. J. **Natural hazards**: o estudo geográfico dos riscos e perigos. Ambiente & Sociedade, Campinas, v. 7, n. 2, p. 95-110, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2004000200006 &lng= en&nrm=iso> Acesso em 09.Maio.2019.	Complementar

Nome do componente curricular	**TÓPICOS INTERDISCIPLINARES DE CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA**
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo – 60 h/a**
Ementa: Memória coletiva, patrimônio e identidade nacional. Manifestações culturais e de identidade de grupos populacionais indígenas e quilombolas. Patriomonialidades brasileiras: cultura, histórica, memorial e natural. Preservação do patrimônio cultural brasileiro e a questão da sustentabilidade. Estudos de campo.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
FREITAS, Marcílio de; SILVA, Marilene Corrêa da; BARROS, Marcus.	Básica

Diálogos com a Amazônia. Manaus, Valer: 2010.	
PROEXT-CIMA. **Cultura, Identidade e Memória na Amazônia**: programa de extensão. Brasília: SIGPROJ/MEC: 2016. Disponível em <http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=115087> Acesso em 09.Maio.2019.	Básica
QUEIROZ, Maria Isaura Ferreira de. Ide**ntidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil.** Tempo Social Rev. Sociologia da USP. São Paulo, 1(1), 1sem. 1989.	Básica
FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.	Complementar
LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed.Unicamp, 1994.	Complementar
MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2001.	Complementar
SANCHES, Cleber. **Fundamentos da Cultura Brasileira**. 3ª ed. Manaus: Valer, 2009.	Complementar
SANTOS, Luís Alberto B., PEREIRA, Maria A. (orgs). **Trocas culturais na América Latina**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.	Complementar

Nome do componente curricular	**Energia Solar Fotovoltaica (60h) Cód.IEG070055**
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo – 60 h/a**
Ementa: Energia Solar Térmica e Energia Solar Fotovoltaica. Recurso Solar. Células e módulos fotovoltaicos. Componentes básicos de sistemas fotovoltaicos. Sistemas fotovoltaicos isolados. Tipos de bombas. Qualidade da água. Sistemas de telecomunicações e monitoramento remoto. Proteção catódica. Cerca elétrica. Dessalinização da água. Sistemas conectados à rede. Micro e minigeração fotovoltaica. Medição bidirecional de registros independentes e medições simultâneas. Sistemas fotovoltaicos integrados a edificações e Usinas fotovoltaicas (UFVs)	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
Manual de Engenharia para Sistemas Fotovoltaicos CEPEL – CRESESB. Edição Revisada e Atualizada. Rio de Janeiro – Março – 2014.	Básica
Engenharia de Energia Solar. Kalogirou, Soteris, Elsevier; Edição: 1ª. 2016.	Básica
Sistemas Fotovoltaicos Conectados À Rede Elétrica. Zilles, Roberto. Macêdo, Wilson Negrão. Galhardo, Marcos André Barros. Oliveira, Sérgio Henrique Ferreira de. Oficina de Textos.	Básica
Atlas Solarimétrico do Brasil. Recife, Brasil. Editora Universitária da UFPE,2000.	Complementar
WURFEL, P., Physics of Solar Cells: From Principles to New Concepts, John Wiley & Sons, March 2005.	Complementar
Introdução ao Projeto de Sistemas Fotovoltaicos. Balfour, John. Shaw, M. Nash, N. B. LTC. DUFFIE, J. A., and BECKMAN, W. A., 1991. Solar Engineering Thermal Processes, John Wiley & Sons, New York, USA. ISBN 0-471-51056-4.	Complementar
Coletânea de artigos de Energia solar e eólica vol. 1. CRESESB. 2003 Coletânea de artigos de Energia solar e eólica vol. 2. CRESESB. 2005.	Complementar
VILLALVA, M.G.; GAZOLI, J.R. Energia Solar Fotovoltaica Conceitos e	Complementar

Aplicações,1ªed., São Paulo, Érica:2012. ISBN978-85-365-0416-2	

Nome do componente curricular	**Projeto de Energia Solar (60h) Cód.EFIS0043**
Natureza e carga horária	**Componente curricular optativo – 60 h/a**
Ementa: Projeto de sistemas fotovoltaicos. Instalação de sistemas fotovoltaicos e recomendações de segurança. Operação e manutenção. Normas e regulamentos, aspectos econômicos, exemplos de sistemas fotovoltaicos instalados no Brasil, especificação de equipamentos principais para sistemas fotovoltaicos isolados e planilhas auxiliares para dimensionamento, planilha para inspeção de sistemas fotovoltaicos.	
Bibliografia	
Livro	**Tipo**
Manual de Engenharia para Sistemas Fotovoltaicos CEPEL – CRESESB. Edição Revisada e Atualizada. Rio de Janeiro – Março – 2014.	Básica
Engenharia de Energia Solar. Kalogirou, Soteris, Elsevier; Edição: 1ª. 2016.	Básica
Sistemas Fotovoltaicos Conectados À Rede Elétrica. Zilles, Roberto. Macêdo, Wilson Negrão. Galhardo, Marcos André Barros. Oliveira, Sérgio Henrique Ferreira de. Oficina de Textos	Básica
Atlas Solarimétrico do Brasil. Recife, Brasil. Editora Universitária da UFPE,2000 WURFEL, P., Physics of Solar Cells: From Principles to New Concepts, John Wiley & Sons, March 2005.	Complementar
Introdução ao Projeto de Sistemas Fotovoltaicos. Balfour, John. Shaw, M. Nash, N. B. LTC. Coletânea de artigos de Energia solar e eólica vol. 1. CRESESB. 2003	Complementar
Introdução ao Projeto de Sistemas Fotovoltaicos. Balfour, John. Shaw, M. Nash, N. B. LTC: Coletânea de artigos de Energia solar e eólica vol. 2. CRESESB. 2005.	Complementar
VILLALVA, M.G.; GAZOLI, J.R. Energia Solar Fotovoltaica Conceitos e Aplicações,1ªed., São Paulo, Érica:2012. ISBN978-85-365-0416-2	Complementar
DUFFIE, J. A., and BECKMAN, W. A., 1991. Solar Engineering Thermal Processes, John Wiley & Sons, New York, USA. ISBN 0-471-51056-4.	Complementar

8.7. ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS EMENTAS E PROGRAMAS DAS UNIDADES DE ESTUDO

As ementas das unidades de estudo do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais foram definidas de acordo com a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) considerando o perfil do egresso. Como se trata de área dinâmica, os planos de ensino são elaborados e aprovados semestralmente, oportunizando que cada professor faça atualizações e adequações de ementas e de conteúdos programáticos dos componentes curriculares e propor ao colegiado do curso as alterações necessárias. Além disso, como imperativo decorrente da própria dinâmica da área interdisciplinar, o colegiado de curso se reunirá semestralmente com a finalidade específica de revisar o PPC, em especial o ementário, verificando a pertinência entre objetivos do curso e perfil do egresso.

8.8. ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA

A bibliografia básica e complementar das unidades de estudo do curso de BICA também foram definidas por ocasião da elaboração do projeto pedagógico do curso, refletindo a experiência dos profissionais que participaram de sua elaboração. Considerou-se a qualidade e adequação da bibliografia indicados aos objetivos de cada componente curricular. Os livros básicos trazem fundamentações e conceitos importantes na formação do estudante. Os livros considerados complementares podem ser da mesma linha dos textos ou material que contribuam na formação especifica do componente curricular, com informações atuais acerca das práticas interdisciplinares. De acordo com o PDI, semestralmente, decorrente de política adotada pela instituição será solicitado aos professores a indicação de livros para aquisição, sejam novos títulos ou aquisição de edições mais atuais de livros constantes no acervo. A exemplo do ementário, também haverá revisão anual da bibliografia em reuniões do colegiado de curso específicas para revisão do PPC.

8.9. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO: INTERAÇÃO NA BASE REAL E SEMINÁRIOS INTEGRADORES

O módulo de integração e articulação entre os conteúdos diversos do curso e a prática da pesquisa e extensão é denominada de Interação na Base Real. O módulo propõe atividades desenvolvidas com estudantes e professores nos diversos ambientes amazônicos, com foco nos elementos articuladores entre formação teórica e prática, a fim de que sejam desenvolvidas as competências e habilidades necessárias à formação do bacharel interdisciplinar. Neste sentido, o módulo é proposta de investigação da realidade, desde os procedimentos de formatação de projeto de pesquisa, extensão e intervenção, envolvendo diversas dimensões da dinâmica social, tais como: a política, a economia, a educação, a cultura, a biodiversidade, o direito entre outros. Esse módulo garante ao estudante o contato com situações e condições que lhe permita investigar, planejar, orientar, controlar e avaliar as dinâmicas sociais e sua relação com o meio ambiente, bem como desenvolver, através de reflexão e crítica, oportunidades para que o estudante se reconheça como participante e corresponsável pela construção do conhecimento e pela formação do cidadão consciente e crítico.

Além do módulo de Interação na Base Real, há o módulo Seminários Integradores que também tem função de integração de conteúdos dos diversos módulos a partir da apresentação em formato seminarístico, oferecendo diversas oportunidades ao estudante para que se defronte com problemas práticos gerados durante a interação na base real. Os Seminários Integradores servem de espaço de excelência que vincule formação, experienciando projetos de pesquisa e extensão, exposições e debates sobre a formação para o exercício público da cidadania.

8.10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório do curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais, com o objetivo de aprimorar e

consolidar conhecimentos construídos ao longo do curso, além de sua integração com a prática.

É entendido como uma produção intelectual pessoal do estudante concluinte e caracteriza-se como uma fase de consolidação dos fundamentos científicos, técnicos e culturais do bacharel interdisciplinar. Deve ser considerado como um exercício de formulação e sistematização de ideias, de aplicação dos métodos de investigação científica, podendo assumir a forma de uma revisão da bibliografia publicada sobre um assunto, de uma discussão teórica e crítica sobre um tema doutrinário ou de uma técnica interdisciplinar, sem exigência de originalidade ou aprofundamento complexo.

A área temática poderá configurar-se no âmbito de um módulo, abranger um conjunto de módulos que caracterizem uma nítida unidade de conhecimentos do ponto de vista científico, ou ainda situar-se numa área de concentração da formação conectada aos estudos teóricos, básicos, desenvolvidos no contexto do curso.

O TCC contempla dois semestres, podendo ser realizado individualmente ou em dupla. No primeiro semestre (TCC I), o estudante fará seu projeto para qualificação – com banca composta por orientador, coorientador (opcional), dois professores que dominem o assunto – até no final do semestre em que está cursando. No segundo (TCC II), o estudante deverá finalizar e/ou executar o projeto em forma de monografia ou artigo científico. Concluído a parte escrita, o estudante solicitará ao orientador agendamento de sua apresentação, em sessão pública, perante uma comissão examinadora constituída do professor orientador (e, opcionalmente, o coorientador) e de mais dois professores que dominem o assunto versado no trabalho. Ao avaliar o trabalho, a comissão examinadora levará em conta o domínio do tema abordado pelo autor, a sua capacidade de formulação e sistematização de ideias, a aplicação adequada da metodologia científica, a discussão, os resultados apresentados e a habilidade de redigir de forma sucinta e direta a seu público avaliador.

Vale ressaltar que o TCC atenderá às especificações de um trabalho científico e estará sob a orientação dos professores orientadores e da coordenação do TCC que, considerando-o adequado, estabelecerão, ao longo do curso, mecanismos de orientação, acompanhamento e avaliação das atividades pedagógicas relacionadas à produção do TCC.

O curso de BICA está de acordo com a Regimento de Graduação da UFOPA, normatizado pela Resolução nº 177 de 20 de janeiro de 2017, que rege normas gerais sobre o trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O TCC é uma atividade curricular obrigatória e condicionante para obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciências Ambientais. No curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais, o TCC será desenvolvido em dois semestres, com carga horária de 60h cada uma, totalizando uma carga horária de 120 horas. Por meio de atividades de pesquisa, de ensino e de extensão estimuladas e praticadas ao longo de todo o curso, em disciplinas teóricas e práticas, bem como em atividades complementares, o formando tem no TCC a oportunidade de consolidar os conhecimentos adquiridos e produzidos no âmbito de suas investigações sobre um determinado tema.

8.10.1. Formato do TCC de BICA

O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá atender as

exigências do *Guia de normalização da produção científica da UFOPA*, elaborado por Creuza Andréa Trindade Santos e Mayco Ferreira Chaves, e colaboração de Rogério Aoyama (UFOPA, 2015). Ele está disponível para download no sítio da UFOPA (www.ufopa.edu.br).

8.10.2. Mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento do trabalho de conclusão de curso

O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso é acompanhado pelo coordenador e pelos seus orientadores. Cada estudante, tendo um orientador e/ou coorientador, terá encontros que serão registrados num relatório que é assinado pelo estudante e pelo professor orientador, de modo que é possível acompanhar a frequência do estudante e a evolução de sua pesquisa.

8.10.3. Meios de divulgação de trabalhos de conclusão de curso

Os TCC dos estudantes do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais, concluídos e aprovados, ficarão disponibilizados na biblioteca da UFOPA. A partir de seus resultados, pretende-se incentivar os estudantes a inscreverem trabalhos nos diversos congressos e encontros da área, e a elaborarem artigos a fim de divulgá-los em revistas qualificadas, bem como incentivar a continuidade acadêmica, em vista da formação *stricto sensu* ou *lato sensu*

8.10.4. Relação estudante/professor na orientação de trabalho de conclusão de curso

A relação estudante/orientador deve ser cordial e respeitosa. Os estudantes concludentes serão acompanhados pelos orientadores por meio de encontros semanais, em horários de aula específicos. Os encontros são agendados previamente e duram o tempo necessário para o esclarecimento das dúvidas do orientando e direcionamento da pesquisa.

8.11. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO: ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Além dos módulos de Interação na Base Real, Seminários Integradores e Trabalho de Conclusão de Curso, o curso de BICA desenvolve um plano de atividades complementares partindo do pressuposto da necessidade de conhecer os fenômenos socioculturais, econômicos e ambientais, numa perspectiva de interação das diferentes áreas do conhecimento, enfatizando seus aspectos inter, multi e transdisciplinares.

O curso de BICA contempla a participação dos estudantes nas atividades acadêmicas complementares. Como atividades complementares serão consideradas o aproveitamento de estudos e práticas na área de educação e afins realizadas ao longo de todo o curso, tais como: monitorias, cursos livres, cursos sequenciais, participação em projetos de ensino, pesquisa (iniciação científica) e de extensão, participação em eventos científicos e culturais realizados dentro e fora da instituição, estágios extracurriculares e quaisquer outras atividades similares.

O projeto pedagógico do BICA inclui a participação de estudantes em programas/projetos/atividades de iniciação científica ou em prática de investigação.

Institucionalmente, é preciso sensibilizar e conquistar o público interno através de um trabalho sistemático de discussões, estudos, pesquisa, extensão e planejamento conjunto. A articulação interna é necessária e indispensável, visto que as propostas do ementário de módulos só se realizam por um processo de construção conjunta.

As atividades complementares são consideradas momento privilegiado para planejamento e desenvolvimento acadêmico. Por meio delas, ocorre:

- Estímulo à capacidade crítica do estudante, por meio do desenvolvimento do hábito de pesquisa, leitura e vivências interdisciplinares;
- Processos de indicação, estudos de livros e de textos relacionados com o conteúdo programático dos módulos, e de referência complementar;
- Incentivo ao desenvolvimento de estudos e projetos em geral, como produto diferenciado do curso de BICA;
- Valorização e promoção de eventos: palestras, seminários, fóruns, jornadas, debates, intercâmbio com instituições, empresas, profissionais e personalidades de destaque na área interdisciplinar sociedade-meio ambiente;
- Aumento e melhoria da qualidade das atividades de extensão para direcionar o estudante ao constante aperfeiçoamento, atualização e à pesquisa;
- Promoção de técnicas de ensino capazes de propiciar ao estudante o desenvolvimento de uma consciência profissional, contribuição social e capacidade crítica;
- Promoção de eventos com enfoque na diversidade cultural (indígena, quilombola, e outras).

8.11.1. Normas e procedimentos

Partindo do pressuposto da necessidade de conhecer os fenômenos socioculturais e econômicos e, ainda, da exigência da interação das diferentes áreas do conhecimento, enfatizando seus aspectos inter, multi e transdisciplinares, o BICA desenvolve plano de atividades complementares que serão contabilizadas ao longo do curso e deverão somar um total de 120 horas ao término do último semestre letivo.

Assim, as Atividades Complementares deverão servir de incentivo para que o estudante procure expandir seus horizontes acadêmicos, culturais e intelectuais por meio da participação em eventos de diversa natureza como: seminários, palestras, cursos de extensão, visitas técnicas, participação em projetos e atividades de natureza científica e cultural. As atividades complementares têm o objetivo de: (i) Valorizar o envolvimento e o comprometimento do professor e estudante, desenvolvendo valores de cidadania, orientando-o a produzir estudos preliminares, anteprojetos e projetos de intervenção nas várias áreas; ii) Estimular a capacidade crítica do estudante, desenvolvendo o hábito de pesquisa e leitura; iii) Valorizar o desenvolvimento de estudos e projetos em geral, como produto diferenciado dos diversos cursos da Ufopa.

Neste sentido, os professores do curso devem incentivar seus estudantes a participar de atividades que contribuam na formação e expansão dos horizontes acadêmicos e culturais visando, além de aspectos relacionados com os módulos específicos, o desenvolvimento

intelectual do estudante e sua preparação para vivências que levem em conta a diversidade cultural, social, econômica entre outras.

8.11.2. Descrição das atividades complementares

Dadas às peculiaridades do curso de BICA, inter-relacionamos os esforços produzidos pelos estudantes em suas iniciativas individuais, no âmbito da extensão ou na oportunidade de prática de alguma atividade ligada ao curso que escolheu e que esteja relacionada com a formação e/ou capacitação e qualificação para o exercício interdisciplinar junto à sociedade e ao meio ambiente. Neste sentido, segue a descrição das atividades complementares e respectivas cargas horárias junto ao curso:

Pesquisa: Participação em programas e projetos de pesquisa registrados na instituição e supervisionados por um professor orientador, com ou sem bolsa (até 20 horas);

Atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Nacional (até 20 horas);

Atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Internacional (até 20 horas).

Ensino: Monitoria de Módulos do BICA (até 20 horas);

Módulos e disciplinas no formato de Tópicos de Estudos Interdisciplinares (TEI) na área de abrangência dos programas do CFI (até 20 horas);

Módulos e disciplinas de áreas afins que possam acrescentar o conhecimento em um dos programas do CFI (até 20 horas);

Módulos e disciplinas cursadas em outros institutos ou outras faculdades (até 20 horas);

Cursos de língua estrangeira (reconhecido e certificado) (até 5 horas);

Cursos e/ou minicursos relacionados às ciências ambientais e áreas afins à formação do estudante, em instituições de ensino superior (IES) e eventos acadêmicos (congressos, seminários, encontros, etc.), com carga horária mínima de 20h (até 10h);

Cursos relacionados às ciências ambientais e áreas afins à formação do estudante, em instituições de ensino superior (IES) e eventos acadêmicos (congressos, seminários, encontros, etc.), com carga horária mínima de 40 h (até 20h).

Eventos técnico-científicos, dentre as categorias a seguir (até 40h): Coordenação de evento local (até 10h); Expositor em evento local (até 5h); Participante de evento local (até 5h); Coordenação de evento nacional (até 15h); Expositor em evento nacional (até 10 h); Participante de evento nacional (até 5 h); Coordenação de evento internacional (até 20 h); Expositor (português) em evento internacional (até 10h; Expositor (outro idioma) em evento internacional (até 15h); Participante de evento internacional (até 5h); Participação em oficina(s) (até 5h).

Publicações (dentre as categorias abaixo, até 20h/sem.): Jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais locais (até 5h); Jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais regionais (até 10hs); Jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais nacionais (até15h); Jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais internacionais (até 20h).

Extensão (Até 20h/sem.): Participação em um programa de extensão aprovado e reconhecido pela PROCCE/UFOPA (4 h/semanais, até 20h/sem.).

Administração (até 20h): Participação em órgão colegiado e/ou conselho deliberativo e/ou consultivo da instituição (até 10h/sem.); Trabalhos voluntários de apoio à coordenação (até 10h/sem.).

Estágio (Até 20h): Estágio profissional na área de formação e afins (remunerado ou voluntário) (até 20h);

Atividades não previstas neste documento serão avaliadas pelo colegiado mediante solicitação formal junto à secretária do CFI (até 10 h/sem.).

Atividade de voluntariado em empresa júnior (até 20h/sem).

Atividades não mencionadas neste tópico serão analisadas pelo colegiado do curso.

8.11.3. Existência de mecanismos efetivos de planejamento e acompanhamento das atividades complementares

A Secretaria Acadêmica encaminhará os requerimentos de atividades complementares ao coordenador do curso que, após análise, emitirá parecer e o remeterá à Secretaria Acadêmica para controle e anotação após certificação do estudante requerente. A certificação total das horas complementares deverá ser expedida ao estudante somente no semestre letivo de conclusão do curso, exceto quando o mesmo for transferido para outra IES e necessitar da certificação para aproveitamento de crédito.

Nos casos de estudantes cuja transferência seja aceita pela UFOPA, o estudante será instruído pela Secretaria Acadêmica da necessidade de cumprir o que estabelecem as normas da instituição a respeito das atividades complementares a fim de que possa regularizar sua situação através de requerimento específico.

8.11.4. Oferta regular de atividades pela própria IES

A realização anual da Semana Acadêmica do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais (BICA) oportuniza a participação dos estudantes e de oferta de conteúdos extracurriculares que enriquecem a formação do acadêmico. Nessa semana, além de palestras, seminários e mesas redondas, incentiva-se a apresentação de trabalhos de pesquisa e extensão realizados pelos estudantes.

O Ciclo de Extensão do CFI, organizado anualmente, oferecido a todos os cursos da UFOPA é outro evento extracurricular que enriquece a formação dos estudantes. O estímulo à apresentação de trabalhos acadêmicos / artísticos / culturais é parte fundamental do evento.

O FECIMA, o Café Filosófico Comunidade e o Simpósio de Cultura são também eventos do CFI que permitem ao estudante apresentar trabalhos que resultam em atividades complementares.

8.11.5. Incentivo à realização de atividades fora da IES

Os estudantes são incentivados à participação em atividades fora da IES, por meio da coordenação e dos professores. São elas: feira do livro, mostras de cultura, exposições,

congressos e projetos de educação, realizados em âmbito local, nacional e internacional.

8.12. ACERCA DA MONITORIA

A monitoria da UFOPA é condizente com o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) n.º 9.394/96, em seu Artigo 84: "os discentes da Educação Superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos". Por ser essa uma orientação didática e legal da própria legislação do país, a monitória é considerada um componente curricular das atividades complementares, com organização e normas próprias.

A monitoria possibilita ao estudante uma alternativa que desperta vocação para a docência e para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, assim como a colocação em prática de teorias estudadas no processo de formação. Esta atividade é importante tanto para a instituição quanto para os estudantes, pois lhes possibilitará tornar-se parte fundamental no processo ensino-aprendizagem.

Dessa forma, o regulamento da monitoria da UFOPA estabelece como objetivo maior incrementar o interesse pelo magistério e propiciar a interação entre o corpo discente e docente em benefício da qualidade do ensino ministrado pela instituição. Na resolução estão descritas as atribuições do monitor, assim como o plano de trabalho a ser desenvolvido. A admissão dar-se-á por meio de processo seletivo. A certificação da monitoria será emitida pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN) da UFOPA.

8.13. FORMAÇÃO BÁSICA INDÍGENA

A Resolução nº 194, de 24 de abril de 2017, aprova o Projeto de Formação Básica Indígena da Universidade Federal do Oeste do Pará, destinado a estudantes provenientes do Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI), tem duração de dois semestres e contempla conteúdos das áreas de ciências exatas e humanas, tecnologias e letras-português, desenvolvidas por ações de ensino e extensão.

A Formação Básica Indígena (FBI) é ofertada pelo Instituto de Ciências da Educação (ICED), nos turnos matutino ou vespertino, na modalidade presencial, com carga horária total de 560 horas e 56 vagas disponibilizadas. A sua justificativa se baseia em diversos fatores, como o posicionamento geográfico estratégico na Amazônia Legal, onde se localizam unidades de conservação e reservas indígenas, área de atuação direta da UFOPA que chegam a abarcar dez municípios: Alenquer, Aveiro, Belterra, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém. Nessa área encontram-se 28 povos indígenas. Muitos destes povos se encontram em áreas de difícil acesso e comunicação, promovendo uma disparidade na formação educacional deles. Além da distância, temos povos com línguas próprias e modos de vida deveras à parte das exigências burocráticas de se adaptar aos processos administrativos da universidade. A partir deste contexto, a Formação Básica Indígena oferece as seguintes disciplinas:

> Primeiro semestre: Introdução à metodologia científica (60h/a); Tecnologias (60h); Língua portuguesa (60h); Fundamentos de matemática I (60h).

Segundo semestre: Língua portuguesa II (60h); Fundamentos de matemática II (60h); Povos indígenas no Brasil (40h); Conflitos socioambientais na Amazônia (30h); Direitos humanos e direitos indígenas (40h); Pensamento científico intercultural (30h); Elaboração de projeto (30h); Atividades complementares / ensino, pesquisa e extensão (60h).

O BICA adotará sempre os mesmos procedimentos definidos pela Ufopa sobre a Formação Básica Indígena. A Coordenação do BICA e a Direção do CFI estarão atentos a toda regulamentação e ajuste nessa importante atividade de formação e política de Ações Afirmativas.

9. O SISTEMA DE AVALIAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

A avaliação é concebida como atividade pedagógica que acompanha todo o processo educativo, realimentando-o continuamente. Assim, alicerça-se neste processo e lança mão de procedimentos próprios, sem o entendimento de medição meramente pontual. Nesta perspectiva, os professores devem ter como referência o Projeto de Institucionalização do CFI (Projeto Político Acadêmico) e o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais, como apoio para as ações.

A avaliação acadêmica é um instrumento indispensável do processo de formação que busca o desenvolvimento de capacidades e competências que o curso pretende desenvolver em seu egresso. A avaliação destina-se à análise do processo educativo dos futuros bacharéis e não se presta à punição do não aprendido, mas antes, para ajudar os envolvidos no processo educativo a identificar necessidades, potencialidades e fragilidades na formação. Desta forma, o conhecimento dos critérios utilizados, a análise dos resultados da avaliação e autoavaliação são imprescindíveis, visto que a conscientização do processo contribui com a qualidade do desenvolvimento pessoal. Assim, a avaliação do desempenho acadêmico será feita por módulo, de forma processual, contínua e cumulativa, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Ora, é bastante usual no ambiente acadêmico que os processos avaliativos recebam críticas por não trazer em seus resultados conclusões relevantes para que sejam ressignificados tais processos com o objetivo, próprio de qualquer processo avaliativo, levar a termo o aperfeiçoamento daquilo que foi o objeto da sua inquirição. É correto afirmar que somente com informações geradas por avaliações com embasamento sólido e objetivo criteriosamente planejado é que as decisões efetivas podem ser levadas a termo, sendo essas decisões efetivadas depois de uma análise global e ininterrupta das variáveis e dos indicadores apontados, ou seja, o processo de avaliação é delineador e provedor de informações fundamentais para julgar alternativas de decisão.

Para fins de organização do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais, considera-se o Regimento de Graduação da UFOPA para delinear o seu sistema de avaliação. Logo, a avaliação da aprendizagem dos acadêmicos será realizada de forma regimental, por meio de exames bimestrais, estudos de casos, elaboração e produção de trabalhos, participação em sala de aula, seminários, exposições, debates, e outros mecanismos que se fizerem necessários para uma avaliação o mais próximo possível da justeza coletiva e que mais bem expresse o nível de aprendizagem dos acadêmicos, bem como o nível de ensino dos docentes.

A importância da avaliação, na perspectiva do BICA, está em saber que dificuldades de aprendizagem por ventura os acadêmicos demonstram para que se possa trabalhar a partir delas e com isso fazer com que tenham o seu crescimento cognitivo, emocional e social realizado. Sabe-se que somos seres diferentes e diferenciados e isto deve ser considerado em todo e qualquer processo avaliativo educacional. No caso das diferenças, referimo-nos às especificidades de cada indivíduo, que pode ou não ser portador de problemas de todas as ordens. De problemas vinculados aos acadêmicos com histórico de necessidades educacionais especiais de ordem física ou mental a outras dificuldades de ordem relacional, motivacional,

cultural, entre outras, todos sem exceção temos características individuais singulares.

Por isso, é orientação do curso, em conformidade com o PPA do CFI, que seus docentes respeitem as diferenças para possibilitar aos estudantes compartilhar o aprendizado sem discriminações, e reconhecer o outro com sua inteligência e capacidade. Dessa forma, o professor do curso de BICA estará valorizando o estudante, de acordo com os saberes advindos de seu histórico de vida e de sua identidade sociocultural.

Para que uma avaliação da aprendizagem ganhe consistência científica e pedagógica, é necessário que o professor tenha em mente as intencionalidades pedagógicas para aplicar uma avaliação da aprendizagem. Para que se tenha uma compreensão mais apropriada acerca da intencionalidade do professor, consideremos três fases processuais em uma aplicação de avaliação, a saber, a diagnóstica, a normativa e a somativa.

A avaliação diagnóstica visa identificar necessidades, recursos e problemas, bem como conhecer o educando, e apontar novos requisitos para inúmeras possibilidades de aprendizagem. A avaliação diagnóstica também tem o objetivo de verificar a posição do estudante frente a novas aprendizagens que irão ser propostas e às situações de aprendizagens anteriores que servem de base àquelas, no sentido de eliminar as dificuldades futuras, e de resolver situações atuais. Em suma, tem por objetivo proporcionar informações e detectar dificuldades acerca das capacidades específicas de aprendizagens e suas causas antes de iniciar o processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação formativa tem por finalidade detectar avanços de aprendizagens e desafios no processo, pois permite verificar se o estudante está atingindo os objetivos traçados durante o desenvolvimento das atividades propostas. Essa avaliação é, para o estudante, um instrumento fundamental de conhecimento de desafios e avanços, que poderão estimulá-lo a um estudo sistemático mais elaborado dos conteúdos. Este tipo de avaliação fornece sólida orientação tanto para o educando como para o trabalho do professor, pois permite detectar deficiências na forma de ensinar, possibilitando reformulações no trabalho didático.

E quanto à avaliação somativa, ela tem como objetivo verificar o alcance dos objetivos formalizados no plano de ensino do professor. A avaliação somativa tem como principal objetivo representar uma classificação, uma apresentação concentrada de resultado obtido em uma dada situação educativa, é uma forma quantitativa de representação dos saberes apreendidos pelo estudante em momentos específicos datados pelo professor ao longo do curso, ou ao final do curso. Esse tipo de avaliação busca verificar o nível de aprendizagem do estudante em prol de obter resultados imediatos e de verificar se os objetivos foram alcançados.

Essa avaliação caracteriza-se por buscar obter e aferir uma nota, estabelecer um conceito ou oferecer uma menção ao desenvolvimento da aprendizagem do estudante. Esta é uma maneira de classificar os estudantes de acordo com a quantidade de conhecimento dominado por eles. Logo, a intencionalidade do professor que adota a avaliação somativa é explicitamente classificatória e quantitativa. À vista disso, é bastante clara a divergência em se conceituar avaliação. Contudo, a avaliação constitui-se matéria imprescindível no processo ensino-aprendizagem. Seus princípios e funções orientam e definem as ações que um professor tem por objetivo promover.

Quanto às avaliações diagnóstica, formativa e somativa, podemos organizar didaticamente e sistematicamente em um quadro esquemático:

FASE	EMBASAMENTO	CAPACITAÇÃO
PLANIFICAÇÃO	DIAGNÓSTICA	O QUE ESTÁ FALTANDO PARTICULARIZADO
DESENVOLVIMENTO	FORMATIVA	AVANÇOS E DESAFIOS COLETIVIZADO
CONCLUSÃO	SOMATIVA	RESULTADOS

Diante do referido quadro, percebe-se a particularidade de cada tipo de avaliação enquanto ferramenta de trabalho do docente e mecanismo de promoção a um nível mais alto ao que se encontra, por parte da instituição de ensino. Por isso, na elaboração dos instrumentos, o docente deverá ter cuidado com o tipo de instrumento avaliativo que utilizará, quanto à sua clareza e adequação em relação ao objetivo a ser avaliado, pois em se tratando de avaliação, devemos reconhecer que não existe melhor ou pior modo de se avaliar, pois o preparo da avaliação depende da intencionalidade pedagógica do docente, quando este necessita verificar os avanços alcançados pelo acadêmico, pode utilizar-se do embasamento da avaliação formativa; caso queira verificar o que o estudante não aprendeu, poderá aplicar a diagnóstica; e a somativa para obter resultados finalizadores ou terminais.

A cada disciplina ou módulo, o estudante deverá fazer três avaliações no semestre, que definirão o aproveitamento global do estudante. A avaliação está disciplinada no Regimento da Graduação, e será expressa por notas.

Tendo em vista estes pontos, o professor avaliará o estudante por meio de exames, relatórios e outros instrumentos ou formas de avaliação, definidos no seu plano de ensino. Os graus atribuídos em cada avaliação variam de zero a dez.

A avaliação do desempenho acadêmico obedece às seguintes nomenclaturas:

I. A1 – Resultado da primeira avaliação do semestre;

II. A2 – Resultado da segunda avaliação do semestre;

III. A3 – Resultado da terceira avaliação do semestre;

III. Média final obtida pelas A1, A2 e A3;

IV. Prova substitutiva ofertada ao estudante para que substitua sua menor nota. (Veja a Resolução n.º 177, de 20 de janeiro de 2017, que institui o Regimento de Graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará)

A verificação e registro da frequência são de responsabilidade do professor, e o controle da mesma compete à secretaria acadêmica de graduação. Ao estudante que deixar de comparecer às verificações de aproveitamento na data fixada, pode ser concedida uma segunda chamada. A segunda chamada está regulamentada no Regimento de Graduação (Resolução n.º 177, de 20 de janeiro de 2017).

Será concedida revisão da nota atribuída ao final do módulo, mediante requerimento no prazo de até três dias úteis contados da data da publicação, não sendo concedida revisão a pedidos extemporâneos.

Para o estudante ser considerado apto e aprovado, deverá ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades de avaliação por módulos, além de:

- Obter Média Final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis),
- Mediante avaliação substitutiva (AS), o estudante que, tendo obtido média final (MF) inferior a 6.0 (sete), obtiver na AS uma nota que, substituída pela Nota de Avaliação principal indicada pelo professor do módulo em seu plano de trabalho, e somada às outras notas, resulta em valor maior ou igual a 6.0 (seis).

O estudante será considerado reprovado no módulo, se:

A frequência for inferior a 75% (setenta e cinco por cento);

A média final (MF), após avaliação substituta (AS), apurada nos termos citados neste Regimento, for inferior a 6,0 (seis);

Os estudantes que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração de seu curso, de acordo com as normas do sistema federal de ensino, o Art. 47, § 2º, da LDB n.º 9.394/96.

A avaliação não pode significar que as discordâncias, equívocos, dúvidas, características do cotidiano acadêmico venham a descaracterizar-se. Ao contrário, devem contribuir para revelar, preservar e estimular a pluralidade constitutiva da universidade. Desta forma, o professor deverá igualmente, nos diversos ramos do conhecimento, considerar e trabalhar pedagogicamente as soluções entendidas inicialmente como equivocadas, incompletas ou distorcidas, pois as mesmas devem ser encaradas como hipóteses inteligentes na construção do conhecimento do estudante, ou mesmo uma construção que busca esclarecer o conhecimento.

9.1. COERÊNCIA DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM COM A CONCEPÇÃO DO CURSO

O sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem de cada unidade de estudo do curso de BICA é especificado no plano de ensino do módulo e atende às necessidades verificadas pelo docente que a ministra e pelos objetivos do módulo. Os critérios de avaliação do desempenho acadêmico do estudante são previstos no Regimento de Graduação da UFOPA (Resolução n.º 177, de 20 de janeiro de 2017).

Semestralmente, buscam-se subsídios junto ao corpo discente, mediante a realização de avaliações do corpo docente, das estruturas e suporte acadêmico e administrativo do Centro de Formação Interdisciplinar e do processo ensino-aprendizagem pelos estudantes. Essas avaliações são realizadas com o objetivo exclusivo de verificação da efetividade do processo ensino-aprendizagem e da necessidade de ajustes, não podendo, em nenhuma hipótese, ser utilizadas para premiação ou punição de docentes.

10. ADEQUAÇÃO DA METODOLOGIA DE ENSINO À CONCEPÇÃO DO CURSO

A metodologia de ensino para a concepção do curso teve por base os diversos aspectos fundamentais para o bom desenvolvimento de cada componente curricular da matriz curricular. Com o objetivo de formar um bacharel interdisciplinar em ciências ambientais, comprometido com o bem-estar da sociedade, gerador de autonomia e mudanças sociais, a metodologia de ensino deverá priorizar a realização de aulas dialogadas e práticas que utilizem técnicas adequadas ao conteúdo e momento pedagógico. O foco principal das aulas é a construção conjunta do conhecimento com vistas à aplicação na prática social na Amazônia. Nas aulas teóricas, o professor expõe o conteúdo aos estudantes e contextualiza o assunto estudado, de forma que o acadêmico conheça sua aplicação e sinta-se motivado a estudá-lo.

Conforme a opção e planejamento do professor a avaliação poderá ser pautada pelos seguintes princípios: - Contínua avaliação participativa, contributiva e de empenho do estudantes; - Avaliações teóricas; - Trabalhos cooperativos desenvolvidos em grupo para avaliar o conhecimento e as exigências em termos de relacionamentos interpessoais; - Trabalhos de conteúdo prático e teórico que explorem situações práticas, com utilidade futura ou que simulem/ analisem estudos de casos reais, estimulando o aprendizado; - Apresentação de trabalhos práticos de pesquisa exploratória e/ou científica, de reflexão própria e relatórios das atividades práticas.

A metodologia de ensino para a concepção do curso levou em consideração o PDI e os diversos aspectos fundamentais e necessários para o bom desenvolvimento de cada módulo da matriz curricular.

As aulas são dialogadas com utilização de técnicas e tecnologias adequadas ao conteúdo e ao momento pedagógico. São frequentemente utilizadas técnicas de análise para a contextualização e problematização, pesquisa, reflexão e discussão sobre estudos de caso, situações problema, exercícios e conceitos tanto os clássicos como os emergentes. Com essa metodologia pretende-se formar um estudante crítico, comprometido com o bem-estar da sociedade, gerador de autonomia e mudanças sociais.

Quanto aos procedimentos dos professores, é importante considerar que durante as aulas teóricas: o professor deverá expor o conteúdo aos estudantes, o assunto deverá ser contextualizado, de forma que o estudante conheça sua aplicação e sinta-se motivado a estudá-lo. Ao final de cada aula o professor poderá orientar e cobrar a realização de exercícios teóricos e/ou discutir com os estudantes a solução do problema proposto. Os exercícios poderão ser realizados de forma individual e/ou coletiva.

Durante as aulas práticas, o professor poderá orientar e cobrar o desenvolvimento de atividades relativas aos tópicos estudados em sala de aula. O professor poderá fornecer ao estudante o conhecimento necessário para implementação de trabalhos durante o período de aula, avaliando a participação do estudante na implementação seu trabalho. O professor poderá introduzir pelo menos um trabalho com conhecimentos interdisciplinares.

Com base nas premissas elencadas e de acordo com o que preconizam as diretrizes curriculares para os cursos de bacharelado interdisciplinar, a metodologia de ensino prioriza os aspectos de relação entre disciplinas para a construção de conhecimento, com o objetivo de

capacitar os egressos para a atuação ativa e consciente na sociedade.

10.1. INTERRELAÇÃO DAS UNIDADES DE ESTUDO NA CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO DO CURRÍCULO

O principal ponto considerado na relação entre áreas interdisciplinares de conhecimentos (componentes curriculares) e a execução do currículo está na sinergia entre as áreas de formação básica, metodológica, pedagógica, complementar e humanística. Outro cuidado importante é evidenciado pela distribuição temporal desses componentes curriculares nos diversos períodos letivos que definem uma sequência lógica para a apresentação do conteúdo programático e consideram a necessidade de uma maturidade adequada dos discentes, de acordo com os objetivos de cada componente.

11. INTEGRAÇÃO DA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

A proposta deste curso de BICA é a de constituição de grupos de pesquisa interdisciplinares, integrados por professores, estudantes graduandos e pós-graduandos, que permita uma integração importante dos entes na formação desde a primeira graduação até o doutoramento. Investindo na formação continuada dos acadêmicos do curso de BICA, o CFI (Centro de Formação Interdisciplinar) oferta vagas para o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ), com as linhas de pesquisa: “Políticas Públicas, diversidade e desenvolvimento amazônico” e “Biodiversidade, saúde e sustentabilidade”. O Ingresso no Mestrado depende de aprovação em processo seletivo, conforme edital publicado anualmente.

12 DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E APOIO DISCENTE NO ÂMBITO DO CURSO

Há necessidade crescente de incentivar a participação discente em projetos de pesquisa, extensão, em ações de desenvolvimento tecnológico, bem como de mecanismos que incentivem o egresso a chegar até o final em seu percurso acadêmico. Neste sentido, o BICA expressa em seus objetivos o incentivo ao gosto pela pesquisa e a investigação científica interdisciplinar, que permita o desenvolvimento das ciências e das tecnologias na região amazônica, bem como o incentivo à promoção de projetos de extensão, para a difusão das conquistas e benefícios resultantes do ensino, da pesquisa científica e de inovações tecnológicas gerados no âmbito do BICA, e incentivo na forma de bolsas de estudos aos estudantes que comprovem dificuldades para fazer o curso em sua totalidade.

Para que esses objetivos sejam alcançados, o programa curricular do curso terá enfoque na pesquisa, extensão e inovação tecnológica voltada principalmente para responder às necessidades específicas da região. Por certo que a formação acadêmica deve impreterivelmente pressupor a investigação, a partilha de seus resultados por meio da extensão universitária e o uso de tecnologia inovadora, pois a pesquisa leva a uma postura reflexiva, à valorização do rigor do pensamento, reforçando habilidades e competências a partir da interação com o ensino de graduação. E, para que a atitude de investigação e a relação de autonomia se concretizem nos futuros professores é necessário que eles conheçam os procedimentos usados na investigação científica, registro, sistematização de informações, análise e comparação de dados, levantamento de hipóteses, verificação, etc. A extensão permite a universidade sair de seu espaço particular para levar conhecimento e inovação à sociedade em vista da melhoria do desenvolvimento humano. Programas de apoio ao discente, realizados tanto pela instituição como por meios próprios do curso, serão realizados em vista de incentivar o discente a iniciar, desenvolver e alcançar o fim de seu percurso acadêmico.

12.1. A POLÍTICA DE ENSINO NO ÂMBITO DO CURSO

Como nas demais IFES, o ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós- graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) e extensão. Independentemente do nível de ensino, o foco é a abordagem interdisciplinar, a flexibilidade curricular, a formação continuada e a mobilidade acadêmica.

O curso de BICA foi estruturado em conformidade com os parâmetros curriculares nacionais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CES N° 9, de 29 de setembro de 2004), com o objetivo de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social, valorizar a diversidade cultural e contribuir para o avanço científico e tecnológico da Amazônia. Suas atividades de ensino procuram então refletir este objetivo que lhe informa.

Aos Institutos estão vinculados Programas, que são constituídos de Bacharelados e Licenciaturas Integradas com duração de 03 (três) anos e/ou Bacharelados e Licenciaturas Profissionais, com duração entre 04 (quatro) a 05 (cinco) anos. O BICA está vinculado ao Centro de Formação Interdisciplinar (CFI). Seu percurso acadêmico tem o mínimo de 07 (seis) semestres e o máximo de 10 (dez). Durante todo o desenvolvimento do curso procura-se

incentivar os estudantes a interagir com os outros Institutos, através de disciplinas optativas e eletivas, através de projetos de pesquisa e extensão. Visto que estas três dimensões são essenciais para o bom desempenho do estudante durante seu percurso acadêmico e posteriormente.

12.2. A POLÍTICA DE APOIO À PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A criação do BICA e de seu Programa de Iniciação Científica (PIC) marcará uma nova fase para os professores do CFI, que até o momento ministraram disciplinas da graduação em outras Unidades Acadêmicas da Ufopa, tendo como corolário a dificuldade aos docentes do CFI de encontrarem orientados de TCC. A implementação do BICA oportunizará um número maior de experiências de orientação de trabalhos científicos, possibilitando a efetivação de um "Projeto de Formação de Pesquisadores" que visará oferecer aos acadêmicos do BICA instrumentos necessários para a atuação como pesquisador iniciante. A Iniciação Científica é um instrumento de formação que permite introduzir na pesquisa científica os acadêmicos de graduação, colocando-os em contato direto com esta importante atividade acadêmica e permitindo seu engajamento neste processo. É um estímulo à formação da mentalidade científica, mediante a participação no desenvolvimento de uma investigação que tem início, meio e fim.

O Programa de Iniciação Científica do BICA deverá ser entendido como um guia que permitirá ao acadêmico dar um salto na própria formação pessoal. A partir do momento em que s oferecerá métodos para um aproveitamento efetivo da pesquisa e da produção acadêmica, regras a serem seguidas, e professores com disponibilidade para atender e orientar os novos pesquisadores, os alunos estarão encontrando as melhores condições para o desenvolvimento de uma produção acadêmica séria.

Envolvendo diretamente o acadêmico de graduação na pesquisa, a Iniciação Científica apresentar-se-á como uma verdadeira escola, que necessitará ser mantida e ampliada. Será um importante elemento na estruturação de recursos humanos, pois se colocará como ponto de partida para a formação de novos cientistas e, principalmente, estimulará a produção de novos conhecimentos.

A atividade de pesquisa permitirá a aprendizagem de técnicas e métodos científicos além do estímulo ao desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, o que contribui, em última instância, para que o aluno tenha uma formação acadêmica mais completa.

O CFI se organiza sob a tutela de um programa denominado Programa de Pesquisa Interdisciplinar em Estudos Amazônicos, que tem por finalidade a proposição de atividades de pesquisa, ensino e extensão interdisciplinares, no âmbito da educação básica e da educação superior; no segundo caso, as atividades deverão contemplar os níveis de graduação e pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu.* Tais atividades ter-se-ão como foco o estudo dos problemas amazônicos no referente às pessoas e ao ambiente. O programa busca também promover o desenvolvimento da sensibilidade regional, nacional e internacional acerca dos grandes temas que envolvem a Amazônia.

Seguindo as normativas do PPA do CFI, a pesquisa no âmbito do BICA tem como premissa a produção e a transmissão de conhecimentos. Quanto à produção científica, o curso está organizado de forma a permitir um constante aperfeiçoamento das atividades de ensino e extensão, e para responder com competência às demandas socialmente requeridas. As atividades de iniciação científica realizadas pelos acadêmicos deverão possibilitar a multi e a interdisciplinaridade entre os campos de conhecimento articulando e ampliando a visão de pesquisa. Muitos são os estudos que apresentam apenas aspectos parciais analisados a partir de óticas determinadas sem contemplar a complexidade que é própria da realidade contemporânea. Neste caso, o que se busca, é uma conciliação, o estabelecimento de linhas de comunicação que traduzam esses conhecimentos em uma linguagem compreensível de uma área disciplinar para outra, buscando somar e não dividir as diferentes visões, e assim se poder transmitir os conhecimentos advindos das pesquisas.

As estratégias para o desenvolvimento da política de pesquisa serão:

i) Programa de Iniciação Científica - PIBIC, que além de estimular a pesquisa entre os discentes, produzirá conhecimentos nas várias áreas do curso;

ii) Formação de Grupos de Pesquisa (compostos por discentes e docentes);

iii)Garantir a formação de pesquisadores e qualificação profissional do corpo docente através de incentivos à realização de cursos de pós-graduação ao nível de mestrado e doutorado.

12.3. A POLÍTICA DE EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO

A Política de Extensão do BICA está fundamentada no Plano Nacional de Educação (PNE), especificamente na Meta-estratégia: 12.7, que estabelece: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. Fundamenta-se também na Resolução CNE/CES 7/2018 que define no seu Art. 4º que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

A Ufopa, por meio do BICA, priorizará ações de extensão nas áreas de Comunicação, Cultura, Direitos humanos e Justiça, Educação, Meio ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, voltados para as linhas de atuação de grande pertinência social, definidas na Política Nacional de Extensão, tais como:

a) Atendimento de necessidades sociais, tais como habitação, produção de alimentos, formação para o trabalho, geração de empregos e redistribuição de renda;

b) Melhoria da saúde e da qualidade de vida da população;

c) Promoção do desenvolvimento cultural e da produção e preservação cultural e artística;

d) Educação ambiental e desenvolvimento sustentável.

No âmbito do BICA as 240 horas de extensão serão divididas em **120 horas de práticas integradoras de extensão** e **120 horas de atividades de extensão**. As 120 horas de Atividades de extensão serão creditadas no sétimo semestre, por meio da apresentação, pelo

estudante à Coordenação do BICA, de todos os certificados de atividades de extensão acumulados ao longo dos semestres estudados. As 120 horas de práticas integradoras de extensão serão desenvolvidas em dois semestres, cada um com 60h, período em que os estudantes dedicar-se-ão aos trabalhos de extensão junto às Escolas de Educação Básica, e/ou em comunidades e organizações da sociedade civil de Santarém e do Oeste do Pará, conforme os temas supramencionados, sempre orientados por um professor do BICA, com projetos ou programas de extensão devidamente cadastrados na PROCCE, conforme determina o CONSEPE da Ufopa, por meio da Resolução n° 301, de 26 de agosto de 2019, que regulamenta o registro e a inclusão da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A UFOPA, por meio do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais, dá resposta a diversos problemas da sociedade amazônica por meio de geração de novos conhecimentos. Esse compromisso tem como objetivo oferecer aos seus estudantes uma formação de qualidade, voltada para a realidade em termos de gestão ambiental, gestão pública, capacidade crítica e empreendedora. Assim, além de manter o compromisso social de interferir na realidade da comunidade externa, contribuindo para a melhoria do desenvolvimento humano e oportunizando a esse público espaços de aprendizagem e crescimento, as atividades de extensão visam oferecer aos estudantes contato com o mundo real, aliando teoria e prática por meio do "aprender a fazer", isto é, sabendo aplicar os conhecimentos adquiridos no ensino e na pesquisa na solução dos problemas e envidando esforços para a construção de um mundo melhor.

As atividades de extensão envolvem palestras, cursos e eventos variados, consultorias e prestação de serviços, até os projetos de desenvolvimento comunitário em que, por meio de ações contínuas, a UFOPA contribui para a mudança positiva de uma dada realidade.

As atividades de extensão podem ser estruturadas em uma ou mais áreas temáticas, indicadas no Plano Nacional de Extensão Universitária: cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho (Regimento de graduação da Ufopa).

12.4. A POLÍTICA DE APOIO AO ESTUDANTE NO ÂMBITO DO CURSO

A Política de Assistência Estudantil da UFOPA é regulamentada pela Resolução CONSEPE N° 210, 22 de agosto de 2017. Os recursos públicos envolvidos na implementação desse programa nacional exigem, tanto da UFOPA como órgão gestor, quanto do estudante como beneficiário, a submissão aos princípios constitucionais da administração pública, que são: **Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência**. Na UFOPA, são publicados editais que regulam o processo de inscrição e seleção dos programas e auxílios. A primeira condição para o estudante ter acesso aos programas e auxílios da UFOPA é a realização por parte do estudante do seu cadastro socioeconômico no módulo SIG-Assistência ao Estudante, onde prestará uma série de informações, as quais estarão sujeitas a verificação e, comprovada a não veracidade das mesmas, a qualquer tempo, o estudante poderá perder o

direito aos benefícios, além de estar sujeito às penalidades previstas, conforme Regime Disciplinar do Corpo Discente, disposto na Resolução Consun n°55 de 22 de Julho de 2014, no qual estabelece o Regimento Geral da UFOPA (PROGES, 2018).

O curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais (BICA), em consonância com as diretrizes da Universidade Federal do Oeste do Pará, pretende assegurar a permanência dos estudantes no curso. A secretaria acadêmica do curso de BICA buscará viabilizar na instituição, utilizando os mecanismos de participação e deliberação vigentes, políticas de assistência universitária com vistas a garantir um mínimo de infraestrutura para o melhor aproveitamento dos discentes e também das demais categorias (docentes e técnicos administrativos em educação). Outra política geral de inclusão social da Universidade é o processo seletivo diferenciado para indígenas e quilombolas.

O atendimento ao discente pela Secretaria Acadêmica do CFI e pela Coordenação do Programa de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais.

Na UFOPA, temos as bolsas:

a) Permanência: é ofertada pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES) é a responsável pelo gerenciamento do Programa Bolsa Permanência (PBP). Trata-se de um programa do Governo Federal com vistas a conceder auxílio financeiro para viabilizar a permanência de estudantes indígenas e quilombolas em cursos de instituições federais de ensino superior. A bolsa é paga diretamente aos estudantes via cartão de benefício. O objetivo da bolsa permanência é amenizar as desigualdades sociais ao contribuir à permanência dos estudantes de graduação, evitar o abandono de vagas e democratizar o acesso ao ensino superior em universidade federal pública.

b) Monitoria: É ofertada pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN), cujo finalidade é a preparar o estudante à docência a partir de atividade de apoio à disciplina e laboratórios de ensino na instituição. As suas diretrizes encontra-se na Instrução Normativa n° 001/2012 – PROEN, 09 de maio de 2012, que dispõe sobre as normas do Programa de Monitoria Acadêmica.

c) Iniciação Científica: É ofertada pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (PROPPIT), com recursos próprios da Ufopa e externos, através de órgãos de fomento como o CNPq e a FAPESPA, entre outras fontes de financiamento contínuo ou eventual.

d) Iniciação à Extensão: É ofertada pela Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (PROCCE), por meio de seu Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX). Trata-se de auxílio financeiro voltado a estudantes da graduação para desenvolver plano de trabalho vinculado a um Programa ou Projeto de Extensão, cadastrado na PROCCE, dirigido e acompanhado por professor da Ufopa.

12.5. INFRAESTRUTURA: ADEQUAÇÕES À ACESSIBILIDADE NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A UFOPA é uma instituição partícipe do movimento mundial pela educação inclusiva. Neste sentido, ela desenvolve ações nos âmbitos político, cultural, social e

pedagógico de modo a fortalecer o direito de todo brasileiro à educação, sem tipo algum de discriminação. Por ser a educação inclusiva um paradigma educacional fundado na concepção de direitos humanos, que procura conjugar igualdade e diferença como valores indissociáveis e pilares essenciais na promoção da equidade formal, é que a UFOPA se compromete a colocar em prática em seus espaços as estruturas necessárias ao rompimento com circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da universidade.

A Constituição Federal de 1988, vanguarda dos princípios norteadores da educação inclusiva no Brasil, traz como um dos seus objetivos fundamentais "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação." (art. 3.º, inciso IV) Este serve de princípio ao artigo 205, ao definir a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Para fins de realização de uma educação inclusiva, a UFOPA encaminha suas ações e políticas de inclusão por meio de três pontos fundamentais: o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, bem como nas atitudes, fazendo com que todos os estudantes da instituição estejam aptos a participar no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

A UFOPA realiza ações no sentido de remover barreiras físicas, arquitetônicas, metodológicas e atitudinais, cumprindo assim os preceitos conceituais e legais da educação inclusiva. Seguindo essa política, o curso de BICA também procura oferecer serviços educacionais comuns, em acordo com o entendimento da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, e conforme orientação das políticas de acessibilidade da UFOPA, a partir de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e seguindo as orientações do projeto pedagógico de curso (PPC) que contemplam pressupostos epistemológicos, filosóficos, legais e políticos da educação inclusiva, para permitir a formação de bacharéis interdisciplinares conscientes de sua responsabilidade social na construção de um projeto democrático de sociedade.

No caso das barreiras físicas e arquitetônicas, a UFOPA procura assegurar as condições necessárias de acesso aos espaços da instituição. Essas condições se dão na forma de corrimão junto às escadas, sinalizações de acessibilidade, adaptação de espaços e tecnologia para higienização e conforto pessoal, tais como banheiros, filtros de água, rampas e elevadores, como é o caso dos dois elevadores existentes na Unidade Amazônia, campus Santarém.

Quanto às barreiras comunicacionais, a UFOPA procura assegurar que pessoas necessitadas de tradutores/intérpretes na língua brasileira de sinais (LIBRAS) tenham esse profissional à disposição. Além disso, a UFOPA tem estudado e posto em práticas ações envolvendo tecnologia assistiva que ajudem na inclusão das pessoas ao mundo digital.

Quanto às barreiras pedagógicas, a UFOPA tem exigido que seus diversos programas de curso desenvolvam estruturas didáticas e pedagógicas que facilitem o desenvolvimento da educação inclusiva. O curso de BICA é um exemplo dessa superação de barreiras pedagógicas que excluem ou limitam o acesso do estudante, qualquer que seja ele, ao conhecimento. Neste caso, materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; equipamentos de tecnologia assistiva; serviços de guia-intérprete e de tradutores intérpretes de libras; atividades diversificadas são algumas das formas de superação de metodologias e didáticas em vista da educação inclusiva.

Quanto às barreiras atitudinais, elas são vistas como raízes das demais barreiras, as comunicacionais, educacionais e arquitetônicas. Além dos preconceitos, referem-se aos medos e ao desconhecimento em como agir de maneira adequada diante de uma situação que envolva uma pessoa com histórico de exclusão. As barreiras atitudinais se fundam em preconceitos e estereótipos, e produzem discriminação, seja quando procuramos aproximar todas as pessoas à ideia-padrão seletiva e exclusiva de pessoa (autônoma, disciplinada, sem lesões e impedimentos etc.), seja quando tratamos uma pessoa excluída como uma coitada que não dará conta de acompanhar o percurso acadêmico até o seu fim. Formas para superar essas barreiras têm sido adotadas pela UFOPA como o incentivo a atividades de ensino, pesquisa e extensão feitas pelas próprias pessoas com histórico de exclusão, tais como eventos de libras. Temos o "Sarau de Libras" e o "Junho Especial" (evento que realiza oficinas em Braille, AEE: ações políticas e métodos docentes e Libras Básico) e os programas de pesquisa sobre o universo indígena e quilombola entre outros.

O curso de BICA é, neste sentido, também estratégico, pois ao definir suas dinâmicas pedagógicas para a integralização do curso, ele não impôs limites ou normas que prejudiquem qualquer que seja o estudante em sua formação no âmbito do curso. Ao contrário, o BICA é de caráter flexível, amplo e generalista, com estratégias pedagógicas que não somente favoreçam o acesso do estudante ao currículo e sua interação grupal, mas que também normatizam o enriquecimento curricular, bem como o acesso à atividades de pesquisa básica e aplicada, abrangendo inúmeras áreas do conhecimento. Por isso, é plausível afirmar que o BICA contempla de forma inequívoca a todo e qualquer estudante que deseja fazer o ensino superior na UFOPA e opte por esse tipo de curso.

Para fins de sumário, a UFOPA esforça-se no sentido de acolher estudantes com histórico de exclusão social, tais como aqueles com necessidades especiais, investindo em infraestrutura para deixar um ambiente compatível com as necessidades desses estudantes. Há em todos os pisos elevadores para a locomoção de pessoas com necessidades especiais, adequação de sanitários e lavabos, bebedouros fabricados sob medida, elevador de acesso ao pavimento superior da biblioteca (no caso da biblioteca da Unidade Rondon), e elevadores comuns com capacidade para 680 quilos. As especificações dessas estruturas estão contidas nos pontos que seguem.

12.6. CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O prédio, situado na Avenida Mendonça Furtado nº 2.949, bairro de Fátima, alugado exclusivamente para a UFOPA, onde funcionará o BICA, atende as normas gerais e critérios

básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A estrutura atual possui dois elevadores os quais permitem o acesso a todos os setores da instituição, dentre eles salas de aula, bibliotecas, auditórios, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. Ambos elevadores são submetidos à manutenção alternada garantindo o funcionamento permanente.

Os banheiros são adaptados e seguem o padrão legal exigido. Destacamos ainda que após participação de representantes da UFOPA no Seminário Incluir em Brasília (ano de 2013), foi feito socialização das informações no Seminário de Acessibilidade no âmbito da UFOPA, em seguida foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) Pró Acessibilidade, Portaria nº 1.293, de 12 de Agosto de 2013, com a participação de setores estratégicos, nos quais incluem unidades Acadêmicas e Administrativas da Ufopa e posterior realização de reuniões periódicas; Realização do I Seminário de Acessibilidade da Ufopa no de 2013 com a participação da Profa. Martinha Clarete Dutra dos Santos (SECADI/MEC) e do Prof. Evandro Guimarães (UFMA), Parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa de Surdos da Ufopa (GEPES).

Fundado em abril de 2014, o Núcleo de Acessibilidade da Ufopa promove discussões a fim de estabelecer políticas institucionais de acessibilidade, atendendo com empenho a inclusão dos portadores de deficiência na universidade. Um dos resultados do Núcleo foi a reserva (cota) de vagas para portadores com deficiência nos cursos de graduação, em atendimento à Lei n. 12.711/2012 e à Portaria MEC n. 09, de 05 de maio de 2017.

O Núcleo de Acessibilidade é responsável pelo ingresso e permanência do estudante com deficiência na universidade. Dentre suas ações, destacam-se:

- a disponibilização de 04 (quatro) Tradutores intérpretes de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para estudantes e docentes surdos; acessibilização e produção de materiais;
- acompanhamento de estudante em sala de aula, quando for necessário;
- reuniões com coordenações de curso e docentes, para apresentação de estratégias e sugestões para o trabalho com os estudantes com deficiência;
- promoção de cursos e eventos para comunidade interna e externa. (Exemplo: cursos básico, intermediário e avançado de Libras e Braille; curso de orientação e mobilidade).

O Núcleo de Acessibilidade está na Unidade Amazônia, salas 101 e 105, possui número telefônico (93 2101 7610) e email (nucleodeacessibilidade@ufopa.edu.br).

12.7. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL (PET) CONEXÕES DE SABERES DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES: COMUNIDADES DO CAMPO (CFI/PROEN)

O Programa de Educação Tutorial – PET vem sendo indicado como um processo em que a aprendizagem de um discente é auxiliada e apoiada de forma aplicada por um docente tutor, auxiliando na integração do discente no meio universitário e acadêmico e reforçando o processo de ensino. De acordo com o Art. 2o da Portaria n.º 976/2010 do MEC, alterado pela Portaria n.º 343/2013 do MEC, o PET constitui-se em um programa desenvolvido em grupos organizados a partir de cursos de graduação das instituições de ensino superior do País, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido o PET Conexões de Saberes de Estudos Interdisciplinares: Comunidades do Campo foi iniciado

em janeiro de 2011 e atualmente é promovido pelo Centro de Formação Interdisciplinar da UFOPA, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN) e o Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Educação Tutorial (CLAA), inserindo-se na política de valorização do ensino de graduação, principalmente para os discentes provenientes de comunidades mais afastadas.

De forma mais específica visa promover as seguintes ações: 1) suprir necessidades específicas dos alunos integrantes do PET, mediante a realização de atividades de ensino complementar; 2) estimular o melhor aproveitamento das atividades propostas pelo PET, através de ações de acompanhamento pedagógico individual e em grupo; 3) permitir aos estudantes PET, refletir sobre a realidade das comunidades do campo, mediante proposição de ações de ensino, pesquisa e extensão aglutinadas a realizar nas comunidades do campo; e 4) possibilitar aos estudantes PET, à comunidade acadêmica da Ufopa, à comunidade urbana externa e às próprias comunidades rurais o compartilhamento e integração de saberes populares e acadêmicos, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Até o momento o PET Conexões de Saberes de Estudos Interdisciplinares: Comunidades do Campo Atualmente o PET colaborou com a formação de 41 discentes bolsistas, incluindo os nove atualmente ativos. Como planejamento para 2019 o grupo irá participar do XXIV Encontro Nacional dos Grupos do Programa de Educação Tutorial (PET) - ENAPET 2019 de 14/07/2019 a 19/07/2019, apresentando trabalhos; e está organizando o VI Ciclo de Seminários do PET Conexões de Saberes de Estudos Interdisciplinares: Comunidades do Campo; a IV Jornada de minicursos e oficinas do Grupo PET Conexões de Saberes de Estudos Interdisciplinares: Comunidades do Campo; e o VII PET na Comunidade: Compartilhando Conhecimentos com as comunidades rurais. Adicionalmente nove projetos de iniciação científicas estão sendo desenvolvidos pelos petianos bolsistas. O PET Conexões de Saberes de Estudos Interdisciplinares: Comunidades do Campo (CFI/PROEN) funciona na sala 226B (Unidade Amazônia, campus Santarém). Esse Programa ganhará importância com o funcionamento do BICA e favorecer a realização das atividades de extensionistas do BICA, uma vez que os estudantes do PET desenvolvem trabalhos e são oriundos de comunidades rurais das proximidades das sedes dos Municípios onde a Ufopa está instalada.

13. ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO BICA

O Plano Pedagógico Institucional da UFOPA orienta-se em princípios traduzidos pela articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão e pela integração comunitária, envolvendo as esferas discente, docente e administrativa sensíveis à realidade da região amazônica.

Por meio do seu Projeto Pedagógico de Curso de BICA, o CFI prolonga, reforça e amplia essa linha de ação. O PPC do curso de BICA consiste basicamente em proporcionar a formação interdisciplinar de nível superior a populações que buscam e precisam encontrar formas aptas de sobrevivência e convivência com dignidade e bem-estar na região amazônica. Trata-se de resgatar e acionar a energia produtiva das camadas populares, que têm poder decisivo na construção de uma sociedade mais justa e humana. Nesta perspectiva, o curso atuará na busca da ciência por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, na formação de pessoas competentes para lidar com os problemas da Amazônia, no diálogo entre as culturas e a inserção efetiva em seu meio, assumindo responsabilidade pelo seu desenvolvimento.

A sua organização didático-pedagógica está assim definida:

I) Secretaria Acadêmica.

II) Comissão de TCC: conjunto de professores aprovados no Colegiado do Curso para acompanhar e validar tanto os trabalhos acadêmicos quanto os procedimentos administrativos exigidos pela Ufopa.

III) Comissão de Monitoria: conjunto de professores aprovados no Colegiado do Curso para articular, elaborar, normatizar e desenvolver o processo de monitoria no âmbito do BICA.

IV) Comissão de Mobilidade Acadêmica Externa: conjunto de professores aprovados no Colegiado do Curso para articular, elaborar, normatizar e desenvolver processos de mobilidade externa, seja para envio de estudantes e professores, seja para acolhida de estudantes e professores, e também terá a função de normatizar a maneira como as atividades dessa mobilidade serão inseridas no percurso acadêmico.

V) Comissão de Acompanhamento de Egressos: conjunto de professores aprovados no Colegiado do Curso para articular, elaborar, normatizar e desenvolver processos de acompanhamento de egressos.

VI) Núcleo Docente Estruturante: conjunto de professores do curso, responsável por articular, elaborar, normatizar e desenvolver estruturas que permitem a existência e continuidade do BICA.

VII) Colegiado do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais

VIII) Conselho do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais.

IX) Professores.

X) Discentes.

XI) Técnicos Administrativos em Educação.

13.1. COLEGIADO DE CURSO: COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

A composição e o funcionamento do Colegiado de Curso estão disciplinados no Regimento Interno do CFI, no qual é responsável pela coordenação didática e a integração de estudos de cada curso de graduação.

No tocante às atribuições do Colegiado do Curso, destacam-se: estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso; elaborar, analisar, avaliar e propor o currículo do curso e suas alterações; verificar os planos de ensino das disciplinas ou módulos do curso; fixar normas para a coordenação interdisciplinar e promover a integração dos cursos.

O Colegiado de Curso é constituído pelo coordenador do curso, professores que lecionam no curso, um representante do corpo discente do curso e um representante do corpo técnico administrativo em educação da unidade acadêmica. Todos são indicados por seus pares para mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzido para mais 01 (um) ano de mandato.

O Colegiado de Curso é o órgão responsável pela coordenação didático-científica e pela integração dos estudos dos cursos oferecidos pela unidade acadêmica. A composição e o funcionamento do colegiado de curso de BICA será constituída dos seguintes membros:

- Coordenador do curso que o preside;
- Professores que lecionam no curso;
- Um representante do corpo discente do curso indicado, por seus pares, para mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzido para mais 01 (um) ano;

São atribuições do colegiado de curso:

i. estabelecer o perfil egresso e a proposta pedagógica do curso;
ii. elaborar o regimento interno do curso;
iii. elaborar, analisar e avaliar o programa curricular do BICA e suas alterações;
iv. analisar, aprovar e avaliar os planos de ensino dos módulos do curso, propondo alterações quando necessárias;
v. fixar normas quanto à integralização do curso, respeitando o estabelecido pelo Sistema Federal de Educação;
vi. deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão do curso;
vii. deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do presidente do colegiado de curso;
viii. exercer as demais atribuições conferidas por lei e por seu regimento.

Por intermédio do colegiado de curso o coordenador atua no sentido de congregar os esforços de todos os professores junto às autoridades de direção, participando de todas as atividades didático-pedagógicas do curso, do projeto de avaliação institucional, da implantação do Núcleo de Produção Científica e de todas as outras atividades de interesse acadêmico e pedagógico. As reuniões formais do colegiado de curso são registradas em Ata.

13.2. COORDENAÇÃO DO CURSO

De regime de dedicação exclusiva, o coordenador de curso deverá estar integralmente disponível para os discentes e docentes durante o turno de aulas para a resolução de problemas,

orientações e encaminhamentos. Cabe ainda ao coordenador zelar pela implementação das políticas institucionais constantes do PDI, e PPC no âmbito do curso, sendo ainda o elo entre a gestão do curso e a gestão institucional.

COORDENADOR	REGIME DE TRABALHO	CARGO	CURRÍCULO RESUMIDO
ANDREI SANTOS DE MORAIS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	PROFESSOR	Doutor e mestre em Literatura (2005 e 1999), Bacharel e Licenciado em Filosofia (1995) pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, é professor adjunto IV da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), lotado no Centro de Formação Interdisciplinar (CFI). Professor do mestrado profissional em letras (PROFLETRAS). Líder do grupo de pesquisa Ateliê Digital (CNPq). Co-fundador/orientador da Empresa Júnior Ateliê Digital. Editor da coluna Caleidoscópio (Jornal de Santarém e Baixo Amazonas). Pesquisador nas áreas de ensino, filosofia, leitura literária e cibercultura.

13.2.1. O cargo, funções e mandato

Para o exercício do cargo, o coordenador será eleito por seus pares para um mandato de dois anos e nomeado pelo diretor da unidade acadêmica. Ele exerce sua função na jurisdição do curso por ele coordenado e subordina-se ao Diretor Acadêmico do CFI. O coordenador será substituído em suas ausências e impedimentos por um docente, designado pelo Diretor Acadêmico, consultado o conselho do curso.

13.2.2. Atribuições do coordenador de curso

I - Manter articulação permanente com os demais coordenadores corresponsáveis pela eficiência e eficácia do ensino;

II - Acompanhar e avaliar as atividades docentes e a execução curricular;

III - Propor a revisão nos programas dos módulos, objetivando compatibilizá-las;

IV - Planejar as atividades do curso e encaminhar para análise da Direção Acadêmica;

V - Elaborar o relatório anual das atividades acadêmicas desenvolvidas no curso;

VI - Promover e coordenar seminários, grupos de estudo e outros programas para o aperfeiçoamento do curso;

VII - Zelar pela manutenção da ordem e disciplina no âmbito do curso;

VIII - Presidir ao colegiado do respectivo curso, em conjunto com o Diretor Acadêmico;

IX - Promover a indicação de professores para o respectivo curso;

X - Organizar semestralmente a grade horária do curso em conjunto com os demais coordenadores de curso, sob a supervisão da Direção Acadêmica;

XI - Cumprir e fazer cumprir disposições deste Regimento e demais normas pertinentes;

XII - Analisar e emitir parecer nos pedidos de transferências internas e externas;

XII - Analisar e emitir parecer nos aproveitamentos de estudos, solicitando quando julgar necessário, parecer de professores colaboradores, segundo normas estabelecidas pelo Conselho Superior da UFOPA (CONSUN).

XIII - Incentivar os docentes para a articulação do ensino com a pesquisa, a extensão, a inovação tecnológica e a cultura;

XIV - Supervisionar a execução dos programas de ensino com o registro dos conteúdos programáticos, frequência e aproveitamento, nos diários de classe, apondo sua assinatura e encaminhando-os à secretaria de centro ou seção de controle acadêmico;

XV - Acompanhar a política de aquisição e utilização do acervo bibliográfico para o curso;

XVI - decidir sobre processos sobre o aproveitamento de estudos, adaptações, dispensa de módulos, justificativa de faltas, revisão de provas e provas substitutivas, ouvidos os professores envolvidos e os interessados, sempre que necessário, na forma da legislação, bem como receber e decidir sobre todo e qualquer requerimento protocolado em nome do curso;

XVII - Participar, ativamente, do processo de controle da evasão e da inadimplência, sugerindo medidas e alternativas para a tomada de decisões;

XVIII - Participar, ativamente, do processo de divulgação do curso, estabelecendo parcerias para viabilização de estágios e prestação de serviços;

13.2.3. Efetiva dedicação à administração e à condução do curso

O coordenador do curso tem regime de trabalho em período integral, dedicando 20h semanais à administração e à condução do curso. O horário de trabalho é de 8h às 12h e de 14h às 18h o que possibilita amplo acesso à comunidade acadêmica sem comprometer as demais atribuições definidas no Regimento de Graduação (Resolução n.^{0} 177, de 20 de janeiro de 2017) para a coordenação do curso. O atendimento aos professores e estudantes é realizado rotineiramente durante o turno das aulas, podendo ainda, por requerimento de estudantes ou professores, se dar em outro horário.

Deve-se ressaltar que a carga horária do coordenador é compatível com o quadro de 20 docentes, e com o número de estudantes do curso. Além disso, seu horário de trabalho condiz com o turno de funcionamento do curso (18h40min às 22h). Há também total compatibilidade com os horários das demais unidades administrativas da UFOPA, não havendo prejuízo dos trabalhos em decorrência da carga horária e horário de trabalho do coordenador.

Os estudantes têm a oportunidade de se comunicar pela internet, via e-mail no site da UFOPA, ou endereçamento eletrônico pessoal do coordenador, de conhecimento da comunidade acadêmica do curso.

13.3. ARTICULAÇÃO DA GESTÃO DO CURSO COM A GESTÃO INSTITUCIONAL

Com o objetivo de deliberar sobre os assuntos em pauta, planejar ações, discutir processos e aproximar a administração, haverá reuniões periódicas da Direção Acadêmica com a coordenação de curso, oportunidade em que serão deliberadas as ações, nivelados conhecimento, prestadas informações e orientações, o que possibilitará realimentações e coletas de dados que subsidiem tomadas de decisão superior.

O coordenador de curso participará das discussões para a elaboração do Planejamento Estratégico do CFI e é membro nato do Conselho Acadêmico do CFI.

O relacionamento com o setor de Tecnologia da Informação (TI) deve ser produtivo, considerando as necessidades do curso relativas aos laboratórios, cujo suporte diário é dado pela TI. O atendimento e supervisão dos laboratórios em horários em que não há aula são realizados também pelo mesmo setor.

Haverá também articulação com o pessoal da biblioteca, para verificação e atualização do acervo quanto à quantidade de títulos e de exemplares, que resultam na ótima relação estudantes/exemplares apresentada pela UFOPA.

Com a área administrativa a articulação se dará por intermédio da Direção Acadêmica a quem os assuntos são levados solicitando providências.

Com as demais coordenações, além das reuniões semanais, haverá articulação sempre que necessário para a realização de eventos conjuntos ou resolução de problemas comuns.

14. IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES NO PDI E NO PPI, NO ÂMBITO DO CURSO

Em conformidade com o preconizado no PPI, no PDI e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) n.º 9394/96, o CFI reconhece a interdependência dos processos de ensino, pesquisa e extensão e defende o desenvolvimento de atividades que conduzam à produção de conhecimento; defende, também, práticas pedagógicas articuladas ao processo ensino-aprendizagem e métodos de avaliação diversificados. Neste contexto, o curso de BICA pauta-se pelo princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que se busca alcançar mediante as seguintes práticas:

a) Interação entre teoria e prática.

b) Atualização constante do projeto pedagógico de curso.

c) Qualificação dos docentes.

d) Uso sistemático da biblioteca e dos laboratórios

e) Incorporação da tecnologia no processo de formação do acadêmico.

Com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da pesquisa, a coordenação do curso adota mecanismos de estímulo aos professores, em conjunto com o coordenador do Núcleo de Produção Científica, possibilitando a efetiva realização dessa atividade, sem prejuízo de seu trabalho no campo do ensino.

A formação de pessoal docente é outra preocupação da coordenação do curso. Neste sentido, os professores têm oportunidade de participar de curso de pós-graduação ofertado pela própria unidade acadêmica.

A avaliação dos Planos de Ensino e do Projeto Pedagógico do Curso, realizada em conjunto por professores e coordenador é oportunidade de crescimento e de formação. Em consonância com as políticas institucionais constantes no PDI e no PPI, o curso de BICA oferece em todos os semestres, palestras, oficinas e cursos, além de realizar anualmente a Semana Interdisciplinar, destinada ao debate de temas científicos fomentados no curso de maneira interdisciplinar.

O coordenador também verifica juntamente com os professores a necessidade de aquisição de livros, seja para ampliar a quantidade de exemplares de títulos que já constam do acervo da faculdade, seja para atualizar o acervo da biblioteca adquirindo novos títulos.

Relativamente aos estudantes transferidos de outras IES para a UFOPA, especificamente para o BICA, o coordenador do curso oferece orientação e aconselhamento, visando esclarecê-los, convenientemente, sobre as diferenças de currículos e conteúdos e sobre o quadro de adaptações a que se sujeitarão.

15. Articulação do colegiado do curso com os colegiados superiores da instituição

A articulação do colegiado do curso de BICA do CFI com os colegiados superiores da Ufopa se dá conforme previsto no Regimento Interno, por intermédio do coordenador do curso que é membro nato do Conselho do CFI. Assim, sempre que necessário, as questões relacionadas ao curso são tratadas pelo Conselho Superior mediante solicitação do coordenador do curso ou de qualquer de seus membros. O Conselho do CFI funciona também como instância homologativa e recursal das decisões tomadas pelo Colegiado de Curso.

16. ARTICULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC – COM O PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

De acordo com as orientações emanadas do Ministério da Educação – MEC, as Instituições de Educação Superior (IES) devem dar importância ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Pedagógico de Curso (PPC) e Currículo como documentos nos quais explicitem seu posicionamento a respeito da sociedade, da educação e do ser humano, assegurando o cumprimento de suas políticas e ações.

Neste contexto, os projetos, o plano e o currículo, muito mais que documentos técnico-burocráticos, devem se constituir em instrumentos de ação política e pedagógica que garantam aos discentes uma formação global e crítica de modo a capacitá-los de competências e habilidades, e a proporcionar o desenvolvimento pessoal para o pleno exercício da cidadania.

O projeto pedagógico do curso foi desenvolvido de forma conjugada com o PPI, considerando que, apesar da diversidade de caminhos, não há distinção hierárquica entre eles, devendo ambos constituir um processo dinâmico, intencional, legítimo, transparente, em constante interconexão com o contexto da UFOPA. De igual modo o PDI, em consonância com o PPI, apresenta a forma como a UFOPA pretende concretizar seu projeto educacional, definindo as metas a serem alcançadas nos períodos de tempo definidos, e os recursos humanos e materiais necessários à manutenção e ao desenvolvimento das ações propostas. O PPI, PDI, PPC e o Currículo, este como parte integrante do PPC, foram elaborados, analisados e avaliados respeitando as características da UFOPA e da região amazônica onde está inserida.

O projeto pedagógico do curso foi desenvolvido de forma conjugada com o PPI e o PDI. Assim, sem se afastar das orientações presentes nas diretrizes curriculares do MEC, o PPC deriva das políticas e diretrizes emanadas do PPI e PDI, guardando com estes estreita relação.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFOPA, integrado à missão da instituição, reúne estrategicamente os eixos de planejamento, gestão e avaliação, tornando-se referência para a organização e o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

O Projeto Pedagógico Institucional orienta-se em princípios traduzidos pela articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão e pela integração comunitária, envolvendo as esferas discente, docente e administrativa.

A avaliação institucional tem sido uma preocupação da UFOPA e vem sendo entendida como responsabilidade coletiva, tornando-se um processo de aperfeiçoamento da qualidade do desempenho acadêmico, do planejamento da gestão e do relacionamento com a sociedade. A avaliação institucional levada a efeito na UFOPA atende ao que rege a Lei 10.861 de 14 de abril de 2004 que instituiu o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

17 COERÊNCIA DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO E DO CORPO DOCENTE COM A PROPOSTA CURRICULAR

De acordo com o PDI, o perfil do corpo técnico administrativo em educação e de gestão do CFI/UFOPA é coerente com a proposta curricular do curso de BICA, que se preocupa em oferecer uma educação de qualidade, voltada para a formação do cidadão crítico e atuante. O seu quadro de profissionais é composto por pessoas qualificadas. Além disso, o CFI busca oferecer aos funcionários formação permanente e em serviço, por meio de cursos de aperfeiçoamento e/ou pós-graduação.

18. CORPO DOCENTE: QUADRO DE PROFESSOR POR DISCIPLINA

A seguir, o quadro de docentes permanentes do curso de BICA do CFI-Ufopa e Distribuição por componente curricular:

Nº	Docente	Disciplinas	Unidade Acadêmica
01	Ana Cristina Alves Garcêz	Estatística I; Estatística II	CFI
02	Andrei Santos de Moraes	OEC; Semiótica; Filosofias latino-americanas ; leitura e produção textual; Práticas Extensionistas Interdisciplinares I; Práticas extensionistas II	CFI
03	Cristina Vaz Duarte da Cruz	Semiótica ; Leitura Produção textual	CFI
04	Dennison Célio de Oliveira Carvalho	Estatística Básica I; Estatística Básica II.	CFI
05	Doriedson Alves de Almeida	Tecnologias de Informação e Comunicação; Estado, sociedade e poder; TCC II	CFI
06	Francinara Silva Ferreira	Tecnologia da Informação e comunicação; SINT; IBR;	CFI
07	Iani Dias Lauer Leite	SND e IBR, Práticas Extensionistas Interdisciplinares I e II; TCC I e II.	CFI
08	Iracenir Andrade dos Santos	EIA; IBR I; IBR II; IBR III; SINT I; Biodiversidade e florestas; Avaliação de Impactos Ambentais; TCC I; TCC II; Práticas Extensionistas Interdisciplinares I; Práticas extensionistas II	CFI
09	Itamar Rodrigues Paulino	OEC; Práticas Extensionistas I; Práticas Extensionistas II; Filosofias Latino-americanas; Saúde Coletiva e Hábitos Culturais; Tópicos Interdisciplinares de Cultura, Identidade e Memória.	CFI
10	José Mauro Sousa de Moura	EIA; ECOLOGIA; TCC II; Práticas Extensionistas Interdisciplinares I; Práticas extensionistas II; Serviços ambientias.	CFI
11	Lázaro João Santana da Silva	Projeto de Energia Solar; Energia Solar Fotovoltaica	IEG
12	Leônidas Luiz Volcato Descovi Filho	Ciência da Terra e Formação Geológica	IEG
13	Lígia Meres Valadão	SND e saúde coletiva e Hábitos culturais; TCC I; TCC II; Práticas Extensionistas Interdisciplinares I; Práticas extensionistas II	CFI
14	Maria Francisca de Miranda Adad	Economia Ecológica ; Tecnologias limpas; Tecnologias da Informação e da Comunicação, Semiótica, Estado, Sociedade e Poder, IBR, SINT, Práticas Extensionistas Interdisciplinares, Produção textual, TCC I , TCC II.	CFI
15	Nelcilene da Silva Palhão Cavalcante	SND; TCC I; TCC II; Educação Ambiental e Amazônia; Desenvolvimento Sustentável e o contexto Amazônico	CFI
16	Pérsio Scavone de Andrade	SND; TCC II.	CFI

17	Raimundo Valdomiro de Sousa	OEC, História Social da Amazônia; TCC I; TCC II; História da Amazônia e Políticas territoriais;	CFI
18	Ricardo Scoles Cano	EIA; TCC I; TCC II; Gestão de áreas protegidas; Biodiversidade e Florestas; Ecologia Política; Ecologia; Práticas Extensionistas Interdisciplinares I; Práticas extensionistas II	CFI
19	Roberto do Nascimento Paiva	Semiótica e Leitura Produção textual; TCC I; TCC II; Práticas Extensionistas Interdisciplinares I; Práticas extensionistas II	CFI
20	Rodrigo Freitas Costa Canal	OEC; Práticas Extensionistas Interdisciplinares I; Práticas extensionistas II	CFI
21	Rubens Elias da Silva	Sociedade, Natureza e Desenvolvimento; Desenvolvimento Sustentável e o Contexto Amazônico; IBR II ; Políticas Públicas e Gestão de Recursos Naturais ; TCC I; TCC II; Práticas Extensionistas Interdisciplinares I; Práticas extensionistas II	CFI
22	Sandra Maria Sousa da Silva	Interfaces do Turismo, Capital Social e Sustentabilidade ; TCC I; TCC II; Estudos Integrativos da Amazônia 2- IBR 3 - Desenvolvimento Sustentável e o Contexto Amazônico 4 - Educação Ambiental e Amazônia 5 - Gestão de Áreas Protegidas; Práticas Extensionistas Interdisciplinares I; Práticas extensionistas II 6 - Práticas Extensionistas Interdisciplinares I; Práticas extensionistas II	CFI
23	Síria Lisandra Barcelos Ribeiro	Estudos Integrativos da Amazônia; TCC I; TCC II; Gestão de Áreas Protegidas; Práticas Extensionistas Interdisciplinares I; Práticas extensionistas II	CFI
24	Tulio Chaves Novaes	Direito Ambiental	ICS

O corpo docente do BICA é constituído por professores com formação nas diferentes áreas do conhecimento envolvidas no curso. O acompanhamento das atividades docentes e da execução curricular se dá de diversas formas:

- Por meio da avaliação institucional, oportunidade em que os discentes anonimamente avaliam os docentes quanto a aspectos de didática, cumprimento do plano de ensino, responsabilidade e compromisso com o processo ensino-aprendizagem etc.
- Por intermédio de reuniões com os representantes de turma;
- Em reuniões programadas do Colegiado do Curso.

18.1. ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

O corpo docente do curso de BICA apresenta formação adequada às suas atividades. Os profissionais possuem experiência acadêmica, demonstrada pelo tempo de atuação no Magistério Superior.

Docentes permanentes do curso de BICA, titulação e regime de trabalho

Nº	DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	INSTITUTO
01	Ana Cristina Alves Garcêz	Mestre	DE	CFI
02	Andrei Santos de Moraes	Doutor	DE	CFI
03	Cristina Vaz Duarte da Cruz	Doutora	DE	CFI
04	Dennison Célio de Oliveira Carvalho	Doutor	DE	CFI
05	Doriedson Alves de Almeida	Doutor	DE	CFI
06	Francinara Silva Ferreira	Mestra	Substituta	CFI
07	Iani Dias Lauer Leite	Doutora	DE	CFI
08	Iracenir Andrade dos Santos	Doutora	DE	CFI
09	Itamar Rodrigues Paulino	Doutor	DE	CFI
10	José Mauro Sousa de Moura	Doutor	DE	CFI
11	Lígia Meres Valadão	Doutora	DE	CFI
12	Maria Francisca de Miranda Adad	Doutora	DE	CFI
13	Nelcilene da Silva Palhão Cavalcante	Doutora	DE	CFI
14	Pérsio Scavone de Andrade	Doutor	DE	CFI
15	Raimundo Valdomiro de Sousa	Doutor	DE	CFI
16	Ricardo Scoles Cano	Doutor	DE	CFI
17	Roberto do Nascimento Paiva	Doutor	DE	CFI
18	Rodrigo Freitas Costa Canal	Doutor	DE	CFI
19	Rubens Elias da Silva	Doutor	DE	CFI
20	Sandra Maria Sousa da Silva	Doutora	DE	CFI
21	Síria Lisandra Barcelos Ribeiro	Doutora	DE	CFI

Na atribuição de módulos ao corpo docente é levado em consideração seu perfil acadêmico e profissional, princípio fundamental para o bom desenvolvimento e integração no curso. Quanto à titulação, o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais possui em seu corpo docente 20 professores(as) efetivos(as) , sendo: 19 (dezenove) doutores(as) e 01 (uma) mestra, esta última está concluindo o doutoramento. Ou seja, são 95% de doutores(as) e 5% de mestra. Atualmente, temos no quadro uma professora mestra contratada temporariamente.

18.2. POLÍTICA E PLANO DE CARREIRA

O Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Superior Federal, conforme o Artigo 1º da Lei nº 12.772, de 28/12/2012, relativo a profissionais habilitados em atividades acadêmicas próprias do pessoal docente no âmbito da educação superior, é estruturado nas seguintes classes:

- Classe A, com as denominações de: a. Professor Adjunto A, se portador do título

de doutor; b. Professor Assistente A, se portador do título de mestre; ou c. Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista.

- II- Classe B, com a denominação de Professor Assistente.
- III- Classe C, com a denominação de Professor Adjunto.
- IV- Classe D, com a denominação de Professor Associado.
- V- Classe E, com a denominação de Professor Titular.

O desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior, ainda de acordo com a Lei nº 12.772, de 28/12/2012, em seu Artigo 12, ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. A progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e a promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente. A progressão funcional na carreira observará, cumulativamente, o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível, juntamente a aprovação em avaliação de desempenho. Com respeito a promoção, esta se dará observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, aprovação em avaliação de desempenho e sob as condições específicas para cada classe, determinadas no regulamento.

18.3. CRITÉRIOS DE ADMISSÃO

O ingresso na carreira de Magistério Superior da UFOPA se dá mediante a habilitação em concurso público de provas e títulos, sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, conforme o disposto na Lei n° 12.772, de 28/12/2012 e na Resolução CONSUN/UFOPA n° 49, de 27/03/2014, que disciplina a realização de concurso público para este fim. O concurso público para ingresso na carreira de Magistério Superior da UFOPA ocorre em duas etapas. A Primeira Etapa consiste nas provas escrita, didática e prova prática ou experimental, nessa ordem e todas de caráter eliminatório e classificatório e, a Segunda, compreende a Prova de Memorial e o Julgamento de Títulos, de caráter apenas classificatório.

A Prova Escrita, com duração de 04 (quatro) horas, versa sobre um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso, e tem peso 02 (dois) para o cálculo da média final e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. A nota mínima 7,0 (sete) classifica o candidato para a fase seguinte. Os critérios avaliados serão a apresentação (introdução, desenvolvimento e conclusão), o conteúdo e o desenvolvimento do tema (organização, coerência, clareza de ideias, extensão, atualização e profundidade) e a linguagem (uso adequado da terminologia técnica, propriedade, clareza, precisão e correção gramatical).

A Prova Didática, com duração entre 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, consiste na apresentação oral pelo candidato, de um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso. Os critérios avaliados são a clareza de ideias, a atualização e a profundidade de conhecimentos na abordagem do tema, o planejamento e a organização da aula e os recursos didáticos utilizados. O peso para o cálculo da média final é 03 (três) e a pontuação mínima necessária para classificação para a fase seguinte é 7,0 (sete). A Prova Prática ou Experimental, caso seja necessário, constará da realização de experimento, demonstração ou execução de métodos e técnicas específicas ou apresentação de um projeto, no tempo máximo de 04 (quatro) horas.

A Prova de Títulos, o candidato entrega à comissão de concurso o memorial contendo a formação escolar, as atividades acadêmicas, as experiências e expectativas profissionais e a proposta de trabalho na UFOPA para atividades de ensino, pesquisa e extensão, com objetivos e metodologia. O memorial é defendido em sessão pública, com duração de 30 (trinta) minutos, tem peso 02 (dois) para o cálculo da média final do concurso e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. Por fim, o Julgamento dos Títulos é realizado por meio do exame do currículo Lattes, devidamente comprovado, pontuando-se os seguintes grupos de atividades: Formação Acadêmica, Atividades Didáticas, Atividades Técnico-Profissionais e Produção Científica, Artística, Técnica e Cultural. Esta etapa tem peso 03 (três) para o cálculo da média final da nota do concurso.

18.4. PLANO DE QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA

Com respeito ao Plano de Carreira Docente, parte de seu projeto institucional, a UFOPA pronuncia seu posicionamento sobre questões relacionadas à qualificação e ao aperfeiçoamento de seu corpo docente na Resolução CONSUN/UFOPA nº 55, de 22/07/2014, conforme descrito nos seguintes Artigos: - Art. 216. A UFOPA promoverá o aperfeiçoamento, a qualificação e o desenvolvimento permanente do seu pessoal docente por meio de cursos, seminários, congressos, estágios, oficinas e outros eventos. - Art. 217. Fica garantido aos docentes o direito à liberação de carga horária para realização de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* na própria Instituição ou em outra instituição de ensino superior, conforme Resolução do CONSEPE. - Art. 218. A UFOPA poderá destinar bolsa de capacitação e/ou qualificação, conforme disponibilidade de dotação orçamentária, aos docentes que cursarem Pós-Graduação *stricto sensu*. - Art. 219. A Universidade poderá admitir, por prazo determinado, para o desempenho de atividades de Magistério, professores temporários, em conformidade com a legislação vigente.

18.5. APOIO A PARTICIPAÇÃO EM EVENTO

A UFOPA apoia a participação dos docentes dos cursos de graduação nos eventos técnicos e científicos por intermédio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica (PROPPIT), Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN), Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (PROCCE) e, particularmente, no caso dos docentes permanentes do Curso de BICA, o apoio parte da Direção do Centro de Formação Interdisciplinar (CFI), ao qual o curso está vinculado.

18.6. INCENTIVO À FORMAÇÃO/ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA DOS DOCENTES

As Unidades elaboram um plano de capacitação e qualificação de seus servidores, de maneira que possa liberar seus servidores para atividades de formação e atualização sem comprometer o desenvolvimento das atividades. Recursos são destinados do orçamento administrado pelo CFI para essa atividade de capacitação e atualização pedagógica, conforme prevê o Regimento Geral da UFOPA (Resolução nº 55, de 22 de Julho de 2014), Art. 217 e 218

supramencionados.

18.7. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

Além do trabalho na docência superior, 25% dos docentes do CFI coordenam programas de Mestrado na Ufopa e pelo menos 40% desenvolvem atividades de ensino nos cursos de mestrado da Ufopa. Docentes do CFI criaram o Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ), que funciona no CFI, com o apoio de professores das demais unidades acadêmicas da Ufopa. O CFI foi criado para trabalhar a interdisciplinaridade na Ufopa, o que exigiu desde o início o empenho dos docentes para exercitarem o ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva interdisciplinar. isso facilitou a contratação de professor de diversas áreas do conhecimento, o que favorece a criação de curso com o perfil do BICA.

18.8. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

Dos 20 professores que formam o quadro de pessoal docente do CFI 60% entraram na Ufopa até 2010, 35% em 2012 e somente 5% em 2014. Quase todos já exerceram atividades de docência no ensino superior antes de ingressar na Ufopa, ou como professor temporário nas Universidades públicas federais ou nas faculdades e/ou centros universitários privados.

18.9. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA E TECNOLÓGICA

No ano de 2018, segundo dados fornecidos pela PROPIT, os professores do CFI tem um total de 74 produções, sendo 1 de ciências agrárias, 1 de ciências biológicas, duas de ciências humanas e 69 das demais áreas. 12 artigos publicados em periódicos, 3 capítulos de livro, 1 livro, 2 artigos em jornal ou revista, 1 artigo aceito para publicação. 33 participação em banca de trabalho de conclusão, 5 orientações de dissertações concluídas.

19. COERÊNCIA DO CORPO DOCENTE COM A PROPOSTA CURRICULAR

A formação dos docentes do programa é adequada à proposta curricular, uma vez que suas formações contemplam os módulos que ministram. A atuação desses justifica-se pela importância de contar com a contribuição das diferentes áreas do conhecimento, tendo em vista a amplitude do mesmo. Na atribuição de módulos ao corpo docente, é levado em conta o perfil acadêmico e profissional do docente quanto à compatibilidade de seus conhecimentos e experiências em relação ao conteúdo a ser desenvolvido, ponto este que é fundamental para o bom desempenho e integração no curso.

19.1. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO: ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO CURSO

O envolvimento e atuação do corpo técnico administrativo em educação nas atividades do curso se deve à gestão administrativa e acadêmica do CFI, responsáveis também pela preservação de documentos e encaminhamento dos processos da universidade.

20. INFRAESTRUTURA

20.1. INFRAESTRUTURA: INSTALAÇÕES FÍSICAS

A infraestrutura da UFOPA está apresentada nesta seção, mostrando o inventário global de salas de aula, laboratórios, biblioteca e acervo etc. A UFOPA dispõe de amplas e modernas instalações, devidamente adequadas para o desenvolvimento das atividades de ensino com qualidade.

Situado na Avenida Mendonça Furtado, 2946, Bairro Fátima, Unidade Amazônia, Campus Santarém, UFOPA, acolhe o Centro de Formação Interdisciplinar, proponente do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais. Assim, o CFI procura desenvolver esforços de forma continuada que buscam a qualidade na prestação de serviços educacionais. O processo de investimento, ainda que limitado na composição das estruturas físicas, de equipamento e de pessoal, proporciona dinamismo no ambiente da Instituição e no processo de ensino-aprendizagem.

20.2. INSTALAÇÕES DO CFI

O CFI está instalado em prédio de seis pavimentos, que tem a infraestrutura física moderna, arejada e composta por:

- 10 Salas de aula, arejadas, iluminação própria e janelada, carteiras estofadas, quadro branco e central de ar condicionado;
- 06 Gabinetes - Coordenações de módulos
- 01 Gabinete - Direção Geral
- 01 Gabinete - Coordenação Acadêmica
- 01 Gabinete - Coordenação Administrativa
- 01 Secretaria Acadêmica
- 01 Sala dos Professores
- 02 Elevadores
- 01 Gabinete - Pós-graduação e Projetos
- 01 Auditório com 300 lugares
- 01 Laboratório de Informática (LABIN)
- 01 Laboratório de Tecnologia da Informação e Comunicação
- 01 Laboratório Oficyber
- 01 Laboratório de Aprendizagem Ativa
- 01 Laboratório de Análises Qualitativas (LACQUA)
- 01 Laboratório de Cultura, Identidade e Memória na Amazônia.
- 02 Sanitários Femininos
- 02 Sanitários Masculinos
- Amplo estacionamento
- Salas individuais para os professores(as) que trabalharão em horário integral.

20.3. BIBLIOTECA

20.3.1. Espaço Físico

A Biblioteca da UFOPA é um órgão suplementar subordinada à Reitoria, da Universidade Federal do Oeste do Pará, e possui Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI), composto por três unidades no campus sede, Santarém, funcionando nas unidades Rondon (Central), Tapajós e Amazônia (setoriais) e, nos campi de Oriximiná e Óbidos. O Sistema de Bibliotecas visa oferecer condições de funcionamento sistêmico das Bibliotecas da UFOPA com suporte informacional ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão, sendo planejado para atender necessidades de estudo e pesquisa da comunidade acadêmica e local, facilitar o acesso à pesquisa, estimulando seu desenvolvimento por meio de diversos tipos de documentos convencionais e não convencionais.

No campus sede, a UFOPA possui uma biblioteca instalada em cada uma das unidades acadêmicas, todavia a maior e mais equipada está na Unidade Rondon (Biblioteca Ruy Barata), que possui 372,8 m² em dois pavimentos. No térreo estão situadas as obras para consulta, no mezanino estão instaladas a administração da biblioteca, salas individuais de estudo, sala coletiva de estudo e 05 computadores com acesso à internet. Vale destacar que a rede wireless na Unidade Rondon é aberta a todos os estudantes, tendo estes a preferência em fazer uso de seus computadores pessoais para pesquisas acadêmicas.

A biblioteca foi planejada para atender a comunidade acadêmica e facilitar o acesso à pesquisa, estimulando seu desenvolvimento por meio dos diversos tipos de documentos convencionais e não convencionais. Oferece infraestrutura bibliográfica necessária às atividades de ensino, pesquisa e extensão, com um acervo que se expande rapidamente para atender as necessidades da própria Instituição, e da comunidade local.

Desta forma, a biblioteca está acessível aos estudantes, professores e funcionários. O ambiente favorece o convívio com livros, periódicos e outros materiais bibliográficos e audiovisuais, proporcionando o necessário embasamento e a complementação dos conhecimentos ao ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos na UFOPA.

A área física da biblioteca, Unidade Amazônia, é de 335 m². Ela conta com acervo de livros, de periódicos e de multimeios. A biblioteca também dispõe de acomodações adequadas para os usuários, bem como de mobiliários padronizados para acomodação do acervo. As condições ambientais podem ser descritas como favoráveis. A iluminação é bem distribuída e a umidade do ar controlada.

20.3.2. Descrição do Acervo

O acervo das Bibliotecas – setoriais e central – é composto de títulos e exemplares de materiais convencionais (livros, artigos etc.) e não convencionais (fitas de vídeo, CD-ROM, periódicos, mapas, globo. Para o preparo técnico do material bibliográfico é adotado como parâmetro a CDU (Classificação Decimal Universal), catalogação simplificada e adaptada às necessidades do usuário.

A Biblioteca Central possui títulos de periódicos nacionais e estrangeiros, oriundos de compra, doação e permuta; bases de dados em CD-ROM em diversas áreas. Seu acervo

inclui 12.500 títulos de livros com 30.356 exemplares, 336 títulos de periódicos que somam 5.142 exemplares, 579 títulos de audiovisuais com 640 exemplares. A biblioteca da Unidade Amazônia possui acervo com 2.993 títulos e 11.190 exemplares, e 96 títulos periódicos com 325 exemplares, com assinaturas semanais, mensais e semestrais. A biblioteca da Unidade Tapajós tem acervo de 1.353 títulos e 5.070 exemplares, 40 títulos periódicos, com assinaturas semanais, mensais e semestrais.

A produção acadêmico-científica da Instituição (monografias, teses, dissertações etc.) está disponível em formato impresso para pesquisas em todas as unidades setoriais. Com a informatização do acervo, posteriormente, o serviço será disponibilizado também em formato *on line*, na Internet.

20.3.3. Tecnologia da Informação e comunicação no processo Ensino-aprendizagem Tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e inovação tecnológica

As mudanças causadas pelas transformações no padrão tecnológico à nível mundial, convergem para uma sociedade caracterizada pela importância crescente dos recursos tecnológicos e pelo avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) do qual as Instituições de Ensino superior não podem abrir mão. No intuito de buscar uma melhor qualidade nos cursos de graduação, é notória a progressiva aplicação e abrangência das TICs, sobretudo com o uso da Internet nos diferentes componentes curriculares. Com a difusão e o uso de novas tecnologias de informação e comunicação nas práticas educacionais, ocorreram mudanças na produção de materiais didáticos e nas metodologias de ensino-aprendizagem. Os materiais didáticos produzidos com o uso de novas tecnologias de informação e comunicação permitem que, no processo de ensino-aprendizagem, docentes, tutores, discentes, Institutos e Universidade tenham mais interatividade. A Ufopa incentiva a incorporação de diversas possibilidades das novas tecnologias tais como: portal, áudios, vídeos e textos digitalizados e disponibilizados em meios eletrônicos, utilização de blogs, listas de discussão online, redes sociais, chats, fóruns entre outros.

Para as aulas ministradas pelos docentes do Curso de BICA são disponibilizados pelo CFI aos docentes, equipamentos como data show, notebooks, equipamentos de áudio, softwares livres de cunho didático para auxílio e complementação do aprendizado dos discentes. A comunidade acadêmica possui acesso à rede Wi-Fi em todos os endereços de oferta da Ufopa, existindo inclusive uma rede para acesso exclusivo dos estudantes. Dentro das dependências da Ufopa todos os discentes têm acesso livre a uma rede sem fio específica para alunos, com acesso ao Portal de Periódicos CAPES.

O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas –SIGAA – possibilita ao discente gerenciar seu processo de ensino-aprendizagem, tendo acesso às suas informações cadastrais, histórico acadêmico, disciplinas ofertadas, comprovante de matrícula, mapas de notas e frequências, rendimento acadêmico, entre outros.

Ainda o SIGAA pode ser utilizado por docentes como instrumento de suporte pedagógico, posto que ele pode interagir com os alunos inserindo seu plano de curso, materiais, artigos, criar comunidades de discussão através de fóruns ou chat’s ou até ministrando aula para

uma clientela específica através do modo tutorial. O acervo de multimídia está sendo ampliado, estando disponível para a comunidade acadêmica por empréstimo, a saber: ao corpo docente pelo prazo de até quinze dias e para o corpo discente e funcionários sete dias.

Os desafios para o desenvolvimento da Amazônia requerem tecnologias inovadoras capazes de agregar valor econômico aos recursos naturais da região e de revertê-lo em benefícios à população local. Considerando-se a Inovação, como uma das atividades-fim juntamente com o ensino, pesquisa e extensão, e o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), como um dos instrumentos que estimula a transferência de tecnologia e permite ações de cooperação entre Governo, Empresa e Instituições de Ciência e Tecnologia, previsto na Lei de Inovação (Lei nº 10.973, de 02/12/2004), a UFOPA trabalha na criação de ambientes favoráveis à inovação e transferência de tecnologia, discute a implantação de um Parque de Ciência e Tecnologia do Tapajós, investimento este que talvez dependa mais das instituições de financiamento e da iniciativa privada, mas que a Ufopa tem papel importante na contribuição teórica e tecnológica para a efetivação de tal empreendimento. É previsto que o Parque do Tapajós abrigará uma incubadora, um condomínio de empresas de base tecnológica e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, visando o fomento de economias baseadas no conhecimento científico e na cultura do empreendedorismo e da inovação, bem como a construção e modernização da infraestrutura da Unidade Tapajós. No âmbito da formação no BICA a inovação estará integrada nas atividades de ensino, pesquisa, extensão, por meio dos componentes curriculares, dos projetos institucionais, do PET e da Empresa Junior.

20.3.4. Jornais e revistas

A biblioteca dispõe de assinaturas de jornais e revistas adequados à proposta do curso de bacharelado Interdisciplinar em ciências ambientais, e mantém atualizado seu acervo de livros.

20.3.5. Política de aquisição, expansão e atualização do acervo

A política de atualização volta-se para a manutenção do acervo bibliográfico e áudio visual atualizado e adequado ao currículo dos cursos de graduação, cursos técnicos, projetos de pesquisa e atividades de extensão. A atualização do acervo é realizada através de aquisições semestrais de novos títulos além de edições mais atualizadas dos títulos existentes. A aquisição de novas obras para implementar o acervo é feita de acordo com as solicitações dos coordenadores, professores, e usuários.

As aquisições são programadas para o início de cada semestre, mas quando uma necessidade é identificada pode haver aquisição de livros, periódicos ou material de apoio, fora da programação semestral, para garantir a estudantes e professores melhores condições de estudos e pesquisa. Também é realizado, periodicamente, um levantamento das necessidades de livros que precisam ser adquiridos, para que o acervo permaneça atualizado, atendendo assim aos padrões de qualidade exigidos.

O processo de aquisição da biblioteca passa pelas seguintes etapas:

- 1ª. Cada professor faz um levantamento dos livros necessários para sua disciplina;

- 2ª. Este levantamento é apresentado ao coordenador do curso que o encaminha, primeiramente, à biblioteca para conferência da existência ou não dos livros no acervo;
- 3ª. Posteriormente o coordenador do curso apresenta a listagem dos livros que necessitam ser adquiridos à diretoria acadêmica, que faz uma nova análise;
- 4ª. A diretoria acadêmica encaminha para a biblioteca e para a PROAD que autoriza a compra, semestralmente.
- 5ª. Por último, a bibliotecária envia os pedidos de livros para licitação junto às editoras e distribuidoras de livros.

O acervo bibliográfico da UFOPA atende os requisitos quantitativos e qualitativos exigidos pela LDB. Está devidamente atualizado e compostos por livros, periódicos, DVD, fitas cassetes, jornais e revistas. A maior parte do acervo é constituído de 1 (um) título para cada 7 (sete) estudantes, quantidade superior à recomendada pelo MEC que estatui 1 título para cada 10 estudantes nas bibliografias básicas.

20.3.6. Atualização do acervo no âmbito do curso

A expansão do acervo específico para o curso de BICA, já iniciada, será feita gradualmente, seguindo a proposta de bibliografia básica do presente projeto e de acordo com as necessidades e exigências do curso, por indicação dos coordenadores e professores, para atender à bibliografia básica do curso e à bibliografia complementar.

20.3.7. Horário de Funcionamento

O funcionamento da Biblioteca na Unidade Amazônia, para atendimento à comunidade acadêmica e à comunidade externa em geral, é de segunda a sexta-feira das 8h às 22h ininterruptamente, e aos sábados das 8h às 12h.

20.3.8. Serviços de biblioteca

A biblioteca possui acesso físico e virtual para consulta ao acervo, estando prevista, para os próximos semestres, a inclusão de outros serviços. Em geral, a biblioteca oferece os seguintes serviços:

- Orientação à pesquisa bibliográfica e *on line*;
- Serviço de apoio pedagógico de estudo e leitura de jornais e revistas no próprio recinto; empréstimo domiciliar;
- Empréstimo entre bibliotecas (do Sistema UFOPA);
- Orientação à normalização de trabalhos acadêmico-científicos;
- Pesquisa em audiovisuais;
- Acesso à Internet;
- Visita orientada;
- Elaboração de ficha catalográfica;
- Orientação do acesso às bases de dados nacionais e internacionais, disponíveis *on line* (bases referenciais e outras);
- Orientação à consulta ao Portal de Periódicos da CAPES e outros do gênero.

- Autosserviço de circulação (empréstimo, reserva e devolução);

Estão em fase de implantação os seguintes serviços na biblioteca da UFOPA:

- Informatização geral do acervo com Sistema de Segurança por rádio frequência/RFID;
- Acesso às normas da ABNT *on line*;
- Comutação bibliográfica nacional e internacional;
- C*lipping on line*/hemeroteca;
- Catálogos *on line* do acervo geral; Empréstimo entre bibliotecas (de outras Instituições);
- Pesquisa em bases de dados referenciais com foco nas áreas/programas da UFOPA;
- Blog da biblioteca;
- Link no portal da UFOPA;
- Autosserviço de guarda-volumes;
- Pesquisa no Kardex (periódicos *on line*);
- Catálogo *on line* com a produção acadêmico-científica da UFOPA;
- Promoção de atividades de extensão;
- Guia de bibliotecas, arquivos e museus de Santarém e Oeste do Pará.

O empréstimo de livros está informatizado, consulta e reserva de materiais. Para efetivar o empréstimo ou renovação o usuário deve estar em dia com o prazo de devolução do material já emprestado. Para cada empréstimo será permitida prorrogação, desde que não haja reserva para outro usuário. No caso de haver mais de uma reserva para a mesma obra, observar-se-á, rigorosamente a ordem cronológica das reservas.

O empréstimo domiciliar é facultado aos estudantes, professores e funcionários da UFOPA, inscritos na biblioteca. Os estudantes e funcionários têm a quota de retirada de 03 (três) livros por sete dias, enquanto os professores têm o prazo de quinze dias para a mesma quantidade de livros. A devolução do material emprestado deve ocorrer até o último dia do compromisso firmado entre o usuário e o serviço de empréstimo, de acordo com a data carimbada no livro ou impressa em recibo. A não devolução na data prevista implica em multa diária por livro, incluindo os sábados.

O uso do material de referência e periódicos fica limitado ao âmbito da biblioteca, exceto para utilização em sala de aula, quando houver solicitação do professor.

20.3.9. Pessoal técnico administrativo em educação da biblioteca

O quadro de pessoal em exercício na biblioteca é constituído por 4 (quatro) servidores, sendo 03 (três) bibliotecários e um assistente, e 4 (quatro) bolsistas. A biblioteca é dirigida por uma profissional graduada em biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará, e registrada no respectivo órgão de classe. No quadro de apoio à coordenação há 2 (dois) servidores bibliotecários e 01 (um) assistente, todos com nível superior.

20.4. DAS SALAS DE AULA

O prédio possui 16 (dezesseis) salas, com piso em porcelanato e iluminação fluorescente, com dimensão de 54,67 (cinquenta e quatro e sessenta e sete) m^2, dotadas de assentos universitárias estofados, janelas basculantes, quadro branco e ar condicionado.

20.5. DO AUDITÓRIO

Auditório central medindo aproximadamente 18,40m x 17,60m perfazendo um total de 323,84 m² estará disponível até julho deste ano, localizado no anexo térreo. Após esse período utilizaremos salas de aula, pois teremos apenas 1 turma no primeiro ano. A partir do final do ano de 2020 utilizaremos o auditório do Tapajós.

20.6. DA SALA DE COORDENAÇÃO DE CURSO

A coordenação de curso está equipada com os recursos necessários para o bom desenvolvimento das atividades: mesa de trabalho, estante, computador, telefone, cadeira executiva, duas cadeiras de interlocutor e arquivo, além de iluminação fluorescente e piso em porcelanato.

20.7. DA SALA DE DIREÇÃO DO CFI

A sala da Direção do CFI (n.º 486, Unidade Amazônia) está equipada com: mesa de trabalho e de reunião, 07 (sete) cadeiras, armário, computador e telefone. Conta com iluminação fluorescente, ar condicionado e banheiro individualizado. Seu atendimento deverá ser agendado junto a sua secretaria executiva (sala 484, Unidade Amazônia).

20.8. DA SALA DOS PROFESSORES EM TEMPO INTEGRAL

A sala de professores (sala 317, Unidade Amazônia) mede 28 (vinte e oito) m^2, possui mesa de reunião, 01 (um) computador com acesso à internet, armários individuais, quadro de avisos, estante. Esta sala está disponível em tempo integral ao corpo docente do curso de BICA desenvolverem suas atividades. Além disso dispomos de salas individuais para os professores que trabalharão em tempo integral e precisarão atender estudantes durante o trabalho.

20.9. DOS LABORATÓRIOS

20.9.1. Laboratório de informática

O laboratório de informática do CFI (sala 321, Unidade Amazônia) está voltado às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ele está equipado com softwares educativos que atendem a diversos cursos, programas e módulos da instituição. Ele possui aparelho de ar condicionado, bancadas ergonômicas, cadeiras de digitador, cabeamento estruturado e rede wifi, 24 (vinte e quatro) computadores, lousa digital e datashow, adequados às atividades de informática. A sua capacidade é para 24 (vinte e quatro) estudantes. O seu acesso se dá por meio de solicitação de reserva do espaço, sob responsabilidade da gestão administrativa do CFI, ou nos horários (definidos semestralmente, pois depende do calendário acadêmico) abertos ao público, acompanhado por monitor selecionado por edital da PROEN.

20.9.2. Laboratório de tecnologia da informação e comunicação

O laboratório de tecnologia da informação e comunicação (sala 323, Unidade Amazônia) tem a função de servir de espaço para o desenvolvimento de atividades técnicas vinculadas aos programas PIBIC e PIBEX no sentido de promover competências junto aos estudantes quanto à atividades de radiodifusão, por meio da Rádio Mocoronga. O laboratório conta com 3 (três) computadores, uma (01) TV 32', um (01), um (01) equipamento stream. O Prof. Dr. Doriedson Alves de Almeida é o seu responsável.

20.9.3. Laboratório Oficyber

O laboratório Oficyber (sala 323, Unidade Amazônia) tem por função servir de espaço para o desenvolvimento de atividades técnicas e treinamento de estudantes para atuação em redes sociais e uso de software livres. Ele está equipado com 12 (doze) computadores, com servidor próprio de acesso à internet. O Prof. Dr. Doriedson Alves de Almeida é o seu responsável.

20.9.4. Laboratórios de aprendizagem ativa

O laboratório de aprendizagem ativa (sala 319, Unidade Amazônia) tem a função de servir de espaço para o desenvolvimento de atividades técnicas interdisciplinares de pesquisa e extensão, em fase de implantação. Equipado com 3 (três) computadores, 1 (uma) TV de 32', 3 (três) mesas, lousa digital, 26 (vinte e seis) cadeiras. As técnicas administrativas em educação Joiciele Aquino Oliveira e Estelina da Silva Bento são as responsáveis pelo laboratório.

20.9.5. Laboratórios de análises qualitativas (LACQUA)

Este laboratório está organizado em dois ambientes: i) Espaço Crescer e Desenvolver: destinado às atividades do projeto Musicaliza Bebê, voltado para o desenvolvimento infantil, com computador, 6 (seis) armários, estante, 2 (dois) pianos elétricos, instrumentos de percussão e outros, destinados à musicalização infantil, câmera filmadora. ii) Espaço Criativo, destinado à discussão e análise de pesquisa qualitativa, com 3 (três) computadores, 3 (três) mesas, 4 (quatro) cadeiras, 2 (dois) armários, quadro de avisos, quadro magnético, mesa redonda, sala docente. A Profa. Dra. Iani Dias Lauer Leite é seu responsável.

20.9.6. Laboratório de cultura, identidade e memória na Amazônia (CIMALAB)

O laboratório de cultura, identidade e memória na Amazônia (sala 464, Unidade Amazônia) Com a função de servir de espaço para o desenvolvimento de atividades de formação e desenvolvimento de habilidades e competências para o trato com a cultura amazônida, está equipado com 03 (três) computadores, scanner, 2 (duas) impressoras, 3 (três) gravadores de voz, câmera filmadora, 03 (três) câmeras fotográficas, datashow, 02 (dois) notebooks, martelo geológico, trena, trado, GPS. O Prof. Dr. Itamar Paulino Rodrgues é o seu responsável.

21. INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

Segurança na Ufopa não é problema. A segurança é realizada por uma empresa terceirizada sendo supervisionada pela Diretoria de Segurança vinculada à Superintendência de Infraestrutura. Na Unidade Amazônia onde se localiza o curso de BICA há os postos de serviço, a saber:

- Das 07 horas às 19 horas: 2 postos de agentes de portaria nos acessos ao prédio. 1 agente de portaria rondante; 1 vigilante armado; 1 supervisor de agente de portaria.
- Das 19horas às 7horas: 2 postos de vigias (sem armas); 2 postos de vigilantes armados; 1 supervisor de vigilância; 1 supervisor de vigia; Ronda circular da PM nos arredores.

REFERÊNCIAS

ANFOPE. Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. ENCONTRO NACIONAL, 9. *Documento final*. Brasília: 1998.
_____. ENCONTRO NACIONAL, 10. *Documento final*. Brasília, 2000.
_____. ENCONTRO NACIONAL, 11. *Documento gerador*. Florianópolis, 2002.

ALARCÃO, Isabel (org.). *Formação reflexiva de professores. Estratégias de supervisão.* Porto: Porto, 1996.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação.* São Paulo: Moderna, 2004.

AZANHA, José Mário Pires. *A formação do Professor e outros escritos*. São Paulo: SENAC, 2006.
_____. *Planos e Políticas de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão*. In MENESES, J. G. de C ET alii. *Educação básica: políticas, legislação e gestão – leituras.* São Paulo: Pioneiras Thompson Learning, 2004.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira.* 4ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

_____. *A Reconstrução Educacional no Brasil. Ao povo e ao governo. O manifesto dos pioneiros da educação nova.* São Paulo: Nacional, 1932.

BAZZO, Vera Lúcia. *Os institutos superiores de educação ontem e hoje.* In *Educar,* Curitiba: UFPR, ano, n. 23, 2004, p. 267-283.

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes. BIANCHI, Roberto & ALVARENGA, Marina. *Orientação para Estágio em Licenciatura.* São Paulo, Pioneira Thomson Learning: 2005.

BRZEZINSKI, I. *Embates na definição das políticas de formação de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do Ensino Fundamental: respeito à cidadania ou disputa pelo poder?* In *Educação & Sociedade*, Campinas, ano 20, n. 68, dez.1999, p. 88-108.

CARNEIRO. Moaci Alves. *LDB fácil: leitura crítico-contemporânea artigo por artigo.* 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARVALHO, Guido Ivan (org.) *Ensino Superior – legislação e jurisprudência*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975 – 4 vols.

CONTRERAS, José. *La autonomia del profesorado*. Madri: Morata, 1997.

EYNG, Ana Maria & GISI, Maria Lourdes (orgs). *Políticas e Gestão da Educação Superior: desafios e perspectiva.* Ijuí, Unijuí: 2007.

FERREIRA, Maria E. Caputo & GUIMARÃES, Marly. *Educação Inclusiva.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRO, Emilia. *Alfabetização em Processo*. São Paulo: Cortez, 2004.
_____. *Atualidade de Jean Piaget*. Trad. de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2001

FERREIRO, Emilia & TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: Artmed, 1986.

FRAUCHES, Celso da Costa e FAGUNDES, Gustavo M. *LDB anotada e comentada.* Brasília: Ilape, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.
_____. *Pedagogia do Oprimido*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
_____. *Educação como prática da liberdade*. 17ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Reformas educativas e o retrocesso democrático no Brasil nos anos 90.* In: LINHARES, Célia (Org.). *Os professores e a reinvenção da escola*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 57-80.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
_____. *Teoria crítica e resistência em educação. Para além das teorias de reprodução.* Petrópolis: Vozes, 1986.

GOODLAD, J. *A place called school*: prospects for the future. New York: McGraw Hill, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1990.

HAYDT, Regina Cazaux. *Curso de Didática Geral*. São Paulo: Ática, 1995.
_____. *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

JAPIASSU, H. Interdisciplinaridade e Patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática.* São Paulo: Cortez, 1992.
_____. *Democratização da Escola Pública.* São Paulo: Loyola, 1990.

_____. *Organização e gestão da Escola: teoria e prática.* Goiânia: Alternativa, 2004.

LOMBARDI, José C. & GOERGEN, Pedro (orgs). *Ética e Educação: reflexões filosóficas e históricas.* Campinas: Autores Associados, 2005

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática*. Salvador: Malabares, 2003.
_____. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 2000.
_____. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTTA, Elias de Oliveira. *Direito Educacional e educação no século XXI*. Brasília: UNESCO, 1997.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.* São Paulo: Cortez, 2006.

MORETTO, Vasco Pedro. *Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas.* 7ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org). *Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens.* 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

PÉREZ GOMÉZ, Angel. *O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo*. In: NÓVOA, Antonio (org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PERRENOUD, Philippe. *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas.* Trad. de Helena Faria et al. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

PIAGET, Jean. *Para Onde vai a Educação?* Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
_____. *Psicologia e Epistemilogia: Para uma Teoria do Conhecimento.* Rio de Janeiro: Florence - Universitária, 1972.

PIMENTA, Selma Garrido. *Formação de Professores: identidade e saberes da docência* in: PIMENTA, Selma Garrido (org.). *Saberes Pedagógicos e atividades docentes.* São Paulo: Cortez, 2000, p. 15-34.

POPPER, Karl R. *A miséria do historicismo.* Trad. de Octanny S. da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1991.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri & BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org). *Educação Especial: do querer ao fazer.* São Paulo: Avercamp, 2003.

SACRISTÁN, José Gimeno. *Mudanças curriculares na Espanha, Brasil e Argentina*. In: *Pátio*, ano 1, nº. 011, abril de 1997.

SANTOS, Milton. *O professor como intelectual na sociedade contemporânea.* In: *Anais do IX ENDIPE, volume III,* Águas de Lindóia-SP, 1998.

SAVIANI, Demerval. *Da Nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra Política Educacional",* 2ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
_____. *A nova lei da educação – LDB trajetória, limites e perspectivas.* Campinas: Autores Associados, 1997.
_____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica.* 6ª.ed. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986.
_____. *La formación de profesionales reflexivos. Hacia un nuevo desafío de la enseñanza y el aprendizaje en las profesiones*. Barcelona, 1992.
_____. *Formar professores como profissionais reflexivos*. In Antonio Nóvoa (org), *Os professores e a sua formação*. Lisboa, D. Quixote, 1992.
_____. *The reflective practitioner: How professionals think in action*. London: Ashgate & Arena, 1991.
_____. *Educating the reflective practitioner: Toward a new design for teaching and learning in the professions*. S. Francisco, CA: Jossey Bass, 1987.

TANURI, L. M. *História da formação de professores*. In *Revista Brasileira de Educação*, Campinas-SP, v. 14, ano 2000, p. 61-88.
_____. *Um Decreto Exorbitante.* In *Jornal da UNESP*, São Paulo, v. XV, n. 144, ano 2000, p. 2.

TEIXEIRA, Anísio. *A educação e a crise brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1956.
_____. *Educação para a democracia:* introdução à administração educacional. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1953. Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 3, v. 57.
_____. *Reorganização do Ensino Normal e sua transposição para o plano universitário: criação.* Boletim de Educação Pública. Rio de Janeiro, v.2, n. 1/2, jan./jun. 1932. p. 110-117.
_____. *Porque 'Escola Nova'.* Boletim da Associação Bahiana de Educação. Salvador, n. 1, 1930. p. 2-30.

VALDÉS, América Gonzáles. *Prycrea. Pensamiento reflexivo y creatividad*. La Habana: Editorial Academia, 1995.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Praxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. *Planejamento participativo na escola: um desafio ao educador*. São Paulo: EPU, 1986.

VYGOTSKY,Lev S. *Imaginación y creación en la edad infantil.* La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1999.
_____. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
_____. *Pensamento e Linguagem. 2ª* ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZEICHNER, K. Melnick. *El maestro como profesional reflexivo*. Barcelona: *Cuadernos de Pedagogía*, 220, ano 1992, p. 44-49.
_____. *Novos caminhos para o practicum.* In: Antonio NÓVOA (org) *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
_____. *Changing directions in the practicum: Looking ahead to the 1990s*. In *Journal of Education for Teaching*, 16, year 1990, p. 105-131.
_____. *Teachers as reflective practitioners and the democratization of school reform.* In K. Zeichner, S. Melnick, and M.L. Gomez (Eds.), *Currents of reform in preservice teacher education* (pp. 199-214). New York, NY: Teachers College Press, 1996.
_____. *Teaching student teachers to reflect*. In *Harvard Educational Review, 57*(1): year 1987, p. 23-48.
_____. *A formação reflexiva de professores: Ideias e práticas*. Lisboa: Educa, 1993.

LEGISLAÇÃO FEDERAL CONSULTADA

LEIS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DE 1988. 26ª ed. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações: 2006.

BRASIL. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações: 2002.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Ministério da Educação. Brasília, 1999.

BRASIL. Lei nº 4024, de 20.12.1961. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional.*

BRASIL. Lei nº 5692, de 11.08.1971. *Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus.*

BRASIL. LEI Nº 7.044, de 18.10.1982. Referente à profissionalização do ensino de 2º grau.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20.12.1996. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional.*

BRASIL. Lei n. 10.639, de 09.01.2003. *Incluso no currículo oficial da rede de ensino brasileira a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e a história da África.*

BRASIL. Lei nº 11.645, de 01.03.2008. *Altera a Lei 10.639/03 e incorpora o ensino da História e Cultura Indígena no currículo oficial da rede de ensino brasileira.*

BRASIL. Lei 10.555, de 13.11.2002. *Estabelece cotas para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros.*

DECRETOS

BRASIL. Decreto-lei 477, de 26 de janeira de 1969. Dispõe sobre infrações e punições a professores e alunos do sistema brasileiro de educação.

_____. Decreto 2208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 e 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Decreto 26306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória 111 Nº 1.477- 39, de 8 de agosto de 1977, e nos arts.16,19,20, 45, 46 e & 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei Nº 9394/96.

_____. Decreto 2406, de 27 de novembro de 1997. Regulamenta procedimentos e critérios para autorização de cursos dentro e fora da sede.

_____. Decreto 3276, de 06 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dá outras providências.

_____. Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Resolução n.º 27 de outubro de 2013,, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

_____. Decreto 3554, de 07 de agosto de 2000. Nova redação ao & 2º do art.3º do Decreto 3.276, de 6 de dezembro de 1999, sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica.

RESOLUÇÕES

Resolução CNE/CP 02, de 26 de junho de 1997. Dispõe sobre programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.

Resolução CNE/CES 02, de 13 de agosto de 1997. Fixa prazo para adaptação dos estatutos e regimentos das instituições de ensino superior do sistema federal de ensino à Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Resolução CNE/CES Nº 3, de 07 de outubro de 1999. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de fevereiro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Resolução CNE/CES n.º 1, de 3 de abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.

Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Escola Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Resolução CNE/CP 02 de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

Resolução CNE/CES 10, de 11 de março de 2002. Dispõe sobre o credenciamento, transferência de mantença, estatutos e regimentos de instruções de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Educação Superior.

Resolução nº 177.17, de 20 de Janeiro de 2017 - Consepe - Institui o Regimento de Graduação Disponível em: http://www2.ufopa.edu.br/ufopa/arquivo/consun/resolucoes/resolucao-no-177.17-consepe-institui-o-regimento-de-graduacao/at_download/file

Resolução nº 301, de 26 de agosto de 2019. regulamenta o registro e a inclusão da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). disponível em:

http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2019/cad8c3a958361e50bd81ee001c1b8d71.pdf

PARECERES

Parecer CES 617/99, de 03 de setembro de 1999, que trata da validação dos diplomas dos cursos de especialização.

Parecer CNE/CP 09/2001, de 08 de maio de 2001, que estabelece o conjunto de competências necessárias ao profícuo desempenho das atividades docentes em vista da integração junto ao Corpo Discente.

Parecer CNE/CES 266/2011, de 06 de julho de 2011, que estabelece os Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares das Universidades Federais.

DECLARAÇÕES MUNDIAIS

Declaração de Salamanca. Anais. Espanha, 1994. Acessado em 10/04/2011 e Disponível em: <HTTP://reinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf>

Declaração de Jomtien. Acessado em 11/03/201 e Disponível em: <HTTP://www.unicef.org.brazil/pt/resources_10230.htm>.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Acessado em 05/04/2010 e Disponível em: <HTTP://portal mj.govbr/sedh/ut/legis-intern/ddh_bib_iter-universal.html>

ANEXOS

ANEXO 1: Instrução Normativa Nº 006 de 10 Novembro de 2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
REITORIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006 DE 10 NOVEMBRO DE 2010

Dispõe sobre o estágio de estudantes da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA.
O REITOR PRÓ-TEMPORE DA UFOPA, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria nº 1.069, do Ministro de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2009, considerando o que determina a Lei nº 11.788, de 25/09/2008, bem como os estudos realizados pela Diretoria de Ensino da Pró-reitoria de Ensino de Graduação, subsidiada por reuniões sobre a matéria, realizadas com representantes dos Institutos e Programas da UFOPA resolve expedir a presente Instrução Normativa:

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 1º. O estágio na UFOPA, por força da legislação vigente, é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo dos discentes.
Parágrafo único. O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do discente.
Art. 2º. São objetivos do estágio curricular na UFOPA:
I - a aprendizagem de competências próprias da atividade profissional por meio de contextualização dos conteúdos curriculares e desenvolvimento de atividades específicas ou associadas à área de formação do estagiário, objetivando o preparo do educando para a vida cidadã e para o trabalho;
II - possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de trabalho;
III - proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades práticas e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas a sua área de formação;
IV - desenvolver habilidades e comportamentos adequados ao relacionamento sócioprofissional.
Art. 3º. O estágio classifica-se em obrigatório e não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da área de ensino e do projeto pedagógico do curso.
§ 1º. Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação, para a integralização curricular e para a obtenção de diploma.

§ 2º. Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.
§ 3º. O estágio não-obrigatório poderá ser admitido como atividade curricular, conforme estiver previsto no projeto pedagógico do curso.
§ 4º. O estágio curricular não-obrigatório não deve interferir no período estabelecido para a conclusão da graduação.
Art. 4º. O discente em estágio será acompanhado por um docente do Programa ao qual está vinculado, chamado de orientador de estágio, e por um docente ou técnico ligado ao campo de estágio na instituição que recebe o estagiário, chamado de supervisor de estágio.
Art. 5º. São consideradas Concedentes de estágio as Instituições ou Empresas de direito público e privado e a própria Universidade.
Art. 6º. Para fins de validade na UFOPA, só serão considerados Estágios aqueles em que a parte concedente tiver firmado Convênio com esta instituição.
§ 1º. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a UFOPA e a parte concedente não dispensa a celebração do Termo de Compromisso de que trata esta Instrução Normativa.
§ 2º. O plano de atividades do estagiário é parte integrante do Termo de Compromisso, servindo de parâmetro para fins avaliativos do desempenho do discente.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 7º. São responsáveis pelos Estágios na UFOPA: a Diretoria de Ensino (DE), com Coordenação específica para Estágio, da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN), e o Núcleo de estágio (NE) de cada Instituto.
Art. 8º. O NE será composto pelo(a) diretor(a) do Instituto e pelos professores de Estágio dos Programas, sendo um destes o Coordenador do NE do Instituto.
Parágrafo único. Caberá à direção dos Institutos, ouvidos os integrantes dos programas e cursos, a designação do Coordenador.

CAPÍTULO III
DAS OBRIGAÇÕES
Seção I
Da UFOPA

Art. 9º. À DE/PROEN compete:
I- promover o cadastramento de instituições, públicas e privadas, como campos de estágio dos cursos de graduação;
II- articular-se com empresas e ou instituições públicas e particulares para formalização de convênios nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus discentes e as condições estabelecidas nesta Instrução Normativa;
III - cadastrar estudantes candidatos a Estágio não-obrigatório;
IV - divulgar oferta de estágios e cadastrar candidatos a sua realização;
V - articular-se com os Núcleos de Estágio dos Institutos e outros setores da UFOPA

responsáveis por informações de docentes e discentes;
VI - manter banco de dados das empresas e ou instituições, de docentes e de discentes atualizados;
VII - elaborar e divulgar relatório anual, no âmbito da UFOPA, sobre as atividades de estágio;
VIII - acompanhar o cumprimento das cláusulas dos convênios;
IX - celebrar Termo de Compromisso com o educando em estágio não obrigatório ou com seu representante e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação acadêmica do estudante e ao horário e calendário acadêmico;
X - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
XI - exigir do discente a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, relatório das atividades desenvolvidas no estágio não obrigatório, com vista e assinatura do Supervisor e parecer do orientador;
XII - zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
XIII - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus discentes;
XIV- encaminhar à parte concedente do estágio, no início do período letivo o calendário acadêmico;
XV - Fornecer, quando necessário, declarações aos estagiários referente a realização de Estágio não-obrigatório na Concedente.
XVI - Garantir seguro de vida contra acidentes pessoais para estagiários em estágio obrigatório.
Art. 10º. Ao NE do Instituto a que pertence o discente compete:
I - divulgar as oportunidades de estágio;
II - orientar sobre o cadastro de estágio não obrigatório na DE;
III - orientar o encaminhamento do discente para o estágio obrigatório através de documentação específica;
IV - indicar à DE e manter atualizada a relação de Instituições adequadas como campos de Estágio;
V - informar à DE professor orientador para estágios não obrigatório;
VI - elaborar normas de estágios que atendam à especificidade dos Programas do Instituto, respeitado o que dispõem a legislação em vigor e a presente Instrução Normativa;
VII - acompanhar o cumprimento dos convênios.
VIII - celebrar termo de compromisso com o educando em estágio obrigatório ou com seu representante e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação do estudante e ao horário e calendário acadêmico;
IX - proceder ao levantamento de interesses e necessidades dos cursos em relação a campos de estágio e informar à DE.
X - participar, juntamente com a DE, de avaliações dos Estágios;

Seção II
Da Concedente

Art. 11. São obrigações da parte concedente de estágio:
I – firmar Convênio com a UFOPA e celebrar termo de compromisso com esta e o discente, zelando por seu cumprimento;
II – oferecer aos estudantes estagiários atividades que estejam de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico do Curso;
III- ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao discente atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
IV – indicar funcionário de seu quadro de pessoal com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para atuar como supervisor, sendo que este funcionário poderá ser responsável por mais de um estagiário, conforme artigo 17, da lei nº 11. 788/2008;
V – contratar em favor do estagiário, em estágio de caráter não obrigatório, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, sendo este valor expresso no termo de compromisso;
VI – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
VII – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
VIII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades e folha de frequência do estagiário.
Art. 12. Não será celebrado instrumento jurídico específico, quando o Campo de Estágio for Unidade ou Órgão da própria UFOPA.
Art. 13. As Instituições ou empresas concedentes de Estágio poderão utilizar-se de Agentes de Integração públicos ou privados para contrato de Estagiários, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado.
§ 1º. A assinatura do Termo de Compromisso de que trata o § 1º. do artigo 5º deve ser feita entre a Instituição/Empresa, o estagiário, se maior de idade, ou mediante assistência ou representação, nos casos previstos em lei, com o acompanhamento da UFOPA, sendo vedada a atuação dos agentes de integração como representante da parte concedente.
§ 2º. É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.
§ 3º. Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso.
§ 3º. O Agente de integração, assim como a Instituição ou Empresa Concedente de Estágio, deve estar devidamente registrado no Cadastro da Diretoria de Ensino da PROEN.
Art. 14. O contrato e manutenção de estagiários em desconformidade com as normas aqui estabelecidas e por força da legislação vigente caracteriza vínculo de emprego do estagiário com a parte concedente do estágio, na forma da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º. A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.
§ 2º. A penalidade de que trata o § 1o deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.
Art. 15. Estágios em concedentes fora do Estado do Pará ou no exterior estão condicionados à apreciação prévia da UFOPA, estando estas Instituições/Empresas sujeitas às mesmas obrigações estabelecidas nesta seção.

Seção III
Dos Estagiários

Art. 16. O discente da UFOPA, candidato a estágio não-obrigatório, deve:
I - estar regularmente matriculado;
II - estar cadastrado no sistema de Cadastro da DE;
III – estar com os seus dados cadastrais atualizados.
Art. 17. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder o limite de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.
Art. 18. O estágio será formalizado por meio de Termo de Compromisso, com as condições tratadas no Art. 12.
Art. 19. O desligamento do estagiário do seu campo de estágio ocorrerá:
I - pelo término do período estabelecido no termo de compromisso;
II - pela conclusão do curso;
III - pela interrupção ou abandono do curso, caracterizado pela não renovação ou trancamento de matrícula, ou, ainda, inassiduidade ao curso, com frequência inferior a 75%;
IV - pelo descumprimento de quaisquer obrigações constantes no termo de compromisso, nesta Instrução Normativa ou na legislação vigente de Estágio;
V - a pedido do estagiário.
Parágrafo único. O controle da frequência para o estágio não-obrigatório será feito através de formulário próprio da DE preenchido e assinado pelos professores do estagiário no referido semestre e entregue em anexo ao termo de compromisso;
Art. 20. No caso de estágio não-obrigatório, o estagiário poderá desligar-se voluntariamente em qualquer fase do estágio, mediante requerimento dirigido à Concedente, à DE e ao Professor Orientador da Universidade, com prazo máximo de 15 dias de seu efetivo desligamento, devidamente instruído com o relatório de suas atividades e folha(s) de freqü.ncia assinada(s) pelo supervisor.
Art. 21. As ausências no Estágio serão consideradas justificadas nas hipóteses legais ou quando forem abonadas pelo supervisor do estágio, em formulário específico para esse fim, desde que haja um consenso com o professor orientador.
Art. 22. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

Parágrafo único. A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

Art. 23. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º. O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º. Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 24. A jornada do estágio, respeitando a legislação em vigor, deve ser compatível com o horário escolar do estagiário e constará no termo de compromisso de que trata o § 2º. do artigo 5º desta Instrução Normativa, não podendo ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo único. O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

Art. 25. Nos períodos de férias escolares, os horários de estágio poderão ser alterados, mediante acordo entre o estagiário e a parte cedente do estágio, com a necessária aquiescência do docente orientador e do supervisor de estágio.

Art. 26. A frequência do estagiário – em qualquer modalidade de estágio - será aferida mediante assinatura de folha própria em que fique consignada a hora de entrada e saída do estagiário, permanecendo este assentamento sob a responsabilidade e controle do supervisor de estágio.

Parágrafo único. As ausências não justificadas nos termos do caput deste artigo serão descontadas, proporcionalmente, do valor mensal da bolsa, no caso de estágio remunerado.

Art. 27. O estagiário, em estágio não-obrigatório, poderá requerer a interrupção do estágio, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, que será concedida a critério da DE/PROEN, ouvido o docente orientador de estágio e o supervisor da parte cedente, se devidamente comprovada a necessidade do afastamento.

§ 1º. A interrupção deverá ser requerida com antecedência mínima de cinco dias úteis, ficando o estagiário em exercício até o seu deferimento.

§ 2º. Durante o período de interrupção do estágio será suspenso o pagamento da bolsa, em caso de estágio remunerado.

Art. 28. O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, desde que observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do discente em curso da UFOPA;

II – celebração de termo de compromisso entre o discente, a parte concedente do estágio e a UFOPA;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Art. 29. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo

sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.
Art. 30. A realização de estágios, de acordo com a legislação vigente, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Os casos omissos serão discutidos em Comissão própria constituída para tal finalidade.
Art. 32. A presente Instrução Normativa passa a vigorar a partir da sua publicação no Boletim de Serviço da UFOPA.

JOSÉ SEIXAS LOURENÇO
REITOR
Carlos José Freire Machado (DE, Física Ambiental)
Nilzilene Ferreira Gomes (DE, Física Ambiental)
Ângela Rocha dos Santos (DE)
Haroldo César Souza Andrade (DE)
Luís Alípio Gomes (DE)
Rodrigo de Araújo Ramalho Filho (PROEN)
Raimunda Monteiro (Vice-reitora)
Maria de Fátima Sousa Lima (ICED)
Elenise P. de Arruda (ICED)
Adailson Viana Soares (ICS)
Maria Marlene Escher Furtado (ICS)
Cássio D. B. Pinheiro (IEG, Bacharelado em Sistema de Informação)
Maria Betanha C. Barbosa (ICED, Geografia)
Edna Marzzitelli (ICED, Pedagogia)
Maria do Socorro Mota (IBEF, Engenharia Florestal)
Denise Castro Lustosa (IBEF, Engenharia Florestal)
Adelaine Michela Figueira (ICED, Biologia)
Lidiane Nascimento Leão (ICS, Direito)
Ruy Carlos Mayer (ICED)
Leonel Mota (ICED, Letras)
Maria da Conceição Soares (ICS, NPJ)

ANEXO 2: Currículo Resumido dos Professores

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR – CFI
GESTÃO ACADÊMICA

DADOS SINTÉTICO PROFESSORES DO CFI

NOME	FORMAÇÃO
Ana Cristina Alves Garcez	Mestre em Matemática e Estatística pela Universidade Federal do Pará (2009), Graduação Bacharel em Estatística pela Universidade Federal do Pará (2004), Especialização em Controle Estatístico da Qualidade pela Universidade Federal do Pará (2006).
Andrei Santos de Morais	Doutor (2005) e Mestre (1999) em Literatura pela Universidade de Brasília, Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Universidade de Brasília (1995).
Cristina Vaz Duarte da Cruz	Pós-doutorado em Ensino de Línguas pelo Instituto de Educação da Universidade de Estolcomo (2005), doutorado em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo (2005) no âmbito da Semiótica das Instâncias, mestrado em Letras-Linguística em Semiótica Literária na área de "Texte Imaginaire et Société" - Université de Paris VIII (1996), Graduação em Lettres Modernes - Université de Paris VIII (1992), graduação em Licence de Portugais Mention FLE - Université de Paris VIII (1994), graduação intitulada "Maîtrise de Lettres Modernes" - Université de Paris VIII (1993).
Túlio Chaves Novaes	Possui Doutorado em Direitos Humanos (2012) pela Universidade de São Paulo (Faculdade de Direito - USP) e Mestrado em Direitos Fundamentais e Relações Sociais (2006) pela Universidade Federal do Pará (Centro de Ciências Jurídicas - UFPA). É Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará na área de defesa do consumidor. É professor Adjunto III da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Atua principalmente nas seguintes áreas: Direitos Humanos e memória.
Dennison Célio de Oliveira Carvalho	Doutor em Biometria em Universidade Estadual Paulista – UNESP (2018), Mestre em Matemática e Estatística (2009) pela Universidade Federal do Pará, Especialização

	em Estatísticas Educacionais (2008) pela UFPA, Graduação em Estatística (2005) pela UFPA.
Doriedson Alves de Almeida	Doutor em Educação pelo PPGE - FACED-UFBA (2011); Mestre em Educação PPGE/UFES(2004), Pós-graduado em Informática aplicada à educação pela PUC-MG, Engenharia da Informação e Orientação em EAD pela UFES (2004), Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina (1991);
Francinara Silva Ferreira	Mestra em Educação pela Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA (2016). Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA (2014). Graduada em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2013).
Iani Dias Lauer Leite	Doutora (2009) em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará, mestra (2003) em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará, graduada em Administração (1999) pela UFPA.
Iracenir Andrade dos Santos	Doutora em Ecologia (2009) pela Universidade Federal de Viçosa, mestre Entomologia pela Universidade Federal de Viçosa, Bacharelado em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal Rural do Amazonas (2003).
Itamar Rodrigues Paulino	Doutor em Epistemologia do Romance pela Universidade de Brasília (2014), mestre em filosofia pela Universidade de Brasilia (2006), Graduação em Pedagogia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (1989), graduação em Teologia pelo Instituto Teológico São Paulo (1997).
José Mauro Sousa de Moura	Doutor (2010) em Ciências (Química na Agricultura e no Ambiente) pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura – CENA, Mestrado (2005) em Ecologia de Agroecossistemas pela UFPA, Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas e aperfeiçoamento em ensino de Ciências pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2000).
Lazaro João Santana da Silva	Professor Assistente II da Universidade Federal do Pará. Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Pará (1994) e Mestrado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Pará(1999).
Leônidas Luiz Volcato Descovi Filho	Professor Adjunto A, Universidade Federal do Oeste do Pará UFOPA (2017 - Atual). Pós-Doutorado com pesquisa em Geotecnologias e Recursos Hídricos UFSM (2017). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa

	Catarina UFSC (2015). Mestre em recursos hídricos e saneamento ambiental UFSM (2009). Graduado em Geografia-bacharelado UFSM (2007). Pertence ao quadro permanente de professores do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida/PPGSAQ/CFI/Ufopa. Pertence ao quadro de docentes do Curso de Bacharelado em Geologia/IEG/Ufopa, onde ministra as disciplinas: Hidrogeologia, Desenho Geológico, Fotogeologia e Sensoriamento Remoto. Atualmente coordena o projeto de pesquisa: Análise da vulnerabilidade intrínseca das águas subterrâneas à contaminação no Oeste do Pará (2017 - 2019). Pesquisador no grupo hidrogeologia LABHIDROGEO / Ufsm; Geologia e Recursos Naturais da Amazônia/IEG/Ufopa; Geotecnologias e Análise da Paisagem Universidade do Estado do Amazonas UEA e Interdisciplinar em Geologia Aplicada UFPA. Avaliador de Curso de Graduação do SINAES/INEP/MEC. Avaliador e revisor em periódicos. Apresenta experiência nas seguintes áreas/linhas: geografia física, geotecnologias, geologia e geomorfologia, hidrogeologia, geoprocessamento, sistemas de informações geográficas, cartografia, sensoriamento remoto, hidrologia, recursos hídricos e bacias hidrográficas.
Lígia Meres Valadão	Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2016), mestre em Desenvolvimento sustentável pela Universidade de Brasília (2009), Graduação em Ecologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003).
Maria Francisca Adad	Doutora em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento na Universidade Federal do Oeste do Pará (2016), mestre em Sistemas de Gestão com ênfase em Sistemas de Gestão do Meio Ambiente pelo Laboratório de Tecnologia e Gestão de Negócios da Universidade Federal Fluminense (2006), especialização em Custos para a Gestão da Qualidade pela Universidade Estadual da Paraíba (1999), graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí (1986).
Nelcilene da Silva Palhano Cavalcante	Doutora em Educação na Universidade Estadual de Campinas (), Mestrado Multidisciplinar em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2006), Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1998).
Pérsio Scavone de Andrade	Doutor em recursos florestais pela Universidade de São Paulo (2000), mestre em psicologia experimental pela Universidade de São Paulo (1996), graduação em ecologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

	Filho (1988).
Raimundo Valdomiro de Sousa	Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico do Úmido NAEA/UFPA(2012), Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento NAEA/UFPA (2000), Especialização em Desenvolvimento em Áreas Amazônicas - FIPAM - NAEA/UFPA (2007), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1990), graduação incompleta em Filosofia - teologia (1984).
Ricardo Scoles	Doutor em Biologia-Ecologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (2010), Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (2005) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, e Graduação em Ciências Biológicas, pela Universidade de Barcelona (1993).
Roberto do Nascimento Paiva	Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001-2005), mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005).
Rodrigo Freitas Costa Canal	Doutorando em filosofia pelo PGFILOS-UFPR/Curitiba. Mestre (UNESP/2010) e graduado em Filosofia (UFSJ/Licenciatura e Bacharelado/2006). Docente cedido à Faculdade de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. Têm desenvolvido pesquisas principalmente nos seguintes temas: sobre uma parte do programa de filosofia da mente de John Searle; em seguida sobre os campos Informal Logic, Argumentation Theory e Critical Thinking, com especial interesse na Epistemological Approach to argumentation and critical thinking. No PGFILOS-UFPR/Curitiba desenvolve o projeto de tese de doutorado sobre Epistemologia da Argumentação, projeto esse também no âmbito dos campos Informal Logic, Argumentation Theory e Critical Thinking.
Sandra Maria Sousa da Silva	Doutora em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Oeste do Pará (2016), Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas (2005), Especialização em Educação Ambiental (1997) pela UFPA, graduação em Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal do Pará (1994).
Siria Lisandra Barcelos Ribeiro	Doutora em Biociências (Zoologia) (2010) pela PUCRS, mestrado em Biociências (Zoologia) (2005) pela PUCRS, graduação em Ciências Biológicas (2001) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

ANEXO 3: Resolução de Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso do BICA

Universidade Federal do Oeste do Pará
Centro de Formação Interdisciplinar
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

Institui os critérios para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais, do Centro de Formação Interdisciplinar, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Centro de Formação Interdisciplinar (CFI) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em conformidade com o Regimento Geral e de Graduação da instituição, Resolução Nº 55/2014 e Nº 177/2017-UFOPA, objetiva estabelecer os critérios para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais (BICA). Para tanto, fixa o seguinte:

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório e condicionante para a obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciências Ambientais. E deverá consolidar os fundamentos científicos, técnicos e culturais do bacharel interdisciplinar.

Art. 2º. O TCC consistirá em um trabalho a ser elaborado individualmente ou em dupla pelo discente, na modalidade monografia ou artigo científico, em área temática conectada ao contexto do curso, sob orientação de um docente do Centro de Formação Interdisciplinar.

Parágrafo único: A opção pela realização do Trabalho de Conclusão de Curso individualmente ou em dupla deverá partir do docente orientador baseado nas afinidades pela linha de pesquisa ou do projeto entre os discentes orientandos.

Art. 3º. O TCC deverá atender às especificações de um trabalho científico e estará sob a orientação dos professores orientadores e da coordenação do TCC, ambos estabelecerão, ao longo do curso, mecanismos de orientação, acompanhamento e avaliação das atividades pedagógicas relacionadas à produção deste.

Art. 4º. Cabe ao coordenador do TCC realizar uma reunião com os inscritos na atividade, no início de cada semestre acadêmico, tendo como pauta: a) apresentação do presente Regulamento; b) divulgação do calendário geral; c) coleta de dados referentes aos temas

propostos, orientadores preferenciais e outras informações necessárias.

Art. 5º. O discente terá um orientador e co-orientador (opcional), terá encontros que serão registrados num relatório que deverá ser assinado por este e pelo professor orientador, para que seja possível acompanhar a frequência deste e a evolução de sua pesquisa.

Art. 6º. A relação discente/orientador deve ser cordial e respeitosa. Os discentes concluintes devem ser acompanhados pelos orientadores por meio de encontros semanais, em horários de aula específicos. Os encontros devem ser agendados previamente para o esclarecimento das dúvidas do orientando e direcionamento da pesquisa.

Art. 7º. Para a elaboração do TCC o discente deverá apresentar carta de aceite do professor-orientador à coordenação do curso. Excepcionalmente, nos casos em que o discente não tenha aceite de orientador, ficará sob a responsabilidade do Colegiado do BICA a alocação do trabalho ao professor-orientador.

Art. 8º. Após a definição do nome do professor-orientador, poderá haver substituição ou troca deste, por motivo de morte, licença, aposentadoria ou exoneração, bem como por renúncia de qualquer uma das partes, mediante a apresentação de justificativa ao Colegiado do BICA.

Art. 9º. O TCC será desenvolvido em dois semestres (TCC I e II), com carga horária de 60h cada um, totalizando uma carga horária de 120 horas, oportunizando ao discente a consolidação dos conhecimentos adquiridos e produzidos no âmbito de suas investigações sobre um determinado tema.

Parágrafo único: O TCC deverá ser apresentado, a partir do cumprimento de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos componentes curriculares.

Art. 10º. No TCC I, será elaborado um projeto, o qual deverá ser qualificado, mediante a avaliação de uma banca, composta por: orientador, co-orientador (opcional), dois professores de áreas afins ao tema, com titulação acadêmica mínima para *Lato Sensu*.

Art. 11. No TCC II, o discente deverá finalizar e/ou executar o projeto em forma de monografia ou artigo científico. Posteriormente, o trabalho deverá ser apresentado em sessão pública, perante uma banca examinadora constituída do professor orientador (e, opcionalmente, o co-orientador), dois professores de áreas afins ao tema, com titulação acadêmica mínima para *Lato Sensu*.

Parágrafo único: A escolha da banca examinadora dos trabalhos de conclusão de curso, bem como do projeto, caberá ao docente orientador.

Art. 12. O planejamento, o acompanhamento e a organização das apresentações finais do TCC constituem encargos do professor-orientador especificamente designado para a função durante o semestre.

§ 1º. Cabe ao professor-orientador orientar os estudos sobre o tema do TCC e a redação do texto final.

§ 2º. O TCC deve ser entregue mediante o ofício do professor-orientador, à Coordenação Acadêmica do CFI até a data e horário limite fixados pelo Colegiado.

§ 3º. O texto final do TCC deverá atender as exigências do *Guia de normalização da produção científica da UFOPA*, disponível para download no sítio da UFOPA (www.ufopa.edu.br). Assim como, deve obedecer às normas da língua portuguesa vigentes no Brasil.

§ 4º. Compete ao discente e professor-orientador entregar as cópias do TCC aos demais membros da banca examinadora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data da apresentação pública.

Art. 13. Na sessão pública de apresentação do TCC, o discente disporá de até 30 (trinta) minutos, após isto, será concedida a palavra a cada membro da banca examinadora, para formular seus pareceres que serão encaminhados por escrito ao Colegiado.

Parágrafo único: Na apresentação final do TCC o discente poderá fazer uso de quaisquer recursos audiovisuais.

Art. 14. A banca examinadora do TCC deverá considerar o domínio do tema abordado pelo discente, a sua capacidade de formulação e sistematização de ideias, a aplicação adequada da metodologia científica, a discussão, os resultados apresentados e a habilidade de redigir de forma sucinta e direta a seu público avaliador.

Art. 15. A nota final do discente, registrada em ata pelo professor-orientador, será a média aritmética das três notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Parágrafo único: Será considerado aprovado o aluno que obtiver a nota final mínima de 7,0 (sete) numa escala de 0 (zero) a 10 (dez).

Art. 16. A versão final do TCC deverá ser entregue a Gestão Acadêmica da Unidade em mídia digital, a fim de compor o banco de TCC, no prazo máximo de 30 dias após a defesa.

Art. 17. Os TCC dos discentes do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais, concluídos e aprovados, devem ser disponibilizados na biblioteca da UFOPA.

Art. 18. Toda e qualquer despesa necessária à realização do Trabalho de Conclusão de Curso, inclusive as impressões e recursos audiovisuais, é de exclusiva responsabilidade do discente.

Resolução Aprovada em Reunião do Colegiado do CFI em 01/10/2019.

ANEXO 4: Resolução de realização de Atividades Complementares

Universidade Federal do Oeste do Pará
Centro de Formação Interdisciplinar
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

Institui os critérios para a realização de Atividades Complementares do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais, do Centro de Formação Interdisciplinar, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Centro de Formação Interdisciplinar (CFI) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em conformidade com o Regimento Geral e de Graduação da instituição, Resolução Nº 55/2014 e Nº 177/2017-UFOPA, objetiva estabelecer os critérios para a realização de Atividades Complementares do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais (BICA). Para tanto, fixa o seguinte:

DO CONCEITO

Art. 1º. O Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais contempla a participação dos discentes em atividades acadêmicas complementares. Como atividades complementares serão consideradas o aproveitamento de estudos e práticas na área de educação e afins realizadas ao longo de todo o curso, tais como:
I. Atividades de Ensino;
II. Atividades de Pesquisa;
III. Atividades de Extensão;
IV. Monitorias;
V. Cursos livres;
VI. Cursos sequenciais;
VII. Eventos Científicos;
VIII. Eventos Culturais;
IX. Estágios Extracurriculares.
§ 1º. As Atividades Complementares devem ser realizadas pelos discentes durante o bacharelado, estas não se encontram incluídas entre os componentes curriculares obrigatórios, optativos e eletivos.
Art. 2º. A carga horária total mínima de Atividades Complementares no Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais é de 120 horas. E, a documentação necessária para a

comprovação da carga horária deve ser entregue no último semestre do curso.

DO ENSINO

Art. 3º. São caracterizadas como atividades de ensino:

I. Monitoria de Módulos do BICA (até 20 horas);
II. Módulos e disciplinas no formato de Tópicos de Estudos Interdisciplinares (TEI) na área de abrangência dos programas do CFI (até 20 horas);
III. Módulos e disciplinas de áreas afins que possam acrescentar o conhecimento em um dos programas do CFI (até 20 horas);
IV. Módulos e disciplinas cursadas em outros institutos ou outras faculdades (até 20 horas);
V. Cursos de língua estrangeira (reconhecido e certificado) (até 5 horas);
VI. Cursos e/ou minicursos relacionados às ciências ambientais e áreas afins à formação do estudante, em instituições de ensino superior (IES) e eventos acadêmicos (congressos, seminários, encontros, etc.), com carga horária mínima de 20h (até 10h);
VII. Cursos relacionados às ciências ambientais e áreas afins à formação do estudante, em instituições de ensino superior (IES) e eventos acadêmicos (congressos, seminários, encontros, etc.), com carga horária mínima de 40 h (até 20h).

DA PESQUISA

Art. 4º. São consideradas atividades de pesquisa:

I. Participação em programas e projetos de pesquisa registrados na instituição e supervisionados por um professor orientador, com ou sem bolsa (até 20 horas);
II. Atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Nacional (até 20 horas);
III. Atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Internacional (até 20 horas).

DA EXTENSÃO

Art. 5º. São consideradas atividades de extensão:

I. Participação em um programa de extensão aprovado e reconhecido pela PROCCE/UFOPA (4 h/semanais, até 20h/sem.).

DOS EVENTOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS

Art. 6º. A participação em eventos técnico-científicos garante um aproveitamento de até 40 horas, obedecendo as seguintes características:

I. Coordenação de evento local (até 10h);
II. Expositor em evento local (até 5h);
III. Participante de evento local (até 5h);
IV. Coordenação de evento nacional (até 15h);
V. Expositor em evento nacional (até 10 h);
VI. Participante de evento nacional (até 5 h);
VII. Coordenação de evento internacional (até 20 h);

VIII. Expositor (português) em evento internacional (até 10h);
IX. Expositor (outro idioma) em evento internacional (até 15h);
X. Participante de evento internacional (até 5h);
XI. Participação em oficina(s) (até 5h).

DAS PUBLICAÇÕES

Art. 7º. As publicações garantem um aproveitamento de até 20 horas, obedecendo as seguintes características:
I. Jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais locais (até 5h);
II. Jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais regionais (até 10hs);
III. Jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais nacionais (até15h);
IV. Jornais, revistas, boletins eletrônicos, anais internacionais (até 20h).

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º. Atividades relacionadas a administração garantem um aproveitamento de até 20 horas, obedecendo as seguintes características:
I. Participação em órgão colegiado e/ou conselho deliberativo e/ou consultivo da instituição (até 10h);
II. Trabalhos voluntários de apoio à coordenação (até 10h).

DO ESTÁGIO

Art. 9º. Atividades de estágio garantem um aproveitamento de até 20 horas, obedecendo as seguintes características:
I. Estágio profissional na área de formação e afins (remunerado ou voluntário) (até 20h).

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º. O registro das atividades complementares deverá ser requerido pelo discente, na Secretaria Acadêmica do CFI. Posteriormente os documentos serão repassados ao Coordenador do curso que, depois de análise, emitirá parecer e o remeterá à Secretaria para o controle e anotação após certificação do estudante requerente.
Art. 11. Atividades não previstas neste documento serão avaliadas pelo colegiado mediante solicitação formal junto à secretaria do CFI (até 10 h).
Art. 12. Os casos omissos e supervenientes serão analisados e decididos pelo colegiado.

Resolução Aprovada em Reunião do Colegiado do CFI em 01/10/2019.